

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÕES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO**

**“O monumento habitado: a preservação de sítios históricos na visão dos habitantes
e dos arquitetos especialistas em patrimônio. O caso de Parnaíba.”
(Dissertação de Mestrado)**

Diva Maria Freire Figueiredo

Recife, dezembro de 2001.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Urbano do Curso de Pós – Graduação Stricto-Sensu.

“O monumento habitado: a preservação de sítios históricos na visão dos moradores e dos arquitetos especialistas em patrimônio. O caso de Parnaíba.”

Diva Maria Freire Figueiredo

Banca Examinadora:

Prof^a Orientadora Dra. Circe Maria Gama Monteiro

Prof^a Co-orientadora Dra. Virgínia Pontual

Prof^o Dr. Silvio Zancheti

Prof^a Dra. Maria Paula Victor Gonçalves

Recife, dezembro de 2001.

F475m

Figueiredo, Diva Maria Freire.

O monumento habitado: a preservação de sítios históricos na
visão dos habitantes e dos arquitetos especialistas em patrimônio.
O caso de Parnaíba. / Diva Maria Freire Figueiredo. – Recife: UFPE,
2001.

150 p.

Dissertação (mestrado) UFPE.

1. Preservação Ambiental. 2. Sítios Históricos – Preservação.

I. Título

CDD - 720.28

Agradecimentos

Expressamos nosso profundo agradecimento em reconhecimento à valiosa contribuição no desenvolvimento deste trabalho:

a Circe Maria Gama Monteiro, orientadora da dissertação, pelo estímulo e apoio em diversas fases de sua elaboração;

a Virgínia Pontual, co-orientadora, pelo interesse metuculoso na avaliação destas diversas fases, incentivando a busca da precisão e da criatividade;

a Antônio Roazzi, pelo inestimável auxílio na aplicação das técnicas de análises dos dados;

a Elane Coutinho, pela paciência, zelo e criatividade ao colaborar na confecção das inúmeras ilustrações;

aos habitantes de Parnaíba, que gentilmente aceitaram constituir um dos grupos vitais da população da pesquisa e;

aos colegas arquitetos, que aceitaram constituir o outro grupo.

Índice de Figuras

SUMÁRIO

Introdução	01
-------------------	----

Capítulo 1

1.0	Teorias modernas da preservação	05
1.1-	Concepção do patrimônio: os antecedentes teóricos	05
1.2-	Cartas patrimoniais: a disseminação das teorias	06
1.3-	Teorias modernas da preservação	08
1.4-	Valores dos sítios históricos e cartas patrimoniais	10
1.5-	Preservação no Brasil	13

Capítulo 2

2.0	O sítio histórico de Parnaíba	17
2.1-	Núcleo de origem: surgimento e formação da vila	17
2.2-	Expansão urbana	25
2.3 -	Contexto atual	30

Capítulo 3

3.0	Aspectos teóricos e metodológicos no estudo das R. S. da preservação de sítios históricos	42
3.1-	Representações sociais do patrimônio cultural: objetivos da investigação	42
3.2-	Teoria das Representações Sociais	44
3.2.1-	Representações Sociais e Culturais	45
3.2.2-	Representações Sociais e espaço urbano	46
3.2.3-	Senso comum, identidade social e função das Representações Sociais.	47
3.2.4-	Conteúdo, organização e processo.	47
3.3-	Considerações metodológicas	48
3.4-	Teoria das Facetas: o desenho da investigação	49
3.4.1-	Sentença estruturadora geral	51
3.4.2-	Aplicação da teoria das Facetas na investigação: Sentença estruturadora geral do conceito de preservação	52

3.5-	Instrumento de coleta de dados	56
3.5.1-	Sistema de Classificações Múltiplas	56
3.5.2-	Geração dos elementos da classificação	58
3.6-	Definição da amostra	59
3.7-	Descrição da amostra	69
3.8-	Procedimentos da pesquisa	73
3.8.1-	Investigação piloto	76
3.9	Instrumentos de análise dos dados	78
3.9.1-	Matriz dos dados	78
3.9.2-	Métodos de análise	78
3.9.3	Análise Escalonar Multidimensional – MSA	78
3.9.4	Análise da Estrutura De Similaridade – SSA	80

Capítulo 4

4.0	A visão leiga e a visão técnica da preservação de sítios históricos	83
4.1	Classificações livres das edificações do sítio histórico -MSA	83
4.1.1	Classificações livres dos habitantes de fora da Avenida	83
4.1.2	Classificações livres dos habitantes da Avenida	89
4.1.3	Classificações livres dos arquitetos especialistas	93
4.1.4	Discussão	96
4.2	Representação Social da preservação das edificações do sítio histórico de Parnaíba - SSA	98
4.2.1	Representação social da preservação das edificações do sítio histórico segundo habitantes de fora da Avenida	99
4.2.2	Representação Social da preservação das edificações do sítio histórico segundo habitantes da Avenida	103
4.2.3	Representação Social da preservação das edificações do sítio histórico segundo arquitetos especialistas	105
4.2.4	Discussão	107
4.3	Extensão social das representações da preservação	114
	Conclusão	130
	Referências Bibliográficas	137
	Anexos	141

Índice de Figuras

Fig. 2.1-	Mapa de localização do Piauí na costa nordestina e da cidade de Parnaíba. PROJESC - Sec. da Indústria e Comércio. Teresina, 1982.	22
Fig. 2.2-	Mapa de “Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial, de Nestor Goulart Reis Filho: “Mapa exacto da Villa d’São João da Parnaíba”- Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, 1798, pág. 352.	23
Fig. 2.3-	Mapa de “Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial, de Nestor Goulart Reis Filho sob o título: “Cópia da Villa d’São João da Parnaíba”- Arquivo Histórico do Exército, R. Janeiro, 1809, pág. 352	24
Fig. 2.4-	Mapa de Parnaíba de 1999 (IBGE) representando as etapas de expansão do tecido urbano.	28
Fig. 2.5-	Sítio Histórico de Parnaíba	29
Fig. 2.6-	Mapa de uso das edificações da Avenida Getúlio Vargas / sítio histórico de Parnaíba	34
Fig. 2.7-	Mapa de localização das quadras da Avenida Getúlio Vargas / sítio histórico de Parnaíba	35
Fig. 2.8-	Fotos das quadras da Avenida Getúlio Vargas / sítio histórico de Parnaíba	36
Fig. 3.1-	Mapa dos estilos das edificações do sítio histórico de Parnaíba	54
Fig. 3.2-	Mapa de localização das edificações / elementos de classificação do sítio histórico de Parnaíba	60
Fig. 3.3-	Edificações do sítio histórico de Parnaíba representando as relações entre as facetas Estilo, Propriedade, Conservação, Uso, Caracterização e Localização	61
Fig. 3.4-	Edificações estranhas ao contexto do sítio histórico de Parnaíba	68
Fig. 3.5-	Mapa de localização da amostra dos habitantes do S. H. / Parnaíba	70
Fig. 3.6-	Gráfico da Renda dos habitantes de Parnaíba	72
Fig. 3.7-	Gráfico da Escolaridade dos habitantes de Parnaíba	72
Fig. 3.8-	Folha de rosto do formulário de coleta de dados: habitantes	143
Fig. 3.9-	Folha de rosto do formulário de coleta de dados: arquitetos especialistas	144
Fig. 3.10-	Formulário de coleta de dados alterado após investigação piloto	147
Fig. 3.11-	Exemplos de partições dos elementos em regiões do espaço geométrico SSA.	81
Fig. 4.1-	MSA – Classificação livre das edificações do sítio histórico de Parnaíba segundo habitantes de fora da Avenida (visão leiga)	85
Fig. 4.2-	MSA – Classificação livre das edificações do sítio histórico de Parnaíba segundo habitantes da Avenida	90
Fig. 4.3-	MSA – Classificação livre das edificações do sítio histórico de Parnaíba segundo arquitetos especialistas (visão técnica)	95
Fig. 4.4	SSA - Preservação das edificações do sítio histórico segundo habitantes de fora da Avenida.	100
Fig. 4.5-	SSA - Preservação das edificações do sítio histórico segundo habitantes da Avenida.	104
Fig. 4.6-	SSA - Preservação das edificações do sítio histórico segundo arquitetos especialistas.	106
Fig. 4.7-	Média das classificações sobre a importância da preservação das edificações do sítio histórico de Parnaíba segundo três grupos de respondentes.	108

Fig. 4.8-	SSA - Partições segundo a média do grau de preservação dos habitantes de fora da Avenida.	111
Fig. 4.9-	SSA - Partições segundo a média do grau de preservação dos habitantes da Avenida.	111
Fig. 4.10-	SSA - Partições segundo a média do grau de preservação dos arquitetos especialistas.	112
Fig. 4.11-	SSA - Comparação dos perfis dos grupos de respondentes na Representação Social da Preservação das edificações do sítio histórico de Parnaíba: habitantes da Avenida x habitantes de fora da Avenida	117
Fig. 4.12-	SSA - Comparação dos perfis dos grupos de respondentes na Representação Social da Preservação das edificações do sítio histórico de Parnaíba: habitantes da Avenida x arquitetos especialistas	118
Fig. 4.13-	SSA - Comparação dos perfis dos grupos de respondentes na Representação Social da Preservação das edificações do sítio histórico de Parnaíba: arquitetos especialistas x habitantes de fora da Avenida	119
Fig. 4.14-	SSA - Representações Sociais da preservação das edificações do sítio histórico segundo habitantes de fora da Avenida	120
Fig. 4.15-	SSA - Representações Sociais da preservação das edificações do sítio histórico segundo habitantes da Avenida	121
Fig. 4.16-	SSA - Representações Sociais da preservação das edificações do sítio histórico segundo arquitetos especialistas	122
Fig. 4.17-	Representações sociais das edificações do sítio histórico de Parnaíba: relações entre as facetas Estilo, Propriedade, Época, Uso, Caracterização e Localização.	123

Índice de Tabelas

Tab. 1.1-	Cartas Patrimoniais das décadas de 60, 70, 80 e 90 do século XX.	12
Tab. 2.1-	População Total, Urbana, Rural, Taxa de Crescimento Geométrico Anual - 1950/1996	27
Tab. 3.1-	Critérios de Classificação dos Estilos das Edificações do Sítio Histórico	142
Tab. 3.2-	Caracterização dos arquitetos especialistas	71
Tab. 3.3-	Caracterização dos habitantes de Fora da Avenida	71
Tab. 3.4-	Caracterização dos habitantes da Avenida	71
Tab. 3.5-	Escolaridade dos habitantes de Parnaíba	72
Tab. 3.6-	Renda dos habitantes de Parnaíba	72
Tab. 4.1-	Frequência dos critérios usados pelos habitantes de fora da Avenida na classificação livre	84
Tab. 4.2-	Frequência dos critérios usados pelos habitantes da Avenida na classificação livre	89
Tab. 4.3-	Frequência dos critérios usados pelos arquitetos especialistas em patrimônio na 1ª classificação livre	94
Tab. 4.4-	Frequência dos critérios usados pelos arquitetos especialistas em patrimônio na 2ª classificação livre	98
Tab. 4.5-	Média dos graus de preservação dos habitantes de fora da Avenida	148
Tab. 4.6-	Média dos graus de preservação dos habitantes da Avenida	149
Tab. 4.7-	Média dos graus de preservação dos arquitetos especialistas	150

Resumo

Com o pressuposto de que o comportamento depende da imagem, esta investigação explora variadas formas de apreensão do espaço construído da parte tradicional de uma cidade, composta pelo núcleo de origem e primeiras expansões, no qual é reconhecido um sítio histórico. Imagens e anseios de preservação ou transformação deste espaço nas visões dos habitantes e de arquitetos especialistas em patrimônio são estudados pelas representações das edificações do sítio histórico de Parnaíba, cidade antiga do litoral do Piauí, surgida durante o apogeu da economia do gado no nordeste brasileiro. Utilizando a Teoria das Representações Sociais de Moscovici, como base teórica, a Teoria das Facetas e as Classificações Múltiplas, no desenho da investigação, e técnicas Multidimensionais MSA e SSA, nas análises dos dados, foram caracterizadas duas visões da preservação dos sítios históricos, previstas na hipótese da pesquisa - visão leiga, baseada na experiência e visão técnica, na doutrina patrimonial - ambas fortemente influenciadas pela época das edificações. Algumas edificações antigas, pela forma hegemônica de suas representações nos grupos investigados, foram interpretadas como representações culturais; outras, partilhadas por determinado grupo através do uso ou da forma, como representações emancipadas; e aquelas não compartilhadas pelos grupos ou dentro deles, simplesmente como representações cognitivas individuais.

Abstract

Assuming that behaviour depends on image, the present investigation explores different forms of apprehension of the building within the traditional area of a town, constituted by its original nucleus and early expansions, within which a historical site has been identified. The study examines both the images and the desires for the preservation or transformation of the said area in the view of the town's inhabitants and of patrimony specialized architects, through their representations of the buildings within the historical site of the town of Parnaíba, an old city on the coast of the state of Piauí, which grew at the time when the cattle trade in the Brazilian Northeast was at its peak. By applying Moscovici's Theory of Social Representations as a theoretical basis, Facet Theory and Multiple Classification for the research design, and MSA and SSA Multidimensional Techniques for the analysis of the data, it was possible to identify two views of the preservation of the historical sites which had been hypothesized at the onset of the project, namely: a lay view based upon experience, and a technical view based on patrimonial doctrine, both strongly influenced by the date of the buildings. Some of the old buildings, due to the hegemonic form of their representations by the groups under study, were interpreted as cultural representations; others, shared by one group or the other through its use or shape, were interpreted as emancipated representations; and those not shared by the groups, or by individuals within the groups, were interpreted simply as individual cognitive representations.

INTRODUÇÃO

A representação da nação foi durante longo tempo o principal argumento do discurso que deu legitimidade às ações de preservação, ou seja, à seleção do objeto patrimonial que seria alvo do reconhecimento e da tutela do Estado.

Por razões diversas, a prática da proteção de bens culturais no Brasil, iniciada ainda na década de 30, esteve sempre dissociada de uma participação efetiva das comunidades diretamente afetadas pelas ações empreendidas pelos órgãos oficiais. As iniciativas de proteção eram, em sua grande maioria, desencadeadas e ultimadas por intelectuais que viam o patrimônio como expressão da própria nação.

Posteriormente, a partir da década de 60, se amplia a noção de monumento e daí por diante se consolida o conceito de patrimônio urbano. A tarefa de proteção se torna mais complexa, mas as ações desenvolvidas pelos especialistas em patrimônio, apesar de se inserirem em um processo crítico composto por investigação, documentação e definição do bem cultural e de seus respectivos valores, ainda não têm como pressuposto conhecer as expectativas e perspectivas da população em relação a seus sítios históricos.

Para seus mentores, ressalta Fonseca (1997:12), a legitimidade dessa prática protecionista além de assentar-se no valor simbólico da nacionalidade, assenta-se também em valores culturais atribuídos a partir de critérios formulados por determinadas disciplinas como a arte, a história, a arquitetura, a arqueologia e recentemente, a etnologia e a antropologia. Na verdade, trata-se de uma ação implementada por intelectuais ligada ao domínio de algumas áreas do saber e que pressupõe dos usuários o conhecimento dos códigos dessas disciplinas. Enfim, valores simbólicos com os quais um grupo muito reduzido da população brasileira se identifica.

A construção do patrimônio atualmente, como qualquer política pública, encontra-se atrelada a uma série de mudanças determinadas pela nova ordem global, entre elas, uma grave crise fiscal que vem provocando a diminuição do papel do Estado. O encolhimento do Estado como principal gestor do espaço urbano tem feito muitas correntes de pensamento indicarem como condição para a sustentabilidade de qualquer política nesse setor, o envolvimento dos atores no processo.

A convergência destas questões aponta-nos para o aspecto de interesse deste estudo: as conceituações dos habitantes e dos especialistas em patrimônio sobre um sítio histórico e suas expectativas em relação à sua preservação. Com o pressuposto de que o comportamento depende da imagem, exploramos as variadas formas de apreensão do espaço construído da parte mais antiga e tradicional de uma cidade, composta por seu núcleo de origem e primeiras expansões urbanas, que reconhecemos como um sítio histórico. As imagens e os anseios de preservação ou transformação desse espaço nas visões dos habitantes e de arquitetos especialistas são explorados como representações cognitivas individuais. Como representações relativas ao espaço onde pessoas vivem e às suas atitudes em relação à preservação do mesmo, bem como elementos simbólicos do espaço sobre os quais profissionais do patrimônio se debruçam visando à preservação.

Os valores culturais e sócio-econômicos que as teorias da preservação pressupõem como base para uma política de proteção e tratamento estão associados a alguns componentes do ambiente construído que os especialistas costumam considerar, na prática, identificadores de um sítio histórico e objetos de registro e inventário, fundamentando os critérios de seleção e construção do patrimônio oficial: valores artísticos, históricos e de antiguidade associados ao estilo das edificações e da sua época de construção; valores urbanísticos às características formais de ocupação do sítio urbano tais como homogeneidade/fragmentação; valor de originalidade às condições atuais de caracterização dos imóveis; e valores sócio-econômicos associados às condições atuais de propriedade, conservação e uso dos imóveis do sítio histórico.

Serão tais componentes também relevantes na conceituação dos seus habitantes quanto ao interesse em preservar e na seleção do que e como preservar?

O delinear das duas visões pretendidas nesta pesquisa é situado dentro do contexto histórico no qual foram forjadas a concepção do patrimônio e as teorias de preservação, valendo-se de um recorte espacial com certas especificidades. Como suporte teórico emprega-se a teoria das Representações Sociais e o corpo teórico-metodológico de duas outras – as Facetas e as Classificações Múltiplas – para desenhar os instrumentos de coleta e de análise dos dados.

No Capítulo 1, das Teorias modernas da preservação, são abordados os principais aspectos das teorias da preservação relativas ao processo de construção e tratamento dos patrimônios culturais. Começa pela concepção do patrimônio no século XIX e as principais teorias de então; continua com a consolidação da doutrina patrimonial, estudada por diversos autores, marcando o início de sua disseminação através dos encontros e cartas internacionais, durante a primeira metade do século XX. A partir da segunda metade deste século são tratadas as teorias modernas, o conceito crítico-criativo de restauração de Brandi, dos valores e princípios operativos das cartas patrimoniais relativos à preservação dos sítios históricos, que são, a partir dos anos 60, as maiores inspiradoras da preservação oficial no Brasil. A trajetória brasileira, com suas especificidades e características decorrentes da doutrina patrimonial, concebida internacionalmente, concluem a exploração do tema.

O Capítulo 2, seguinte, explora o recorte espacial da pesquisa, cuja escolha recaiu sobre a cidade de Parnaíba, núcleo urbano originado no século XVIII, devido a determinadas características que auxiliam o alcance de seus objetivos. Parnaíba possui um sítio histórico com as particularidades de condensar diversas configurações urbanísticas de épocas passadas em uma área pouco extensa e de não ser reconhecido oficialmente, à exceção do tombamento estadual de um pequeno trecho portuário às margens do rio Igarapu, o que torna seus habitantes, por pressuposto, menos influenciados pelas posturas dos arquitetos especialistas em patrimônio.

As questões relativas ao sítio histórico de Parnaíba foram abordadas numa perspectiva histórica. Inicia-se pelo contexto da ocupação do território do Piauí pelas primeiras vilas, no qual se inclui Parnaíba, como resultado de uma política de planificação urbana empreendida pela Coroa Portuguesa, durante o século XVIII. Enfatiza a formação do núcleo de origem da vila, à época São João da Parnaíba, explorando a documentação cartográfica existente para, posteriormente, analisar

expansão do seu tecido urbano. Enfim, descreve a configuração urbanística e arquitetônica atual do sítio histórico, evidenciando os aspectos pertinentes à sua escolha como recorte espacial da pesquisa.

O Capítulo 3 trata de aspectos teóricos e metodológicos no estudo das Representações Sociais, definindo as representações sociais do patrimônio cultural como objetivos da investigação, numa abordagem que justifica, dentro dos pressupostos das teorias da preservação e dos princípios práticos das cartas patrimoniais, as características culturais de um ambiente urbano escolhidas como critérios para investigar os conceitos dos habitantes e dos arquitetos especialistas sobre a sua preservação.

As Representações Sociais, de Moscovici, por se tratar de uma teoria do senso comum e da identidade social são destacadas como de grande interesse para análises no ambiente urbano devido ao papel essencial da experiência no processo social e simbólico de construção de teorias. Em síntese, somente a experiência torna o ambiente significativo.

São também abordadas as diferenças entre representações sociais e culturais, as funções, o conteúdo, a organização e o processo destas representações. Em seguida, são feitas considerações sobre as escolhas metodológicas que justificam a adoção da Teoria das Facetas no desenho da investigação e as Classificações Múltiplas como instrumento de coleta de dados, explorando os principais fundamentos destas duas teorias, à medida que se constrói a estrutura da pesquisa.

A caracterização dos sujeitos de cada um dos grupos de respondentes é apresentada na composição da amostra, que logo depois é descrita, assim como os procedimentos de pesquisa, a investigação piloto, as técnicas empregadas na coleta de dados e finalmente, suas técnicas de análise.

O modo integrado de construção da investigação da Teoria das Facetas, abrangendo a conceituação do objeto, o desenho dos instrumentos de pesquisa e análise de dados, foi escolhido por ter demonstrado grande validade na área de avaliação ambiental, propiciando a clara descrição dos múltiplos componentes do ambiente e a forma como são experienciados pelos usuários. (Monteiro & Loureiro, 1995: 53-74).

Já o Sistema de Classificações Múltiplas é um processo para explorar categorias e sistemas de classificação que as pessoas usam em determinados contextos, uma técnica planejada para clarificar o sistema de “construtos” das pessoas, o que significa a maneira delas compreenderem o mundo. A sua escolha como a técnica de coleta dos dados empregada na pesquisa empírica deve-se, sobretudo, a menor influência exercida pelo investigador sobre os sujeitos entrevistados.

Por sua vez, a técnica de Análise Escalonar Multidimensional - MSA (Multidimensional Scalogram Analysis) - apropriada para dados qualitativos, os utiliza em sua forma bruta, sem pressupostos acerca de sua natureza ou relações. A técnica de Análise da Estrutura de Similaridade – SSA (Similarity Structure Analysis), é basicamente um sistema de verificação que se fundamenta no princípio da proximidade e contigüidade.

No capítulo 4, são exploradas a visão leiga e a visão técnica da preservação de sítios históricos, fazendo-se a análise dos resultados das observações empíricas para, em seguida, tecer algumas considerações sobre estes resultados nas conclusões. As representações das edificações do

sítio histórico de Parnaíba relativas a cada grupo de respondentes da pesquisa foram estudadas através de tabelas estatísticas e das projeções geométricas das classificações destes sujeitos, produzidas pela técnica de análise MSA. São também exploradas as representações da preservação destas edificações e a sua extensão social pela técnica SSA e estabelecidas relações entre as visões destes grupos entre si, que foram interpretadas com base nas Representações Sociais.

Primeiramente, são analisados os conceitos do sítio histórico nos resultados das classificações livres das edificações do sítio histórico de Parnaíba, representadas pelas fotografias das edificações da Avenida Presidente Vargas. Através das projeções produzidas pela técnica estatística da MSA, uma para cada grupo de respondentes, é feita sua interpretação observando-se a estrutura espacial geral das edificações e a distribuição e ordem entre regiões que representam os critérios ou componentes dominantes nas categorizações de cada grupo. Em seguida, se estabelece uma discussão sobre os critérios mais importantes evidenciados pela pesquisa na formação da imagem do sítio histórico de Parnaíba nas visões de todos os grupos de respondentes, identificando-se os representantes da visão leiga e da visão técnica dos sítios históricos.

A questão investigada na classificação dirigida, analisada pela técnica SSA, é o conceito de preservação. A técnica foi usada para verificar se os componentes ou atributos normalmente considerados pelas teorias da preservação, de natureza física, sócio-culturais ou econômicos das edificações do sítio histórico de Parnaíba são determinantes nas visões dos habitantes e dos arquitetos especialistas sobre a sua preservação. Em outras palavras, se e como estes componentes do ambiente fundamentam a seleção do que preservar nestas visões. Diversos componentes/facetas foram avaliados nas projeções produzidas para cada grupo, confirmando ou refutando alguns critérios inicialmente considerados numa sentença estruturadora do conceito de preservação. Na discussão dos resultados foram mantidos os critérios que se mostraram atuantes na formação do conceito e formuladas novas hipóteses de funcionamento para os demais, que não foram descritos com clareza.

Na conclusão foram pontuados o contexto da investigação, os resultados mais importantes, evidenciados pelas técnicas de sua construção, da coleta e da análise dos dados adotados, e sua aplicabilidade aos dados de natureza qualitativa com os quais se lidou. Foram caracterizadas as duas visões acerca da preservação dos sítios históricos, a visão leiga e a visão técnica, previstas na hipótese da pesquisa, uma baseada na experiência e outra no saber técnico, e ambas fortemente influenciadas pela época ou idade das edificações. Verificou-se que algumas edificações, pela forma hegemônica de suas representações nos grupos investigados, podiam ser interpretadas como representações culturais. Outras, partilhadas por determinado grupo, caracterizaram-se como representações emancipadas e aquelas não compartilhadas, dentro ou fora dos dois grupos de respondentes, caracterizaram-se simplesmente, como representações cognitivas individuais.

Enfim, foram feitos o confronto das duas visões, a articulação dos resultados às teorias modernas da preservação exposta no Capítulo 1 e, por último, consideradas algumas implicações imediatas destes resultados sobre a prática patrimonial hegemônica exercida pelo Estado, dentro do quadro atual da política de preservação do patrimônio nas áreas urbanas.

CAPÍTULO 1

1- Teorias modernas da preservação

1.1-Concepção do patrimônio: os antecedentes teóricos

O início das ações de preservação dos objetos culturais pode ser posicionado há cerca de duzentos anos, vinculado ao processo de construção das nações, a partir das revoluções industrial e francesa. No início do século XIX, a renovação cultural decorrente do Iluminismo e da Revolução Francesa vai acarretar uma visão idealizada do monumento histórico e as conseqüentes ações de tutela e conservação, provocando o distanciamento crítico relativo aos objetos e à arquitetura do passado.

Os princípios e noções que fundamentam a doutrina preservacionista deste século, caracterizado por novos padrões e ideários urbanísticos estão expressos em duas teorias distintas, elaboradas na França, por Viollet-Le-Duc, e na Inglaterra, por John Ruskin.

Le Duc se volta para uma concepção formal da arquitetura e à noção de monumento ideal, não necessariamente o original, defendendo a restauração de um edifício como a restituição a um estado que pode jamais ter existido. Sua postura reflete a doutrina de reconstrução histórica, que introduziu na arquitetura a tendência de analisar o edifício através das partes isoladas. O estilo era entendido como um modelo ideal e abstrato, como um conjunto de regras objetivas, um código de uma época e local, classificados e ordenados filologicamente. Restaurar era reconstituir a unidade figurativa original, de forma rigorosa e científica, com o sacrifício da própria substância também original.

Através desta doutrina, a estética e a grandiosidade dominam com a noção do “mise en valeur”, que prescrevia a eliminação de tudo o que fosse prejudicial à visibilidade de um monumento excepcional, considerado essencial, visando sua valorização. Desta forma, o tecido urbano, no século XIX, já sujeito às alterações em nome da funcionalidade, da higiene e da segurança receitadas pelos urbanistas, é submetido também às mudanças ditadas pela preocupação estética dos arquitetos, sacrificando ainda mais sua autenticidade histórica.(FONSECA, 1997:65)

A postura de Ruskin é contrária a de Le Duc e se insurge contra ela à medida que considera que a questão central da preservação está na conservação das edificações e manutenção da memória social. Ele vê a arquitetura como lugar da memória, depoimento do que os homens pensaram, sentiram e executaram¹. Os vestígios do passado têm valor de relíquias, objetos sagrados, insubstituíveis e, portanto, intocáveis, que pertencem em parte aos que os construíram e em parte às gerações futuras. Assim, a consolidação lhe parecia aceitável, mas a restauração sem propósito, o que o levou a desenvolver a idéia de praticar no monumento do presente, a economia a favor dos que vão nascer e de lhes transferir recursos e valores presentes como os rios, montanhas, fontes e bosques.

No final do século XIX, as duas visões divergentes, a estilística de Le-Duc e a romântica e Ruskin, são conciliadas por Camillo Boito, arquiteto italiano, que elabora uma síntese das duas teorias, retirando-lhes o melhor. Formula um método de restauração que não aceita nem a negação do

v _____ a _____ l _____ o _____ r
¹ Organismo inserido em um mundo de transformação, cujo valor estava nas superfícies trabalhadas pelo homem e modeladas pelo tempo.

histórico em favor da unidade formal praticado por Viollet Le Duc, nem a renúncia fatalista de Ruskin, negando quaisquer intervenções de restauração. Do primeiro reteve o senso prático de que esta se justifica porque o interesse atual da conservação deve prevalecer sobre o respeito absoluto pelo passado. Do segundo retira a noção de autenticidade, que o leva a recusar a reconstituição das partes desaparecidas e conservar a pátina do tempo. Desta forma, admite a restauração, dando-lhe um sentido de salvaguarda limite, quando todos os outros meios fracassaram e o objeto não pode subsistir sem ela.

Entendia que uma intervenção em um monumento, desde que inevitável para a sua salvaguarda, deveria evidenciar os limite entre a matéria nova e a antiga, diferenciando-se esteticamente do original pela simplificação da ornamentação e, estruturalmente, pelo uso de materiais diferentes. Segundo sua teoria, o caráter ortopédico do trabalho feito deve carregar a marca do seu tempo e jamais passar por original, defendendo a explicitação das partes restauradas através de materiais e cores diferentes, legendas indicadoras etc.

No século seguinte, as teorias e os modelos institucionais europeus irão influenciar os demais países, quanto às políticas de preservação, seja através do colonialismo ou do imperialismo. Mas, é a partir da década de 50, que as principais diretrizes quanto aos fundamentos técnico-científicos e princípios que vão nortear as políticas nacionais começam a ser sistematizadas através dos encontros internacionais, via entidades não governamentais² e intergovernamentais³.

1-2- Cartas patrimoniais: a disseminação das teorias

Durante o século XX, as questões relativas à preservação do patrimônio transformam-se segundo uma seqüência que se desloca do monumento para o entorno; do entorno para sítio histórico; e finalmente, do centro histórico para o território. Esta trajetória pode ser percebida nas diversas teorias elaboradas e sua disseminação pelos encontros internacionais e respectivas cartas patrimoniais, que buscam estabelecer princípios práticos para a aplicação dos fundamentos teóricos⁴.

Os teóricos da preservação, além de acadêmicos, em geral estão envolvidos com a prática em agências governamentais, que volta sua atenção também para a diversidade de valores atribuídos a um bem patrimonial e as suas conseqüências, além da transformação dos conceitos.

Em 1902, Alois Riegel, historiador de arte encarregado da elaboração de nova legislação para conservação de monumentos da Áustria, em “Le culte Moderne des Monuments, son essence et sa genèse”, sua obra teórica, utiliza noções de desenvolvimento e relatividade para desvendar os valores subjacentes ao conceito de monumento, fazendo a dissociação entre valores do conhecimento e valores da sensibilidade. Analisa a preservação a partir das percepções que os monumentos suscitam nos

² ICOMOS- Conselho Internacional de Monumentos e Sítios - criada em 1964.

³ ONU- Organização das Nações Unidas - e UNESCO- Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura- e as organizações continentais como OEA- Organização dos Estados Americanos e Conselho da Europa.

⁴ Até a Segunda Guerra esses encontros têm um caráter técnico especializado, mas a partir de então tomam o caráter oficial.

Para ele todo monumento tem uma dimensão histórica e uma dimensão estética, isto é, todo monumento artístico é um monumento histórico, por representar um estágio determinado na evolução das artes plásticas e vice versa. Na concepção moderna o valor artístico não possui um caráter absoluto e sim relativo, ligado a um lugar na história. O monumento deve ser compreendido como um monumento da história da arte⁵, e seu valor, considerado desse ponto de vista, é menos artístico que histórico. A noção de valor histórico é, porém, mais extensa, pois faz referência a tudo o que ficou do passado como testemunho; depende das condições físicas que foram transmitidas e de sua capacidade de testemunhar, com coerência, o passado. Todas as estruturas urbanas consolidadas são históricas à proporção que representam um estágio determinado da evolução da sociedade, vistas no seu estado original, como se apresenta no momento da criação, enquanto obra humana.

Além destes dois valores, Riegel chama a atenção da prática preservacionista para a percepção imediata e intuitiva dos valores de antigüidade e de novidade, atribuídos pelas pessoas aos bens culturais. A difusão do valor de antigüidade teve conseqüência na conservação e restauração, originando conflito com o valor histórico, evidente na polêmica entre Le-Duc e Ruskin, no século XIX. Para o valor histórico, a leitura do monumento fundamenta-se na sua integridade, o que justifica a eliminação dos sintomas de degradação, a restauração e a eventual recriação. Para o valor de antigüidade, o monumento deve apresentar as marcas da idade, perceptíveis por todas as pessoas, eruditas ou não, portanto, é inadmissível qualquer intervenção estranha ao seu desgaste natural.

Outra contribuição importante de Riegel refere-se às articulações entre os valores de novidade, de uso, de antigüidade e histórico. Considera o valor de novidade de fácil captação por uma maior parcela de pessoas, ligado às expectativas estéticas que rejeitam os sinais de envelhecimento, conjugando-se ao valor de uso e contrapondo-se ao valor de antigüidade. O valor de novidade admite a restauração como forma de eliminar os traços do envelhecimento, o que o aproxima do valor histórico.

Também as idéias do italiano Gustavo Giovannoni, discípulo e continuador de Boito, não se fundamentavam somente na teoria; elas tinham razão de ser numa prática, que ele utilizou para orientar a recuperação da parte alta de Bérghamo, no norte da Itália. Tanto em sua obra teórica como na prática, outorga simultaneamente um valor de uso e um valor “museográfico” aos conjuntos urbanos antigos, integrando-os numa concepção geral de planejamento territorial. Os conjuntos urbanos antigos, que ele denominou de patrimônio urbano, adquirem valor e sentido como parte de uma doutrina de urbanização e não enquanto objeto autônomo de uma disciplina própria.

Giovanonni funda uma teoria da conservação e da restauração do patrimônio urbano, que pode ser resumida em três princípios: o plano regulador; o monumento e sua relação com o entorno; e o respeito à escala e à morfologia do núcleo urbano e às afinidades originais das suas partes com as vias de ligação. Em sua concepção, numa obra de restauração devem unir-se três critérios:

⁵ Desenvolveu, em 1903, o conceito de Kunstwollen, no qual um objeto criado em um tempo determinado assume um duplo papel: ao mesmo tempo em que reflete diversas tendências artísticas, influi nas variações das mesmas.

“as razões históricas que não devem cancelar nenhuma das fases, através das quais se compôs o monumento, nem falseá-las com acréscimos que induzam a erros; divulgação do material das pesquisas analíticas; o critério que vem do sentimento do cidadão, do espírito da cidade, com suas recordações.” (GIOVANNONI *apud* ASKAR,1996: 14)

Embora incorporadas à Carta Italiana do Restauro e em parte, pela Conferência de Atenas de 1931, a teoria construída por Giovannoni (1873-1943) não tem grandes repercussões fora do ambiente da restauração. Ela contrariava o regime fascista, ávido por obras espetaculares, que continuou arrasando a cidade medieval construída sobre as ruínas romanas. A relação original que o italiano imaginou entre planejamento territorial e planejamento urbano caracteriza-se como uma postura visionária, pois sua teoria antecipa, com os mesmos paradoxos e dificuldades, as diversas políticas imaginadas e aplicadas em sítios históricos da Europa a partir de 1960.

O restauro científico, elaborado por Giovannoni, revela-se insuficiente para enfrentar as destruições de grandes proporções decorrentes da Segunda Guerra⁶. O grau dos danos torna-o um método inaplicável. Para a reconstrução dos centros históricos destruídos, duas correntes são experimentadas: uma em molde totalmente novo, moderno, como o caso de Saint Dié; e uma outra baseada na reconstrução da identidade, recuperando as formas a partir de documentos, caso exemplificado por Varsóvia. Somente quando os danos eram pequenos, adotavam-se os princípios de restauração recomendados pela Carta de Atenas de 1931.

1.3- Teorias modernas da preservação

Após a Segunda Guerra, nos anos 60, a reavaliação dos motivos culturais que devem operar as intervenções necessárias leva a um novo princípio da restauração, que é o de dar ao valor artístico a supremacia sobre os demais, considerados enquanto subsidiários deste. Funde-se em um só ato dois conceitos, tidos como inseparáveis: o processo crítico e ato criativo, onde o primeiro realiza a compreensão da obra arquitetônica que o segundo deve prosseguir e integrar.

Neste sentido, Roberto Pane, em Nápole, e Renato Bonelli, em Roma, desenvolveram raciocínios bastante semelhantes acerca da restauração arquitetônica, estabelecendo que as intervenções são inerentes aos próprios valores dos objetos, ou seja, o estabelecimento de valores e limites é uma ação crítica. A ação crítica constitui um juízo de valor que identifica as características do objeto e impõe limites e parâmetros para a intervenção; o ato criativo a complementa, buscando o resgate dos valores estabelecidos pela crítica, recompondo a unidade potencial do objeto.

Inserindo-se dentro da visão crítico-criativa, a teoria do italiano Cesare Brandi é a mais

⁶Consistente da Grande Fundação de 1933, diretor do Instituto Central de Restauro, em Roma, e publicado em 1963, um livro que trata de uma ampla e humilde abordagem filosófica do problema da restauração através de marcas do seu tempo histórico, nas técnicas construtivas e materiais de revestimento.

uma teoria bem estruturada e abrangente.

Devido à sua formação de crítico e filósofo da arte e à atuação prática nas artes aplicadas, assume uma postura rigorosa quanto aos tratamentos praticados nos objetos artísticos. Assim, reconhece as obras de arte como objetos especiais, frutos do trabalho humano, mas que diferem das obras do cotidiano⁷. Este reconhecimento da natureza da obra de arte vai condicionar a ação de restauração.

O conceito de restauração de Brandi destaca sua concepção como ato crítico e a relevância da dimensão estética sobre os aspectos históricos, demonstrando a necessidade do ato criativo. Ele a define como o momento metodológico do reconhecimento da obra de arte tanto em sua dimensão física quanto nos seus duplos aspectos, estético e histórico, que desempenham papéis polares, visando sua transmissão para o futuro. Podem existir tensões entre solicitações diferenciadas das instâncias estética e histórica numa mesma obra, cuja solução decorre do reconhecimento da sua materialidade.

Ele define a materialidade como algo que não se limita ao aspecto físico, ela incorpora também o gesto, a intenção, o sentimento e outros estímulos para a criação de uma obra. A matéria da obra de arte é composta da sua estrutura ou suporte e do seu aspecto ou imagem, muitas vezes indistinguíveis, outras até separáveis, o que evidencia a necessidade de posturas intervencionistas diferenciadas para cada caso. Em situações em que se torna incontornável o sacrifício de parte da consistência material de uma obra, este sacrifício deve ser completado segundo a exigência da instância estética, ou seja, onde não é possível a conciliação destes dois desdobramentos da matéria, prevalece o aspecto sobre a estrutura.

O espaço ocupado por uma obra arte, segundo sua concepção, deve ser compreendido na sua forma mais abrangente: extrapola as dimensões da própria obra, estendendo-se ao seu entorno, ao seu contexto, à paisagem circundante, da qual é considerada inseparável. Este fundamento teórico torna-se um dos princípios mais difundidos da Carta de Veneza de 1964.

Outra questão importante na teoria de Brandi é a relação do tempo com a obra de arte, que ele classifica em três fases distintas: a da criação do objeto, que compreende todo o ciclo de criativo da obra; a fase da passagem é o tempo após a sua criação até o presente, compreendendo toda a sua trajetória, as sobreposições de ações, marcas, modificações e acréscimos; e a terceira fase que está associada ao reconhecimento, à percepção consciente da obra de arte na atualidade. A terceira fase é o momento legítimo para a inserção do processo de restauração, desde que não suponha a faculdade de reverter o tempo, nem abolir a história e as marcas da passagem do tempo⁸.

É na unidade potencial, diferente da unidade orgânica funcional da realidade existencial, que ele reconhece a obra de arte. Esta unidade singular não pode ser decomposta em partes, é aquela que mantém mesmo nos fragmentos o potencial inteiro da obra de arte, capaz de inspirar emoção. Os questionamentos quanto à sua existência numa obra é que irão apontar o caminho mais adequado para a ação de integração estética, seja ela um afresco ou um conjunto arquitetônico. Assim, a reconstituição

⁷Portanto, não assiste ao critério teórico que, como Argan e Munari, entende a unidade assim sempre com o cuidado da unidade potencial da obra de arte, pois se o objetivo da restauração é sempre com o cuidado. Esta última condição, no entanto, nunca deve se sobrepor à instância estética, sempre precedente.

para não produzir uma falsificação estética ou histórica. Contudo, é na conservação preventiva que
e 1 e

deposita maior confiança, pois só ela evitará intervenções mais profundas e extensas, com o intuito de reconstituir perdas.

Os fundamentos teóricos de Brandi, através da análise destes pontos essenciais destacados em sua obra - conceito, matéria, espaço, tempo, unidade potencial, instância estética, instância histórica e conservação preventiva - são traduzidos em princípios operativos, que foram incorporados no tocante à arquitetura e ao urbanismo tanto na Carta Italiana do Restauro quanto na Carta Internacional sobre Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios - Carta de Veneza, resultado do Congresso Internacional do ICOMOS, realizado em Veneza em 1964.

1-4- Valores dos sítios históricos e cartas patrimoniais

A Carta de Veneza, revisão da Carta de Atenas de 1931, reflete o extenso corpo teórico produzido até então e converte-se em referência fundamental para as políticas de preservação em todo o mundo, difundindo conceitos elaborados pelos diversos estudiosos do assunto. Posteriormente, visando unificar as práticas patrimoniais, os conceitos são aperfeiçoados e sistematizados pelos debates entabulados na série de encontros promovidos pelas organizações internacionais e registrados em novas cartas, na esfera mundial, regional e local⁹. Desta forma, consolida-se uma teoria da preservação que mantém válidos até hoje alguns princípios básicos do documento de 1964.

A teoria e o conjunto de vários documentos internacionais portanto, postulam a caracterização do patrimônio cultural em seu sentido mais amplo e a definição de seus respectivos valores, através de um processo crítico que percorre a investigação e a documentação, como base para o estabelecimento de uma política de proteção e tratamento.

Para Feilden, Jokilehto(1995:30), o conceito atual de patrimônio cultural entendido como *“o resultado de um processo unido ao desenvolvimento da sociedade contemporânea, seus valores e necessidades”*, envolve duas classes de valores: valores culturais e valores sócio-econômicos contemporâneos, que são destacados pelos cientistas sociais e políticas culturais na demarcação do universo de bens e práticas patrimoniais. A conjugação destes dois tipos de valores é um indicativo para o processo de avaliação dos impactos, tanto positivos quanto negativos que os mesmos, particularmente os valores sócio-econômicos atuais, podem ter sobre o objeto patrimonial.

Entre os valores culturais usualmente discutidos classificam-se três principais. Os de identidade se relacionam com os laços afetivos da sociedade com objetos e sítios específicos, evitando seu abandono ou destruição. O valor técnico ou artístico relativo fundamenta-se na investigação científica e histórico-crítica que estuda a relevância do desenho, da concepção técnica, estrutural e funcional do bem cultural e fundamentam a proteção e o tratamento. O de originalidade relaciona o

⁹ Referindo-se a classes específicas de patrimônio e a problemas particulares.

bem cultural a outros bens do mesmo tipo, estilo, construtor, período, região, etc a fim de definir sua originalidade, representatividade ou singularidade e o conseqüente nível de proteção.

Na segunda classe, dos valores sócio-econômicos atuais, identifica-se o valor econômico, gerado pelo bem cultural e sua conservação, que tem no turismo, no comércio, no uso e nas atrações do sítio suas fontes de ingresso, mas cujo manejo inadequado pode ocasionar inclusive a destruição do bem cultural. O valor funcional destaca o uso apropriado como fator determinante da sua permanência. O valor educativo inclui seu potencial para o turismo cultural e a conscientização sobre a cultura e a história como meio para integrar os bens históricos no presente. O valor social se relaciona com as atividades tradicionais e com o uso compatível atual, possuindo um papel de interação social atual, estabelecendo a identidade social e cultural. O valor político relaciona-se aos eventos históricos do bem cultural dentro do seu contexto regional e nacional e influenciam sua relevância atual, atraindo a atenção do público em geral para a sua salvaguarda e proteção, mas também podem ocasionar uma exploração indesejável. (FEILDEN, JOKILEHTO, 1995: 36-39).

Pelo quadro da Tabela 1.1 pode-se acompanhar, em ordem cronológica, da década de 60 à de 90 do séc. XX, os principais temas e questões tratados pelas cartas patrimoniais quanto aos conjuntos urbanos e sítios históricos, objeto da presente investigação.

Os princípios que constituem esses documentos resumem o processo de descentralização da questão patrimonial, que ocorre do nacional para o local em assuntos relativos à organização do território e no caráter interinstitucional, intersetorial e interdisciplinar assumido na prática da preservação. A descentralização pode ser percebida também na própria articulação das políticas de preservação e de planejamento, preconizada por Giovannoni no início do século XX, que traduz a complexidade do tema e seu crescente afastamento das intervenções de proteção baseadas no “mise en valeur” do monumento típico ou do conjunto monumental. À medida que propicia uma apreciação maior dos valores locais na construção do patrimônio cultural abre espaço para participação deixando, aos poucos, de ser assunto privativo dos especialistas de restauro e de conservação dos monumentos.

Em síntese, buscamos abordar as questões relativas às teorias modernas da preservação e sua tradução em conceitos e princípios operativos das cartas internacionais e nacionais, que são, indubitavelmente, no nosso meio, principalmente a partir dos anos 60, as maiores inspiradoras de critérios normativos que fundamentaram a atuação dos órgãos encarregados da proteção do patrimônio no Brasil. Na próxima seção tentaremos evidenciar as especificidades da trajetória brasileira e a sua relação com as principais questões suscitadas pela doutrina patrimonial, concebida internacionalmente.

Ano	Nome/ Organização	Título	Principais aspectos tratados
1964	Carta de Veneza/ Conselho Internacional de Monumentos e Sítios/ ICOMOS	Carta internacional sobre conservação e restauração de monumentos e sítios	<ul style="list-style-type: none"> • Amplia a noção de monumento, redefinindo sua relação com o entorno envolvente. • Sugere a adaptação de novos usos e programas nos edifícios antigos, como forma de conservá-los e evitar a “museificação”. • Estabelece critérios técnicos de restauração que se fundamentam em evidências documentais, no respeito às contribuições de todas as épocas de uma edificação histórica e na condenação das falsificações, definindo-a como “uma operação que deve ter um caráter excepcional” e quando necessária, deve “fundamentar-se no respeito ao material original e documentos autênticos”.
1975	Declaração de Amsterdã / CONSELHO DA EUROPA	Congresso do Patrimônio Arquitetônico Europeu	<ul style="list-style-type: none"> • Definem-se os princípios e recomendações da conservação integrada maior objetivo do planejamento urbano e regional: a conservação do patrimônio arquitetônico, bem comum dos europeus, requer integração interinstitucional (dos níveis de governo), intersetorial (habitação, circulação, saúde, turismo, cultura, infra-estrutura etc), multidisciplinar (participação dos diversos campos do saber pelos métodos, técnicas, aptidões), e responsabilidade partilhada (pública, privada) na conservação.
1976	Carta de Nairóbi / UNESCO	Recomendação relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea	<ul style="list-style-type: none"> • Enfatiza reabilitar e preservar o tecido urbano antigo como um meio de lutar não só pela proteção de particularismos étnicos e locais, mas contra o processo global de banalização e de normalização das sociedades e do seu meio ambiente. • Recomenda que observar relações de altura, cor, materiais, formas, agenciamento de coberturas e fachadas, e relações entre espaços vazios e construídos, é uma forma de estabelecer uma harmonia com as estruturas espaciais e a ambiência dos conjuntos históricos, quanto à inserção de edifícios novos.
1986	Carta de Washington / ICOMOS	Carta internacional para a salvaguarda das cidades históricas	<ul style="list-style-type: none"> • Declarando “as cidades do mundo são expressões materiais da diversidade das sociedades ao longo da história” reconhece o caráter histórico de todos os ambientes urbanos e enfatiza a inexistência de modelos prontos de ambientes históricos oficializados pelo tombamento e outros instrumentos. • Estabelece como valores a preservar de uma cidade histórica o conjunto de elementos materiais e espirituais que expressam a sua imagem, em particular a forma urbana através do traçado e parcelamento; a relação entre espaços construídos, abertos e verdes; a forma e o aspecto das edificações tais como estrutura, volume, estilo, escala, materiais, cor e decoração; a relação da cidade com o entorno natural ou construído pelo homem; e as diversas vocações adquiridas ao longo da história. • Declara que a introdução de elementos contemporâneos nos sítios urbanos históricos é enriquecedora em si mesma. A integração desses novos elementos fica condicionada somente à observância de relações de parcelamento, volume e escala, suprimindo-se as relações relativas a cor, ritmo, textura, agenciamento de fachadas e coberturas, da Carta de Nairóbi.
1987	Carta de Petrópolis / COMITÊ BRASILEIRO DO ICOMOS.	1º Seminário Brasileiro para preservação e revitalização de centros históricos	<ul style="list-style-type: none"> • Esclarece a noção sítio histórico urbano como “o espaço que concentra testemunhos do fazer cultural da cidade em suas diversas manifestações”, visto no “sentido operacional de área crítica, e não por oposições a espaços não-históricos da cidade”, uma vez que “toda cidade é um organismo histórico”. • O sítio histórico urbano é parte integrante de um contexto mais amplo composto do ambiente natural, do ambiente construído e da vivência dos habitantes num espaço de valores do passado e do presente, em processo de transformação. • Recomenda que os novos espaços devem ser entendidos como testemunhos ambientais em formação dentro desse processo dinâmico de transformação.

Tabela 1.1 (continuação)

Ano	Nome/ Organização	Título	Principais aspectos tratados
1992	Carta do Rio / ONU	Conferência Geral das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelece como princípios do desenvolvimento sustentável a integração entre a proteção do meio ambiente e o processo de desenvolvimento, que promova o equilíbrio social e econômico, de forma a atender as necessidades das gerações presentes e futuras. • Para o desenvolvimento sustentável o patrimônio construído é tido como um recurso não renovável e por isso deve ser preservado e nessa perspectiva, as intervenções nesse patrimônio a fim de atender os requisitos atuais das condições de vida, tendo em vista seu potencial de uso pelas gerações futuras, devem ter um caráter reversível.
1995	Carta de Lisboa	1º Encontro Luso-Brasileiro de Reabilitação Urbana / Centros Históricos.	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelece conceitos e recomendações relativos à reabilitação urbana integrada, baseada em princípios de economia e desenvolvimento sustentado, considerando tanto a recuperação do estoque edificado quanto à manutenção do tecido social que o habita como essenciais para a preservação da identidade dos Núcleos Históricos.

1-5- Preservação no Brasil

O Decreto-Lei 25/37 inaugura no Brasil, a proteção jurídica ao patrimônio cultural, criando o instituto do tombamento, que também protege o entorno do bem tombado, enfatizando os seus aspectos de visibilidade e serve de suporte para os tombamentos municipais e estaduais.

Até os anos 60 predominou como política do IPHAN, órgão federal encarregado da tutela dos bens culturais brasileiros, o uso do critério de seleção baseado na dimensão estética e formal, o que resultou na valorização quase exclusiva das manifestações da arquitetura colonial e do Movimento Moderno. Os objetos da seleção promovida pelo órgão foram os identificados com o passado da oligarquia rural, com o processo colonizador e com o funcionamento dos aparelhos de Estado.

A partir dos anos 70, a ampliação do conceito de patrimônio cultural introduzido pela criação do CNRC¹⁰ e o aprofundamento do movimento de descentralização administrativa provocado pelo PCH¹¹, a ênfase passa a ser dada aos conjuntos urbanos e paisagísticos, o que também ampliou as tarefas dos órgãos preservacionistas das esferas administrativas federal, estadual e municipal.

Nos anos 80, a incorporação de concepções da nova historiografia valoriza os processos acima da história factual, revendo a interpretação exclusivamente esteticista da *feição notável* e a visão restritiva da história aos *atos memoráveis*, previstos no Decreto-lei 25, simplificadoras dos processos históricos. Em consequência, o valor simbólico visual que orientava as intervenções é redirecionado para valor de referência, ou seja, os sítios e conjuntos passam a ser tratados como documentos da

¹⁰ Centro Nacional de Referência Cultural
 História e Patrimônio das Cidades Históricas

A noção mais abrangente de patrimônio que reconhece como identidade brasileira a heterogeneidade da sua formação social, a descentralização e democratização no trato das questões

patrimoniais, três tendências que já vinham sendo apontadas pelas cartas nacionais e internacionais, são incorporados pelos preceitos da constituição de 1988.

Mas, se por um lado, o balanço de Fonseca (1997: 251-257) sobre a política federal de preservação dos anos 70 e 80 indica a ampliação da noção de patrimônio, maior participação da sociedade nos pedidos de tombamento, mudanças na composição e atribuições do Conselho Consultivo e diversificação dos quadros técnicos da instituição, por outro, expõe também a permanência de dificuldades, limites e estrangulamentos de ordem operacional, principalmente na centralização das decisões.

Tais dificuldades evidenciam que o papel da política patrimonial federal ainda não foi equacionado diante das novas circunstâncias políticas e institucionais, pois os procedimentos para a seleção de bens a serem preservados continuam uma decisão exclusivamente técnica. A despeito do enfoque que elege os sítios históricos urbanos como objeto da preservação ter como consequência uma interferência muito maior na vida das pessoas, ainda não se tornou sistemática a prática de conhecer as visões dos principais envolvidos na preservação de áreas urbanas, ou seja, os seus habitantes.

A ampliação do enfoque aponta para uma abordagem multidisciplinar da questão e aumenta a complexidade da tarefa, patente nos recorrentes conflitos gerados pela inexistência de critérios para o exercício do tombamento - o que tomar e como tomar, pois “... a finalidade de conservar implica determinar o que conservar, e de que modo fazê-lo”. (Castro, 1991: 92).

Durante os anos 90, Glauco Campelo, presidente do IPHAN, torna pública a dificuldade enfrentada no processo de adaptação do órgão ao cumprimento dessa tarefa. Ao fazer a apresentação da Revista do Patrimônio Nº 23/1994, dedicada à cidade, revela a preocupação em superar a dicotomia entre o saber técnico especializado e a compreensão de um processo cultural em evolução através da captação dos impulsos de fora. (CAMPELLO, 1994:11)

No início da preservação da área urbana, quando sua especificidade como objeto patrimonial passa a ser reconhecida e incorporada nas operações de seleção e proteção por influência da Carta de Veneza, esse tipo de preservação prende-se mais à identificação de valores estéticos vinculados a uma determinada produção estilística. O requisito predominante exigido era a homogeneidade arquitetônica e estilística. Segundo Lia Mota (1999: 240-241), ainda hoje é de difícil assimilação no contexto brasileiro a substituição da idéia de unidade formal de um determinado período morfológico, normalmente utilizada para o reconhecimento de sítios históricos, pela compreensão da diversidade de períodos sobre um mesmo tecido urbano¹². Entretanto, trata-se de uma assimilação necessária, tendo em vista que no contexto brasileiro as transformações dos espaços produziram ambientes bastante distanciados dos modelos tradicionais¹³.

¹² Caso do sítio histórico de Parnaíba, que constitui o contexto empírico de nossa investigação.

¹³ Por sua vez, com os estilos mais recentes do movimento moderno, os estilos de preservação partiram do estilo ou monumentalidade.

anos 70, em atenção à demanda de comunidades que, organizadas em defesa de sua qualidade de vida

visavam livrar seus bairros da especulação imobiliária. Permanece o critério arquitetônico anterior, mas baseado na história dos vários estilos e não mais na unidade estilística.

Entretanto, Sant'Ana (2000) avalia que há algum tempo, a seleção de sítios urbanos para a proteção incorporou o valor documental dos testemunhos dos processos sociais e econômicos do espaço construído, caracterizando-se as áreas protegidas por rupturas no seu tecido urbano e pela grande heterogeneidade dos aspectos das edificações e das formas de ocupação do solo. Privilegia-se desta forma, a leitura de uma identidade urbana historicamente construída tanto pelos traços físicos - arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos - quanto pelas formas de uso e ocupação do espaço, pelas práticas sociais e cultura local, que estabelecem vínculos afetivos e simbólicos com o sítio.

A visões acima são, certamente, desdobramentos dos grandes temas debatidos nos encontros internacionais e nacionais e presentes nos documentos patrimoniais das últimas décadas: democratização, descentralização, identidades urbanas particulares, ambiente natural e construído, preservação e desenvolvimento econômico e social, preservação integrada, cidadania, desenvolvimento sustentável, entre outros.

Mas, essencialmente, refletem as repercussões desses temas diante da especificidade do contexto brasileiro. O olhar sobre a cidade que a considera enquanto documento da história urbana, exige a compreensão de outros valores a preservar, além dos tradicionais aspectos de estilo e de época¹⁴. De acordo com a Carta de Washington esses valores seriam “a forma urbana definida pelo traçado e pelo parcelamento; as relações entre os diversos espaços urbanos, espaços construídos, espaços livres e plantados”. Nesse sentido, dentro de um quadro novo da preservação no país, no qual a conquista democrática coloca novas exigências, consolidadas pela Constituição Federal de 1988, o órgão federal de preservação tem procurado desenvolver novos instrumentos de trabalho voltados para as demandas atuais. Esses instrumentos, além de concebidos dentro desse ideário, têm a função de embasar e atualizar os referenciais de valor que orientam as ações de preservação, através de uma investigação exaustiva, como as que caracterizam os projetos de inventários ultimamente em curso, entre os quais destacamos o “Inventário Nacional de Bens Imóveis e Sítios Urbanos Tombados”.

Contudo, passar da concepção para a execução não é uma tarefa fácil, principalmente quando se trabalha com novas maneiras de compreender o patrimônio dentro de uma instituição com hábitos cristalizados pela tradição, cujas mudanças necessitam de tempo para serem operadas.

Outros desdobramentos dos documentos internacionais em contexto brasileiro são referentes às orientações para novas intervenções em áreas urbanas históricas previstas na carta de Nairobi. Tais orientações resultam de uma prática contumaz de intervenção, conduzida pelo interesse

¹⁴ Cópia do habitante, que privilegia o uso e o modo de produção dos sítios urbanos habitados de áreas urbanas protegidas há mais tempo.

¹⁵ Este costume, segundo Sant'Ana (2000) revela-se impróprio e atualmente, uma vez que as características próprias ou inovadoras, totalmente servil às edificações antigas ao imitá-las de forma simplificada.

conjuntos protegidos dentro de uma nova ótica iniciada nos anos 70, caracterizam-se pela

heterogeneidade e fracionamento da arquitetura, não existindo únicos modelos de ritmo, textura ou agenciamento típico a seguir.

Paralelamente à postura de respeito ao valor documental das áreas históricas e da própria cidade como um todo, mais comum entre as camadas mais cultas, novo padrão de intervenção tem sido imposto pelo contexto da globalização da economia e da cultura, apoiadas nas tecnologias de comunicação, que cria novas relações de identidades e possibilidades de uso dos bens materiais. O modelo de intervenção gerado pela globalização, da competitividade entre cidades e do fluxo das informações, baseado na sustentabilidade econômica da indústria do turismo, retrocede à valorização visual estilística dos primeiros tempos da prática brasileira. O que se evidencia como primordial e inevitável, nesse modelo, é a supremacia da sustentabilidade econômica em detrimento do valor documental dos sítios históricos, que tende a uma criação de cenários de consumo fachadistas e a uma homogeneização cultural. Esse modelo tem prevalecido em algumas intervenções, realizadas nos últimos anos, em sítios históricos brasileiros, cujo exemplo mais típico é o do Pelourinho.

Por outro lado, percebe-se que essas intervenções, exatamente pela valorização visual estilística, que imprime ao patrimônio edificado um valor de novidade, têm tido uma aceitação bastante positiva por amplos setores da sociedade brasileira, pouco identificada com outro valor que lhe contrapõe - o de antiguidade, tão prezado pela cultura européia, ambos identificados e estudados por Riegel. Neste sentido, possuem inegável mérito de dar visibilidade aos sítios históricos que se encontravam degradados e em ruínas e ameaçados de desaparecimento e de despertar o interesse da população pela sua preservação, como símbolo de identificação.

Para alguns autores, as referências para a preservação diante desse quadro da globalização passam pelo reforço das identidades locais como forma de resistência, preocupação explicitada na Carta de Nairobi de 1976. Embora as reflexões sobre essa temática não sejam conclusivas, uma tendência é clara: a crescente participação da população nas ações preservacionistas é um caminho sem retorno. Essa participação tem sido evidenciada pelas demandas de novos atores sociais que se reúnem em torno de diferentes identidades, definidas por recortes de gênero, crenças, etnias etc. Assim, a tendência que aponta para uma política de preservação mais democrática passa também pelo reconhecimento dessas novas identidades e de suas demandas, além das tradicionais diferenças de classes e de níveis local, regional e nacional.

Novamente retomamos a definição de sítio histórico definida pela Carta de Petrópolis, “o espaço que concentra testemunhos do fazer cultural da cidade em suas diversas manifestações”, que deve ser compreendido no “sentido operacional de área crítica” para destacar o sítio histórico de Parnaíba. Esse sítio ainda espera pelo reconhecimento da sua diversidade, da soma dos diversos períodos morfológicos que o caracterizam para a concretização de sua proteção jurídica, dentro de

uma nova prática patrimonial em construção que, aos poucos, vem incorporando o valor documental dos testemunhos dos processos sociais e econômicos do espaço construído e, sobretudo, considerando a ótica dos seus habitantes nesta construção.

CAPÍTULO 2

2- O sítio histórico de Parnaíba

2-1- Núcleo de origem: surgimento e formação da vila

A cidade de Parnaíba, o mais importante centro urbano da região norte do Estado do Piauí, tem sua origem na vila de São João da Parnaíba, fundada em 1762, por João Pereira Caldas, Governador da então Capitania de São José do Piauí, em obediência à ordem específica da Carta Régia de 1761, que cria em território piauiense sete vilas ¹ a partir de povoações já existentes e eleva Oeiras à condição de sede da Capitania.

Esta carta se insere, pelos argumentos de Delson (1979), no quadro de medidas adotadas pela Coroa Portuguesa para solucionar a ocupação das terras do nordeste brasileiro. Um programa planejado de construção de vilas seria então, uma maneira de proteger a Colônia contra ataques espanhóis e estabelecer a autoridade da coroa em um sertão dominado pelos interesses de latifundiários, desbravadores em permanentes conflitos com os índios e que se consideravam senhores das terras descobertas. O sertão do Piauí, por ser uma alternativa lógica à comunicação marítima entre os núcleos urbanos de São Luís e de Salvador, difícil e dispendiosa ², foi então escolhido para o primeiro experimento de planificação urbana planejada no Brasil.

De acordo com Delson, em 1716, debelada a rebelião dos índios e amenizados os ânimos dos latifundiários, as autoridades locais do Piauí recebem as leis de planejamento que forneciam instruções metodológicas para a fundação de duas vilas: a da Mocha, atual Oeiras, e uma povoação a ser construída na confluência dos rios Longá e Piracuruca, que mais tarde teria originado Piracuruca. Contudo, neste ponto a pesquisadora reproduz um engano da obra de Thedim Barreto, que interpreta a Carta Régia de 1761 como sendo outra anterior, de 1716. A primeira faz uma série de recomendações de ordem urbanística e é reproduzida no início da sua obra; a segunda, na realidade não existiu ³.

O esclarecimento deste equívoco altera a cronologia das experiências de planejamento urbano nos territórios do Piauí e Ceará, invertendo as posições: as experiências iniciadas com a criação da vila de Aracati é que vão criar um modelo seguido nas demais iniciativas de planificação urbana daí para frente. Com o tempo as disposições legais quanto à criação de vilas tendem a se tornarem mais meticulosas e exigentes, ao contrário de se tornarem mais flexíveis ali, depois da experiência iniciada na vila da Mocha, como observa a autora.

A fórmula de Aracati deu tão certo que suas leis de planificação urbana foram tomadas como da construção de uma cidade modelo, iniciando-se a nova política baseada no sistema de

P i a n i f i c a ç ã o ,

¹ Parnaíba, Jerumenha, Valença, Castelo, Campo Maior, Piracuruca e Parnaíba

² Os ventos predominantes tornavam a viagem contornando o Cabo de São Roque muito arriscada e a alternativa de acompanhar a linha da costa era árdua e demorada.

³ Segundo Pereira da Costa e Odilon Nunes a vila da Mocha foi instalada em 1717, na forma da Carta Régia de 1712 e não 1716, que tampouco continha especificações detalhadas relativas às disposições urbanísticas.

que se expande para as vilas de todas as outras regiões do país durante o século XVIII, inclusive ao Piauí, através da Carta Régia de 1761.

Sempre com o objetivo de impor a autoridade da Coroa, esta política se torna mais rígida quanto à uniformidade do traçado e das casas. O planejamento contido nas ordens de 1761 previa os seguintes passos: fundar a vila a partir da paróquia anteriormente implantada; reunir os moradores da região para decidir sobre localização da praça central e no seu centro, posteriormente, construir o pelourinho; indicar a área para construção da igreja matriz, câmara, cadeia e outros órgãos com funções municipais; instruir um loteamento residencial retilíneo; e por último exigir que todas as moradias fossem construídas com o mesmo estilo de fachada, com o intuito de imprimir uma aparência harmoniosa ao traçado urbano.

A regularidade do traçado urbano e a uniformidade das unidades residenciais tinham o objetivo maior de transmitir a impressão de autoridade estabelecida e era, sem dúvida, a reiteração mais forte da autoridade da Coroa que se podia obter com a instauração do novo povoamento. Surgia então no Brasil, o modelo de povoamento subsidiado pelo Reino segundo uma série de normas e preceitos.

Para Barreto (1975:197) as instruções quanto ao desenho urbano das novas vilas, foram sempre seguidas e exemplifica esta afirmação citando as providências tomadas pelo governador, em 20 de dezembro de 1762, de remeter à câmara do senado uma planta para regular o arruamento da vila de São João da Parnaíba e posteriormente ter baixado ordens enérgicas a fim de restabelecer a edificação de casas e efetivar a vila no local determinado.

Na verdade, tais providências foram tentativas mal sucedidas do governo português de impor o estabelecimento da vila em local pouco propício ao seu crescimento e fadado ao desaparecimento por contrariar uma tendência local, repetindo-se as circunstâncias verificadas na criação das vilas de Fortaleza e Aquiraz, no Ceará. De fato, em 1770, a vila de São João da Parnaíba, inicialmente implantada no pequeno lugarejo de quatro fogos⁴, com o nome de Testa Branca, foi transferida para o Porto das Barcas, uma feitoria próspera dominada pelos estabelecimentos de charqueada, localizada às margens do Rio Igarauçu, um dos vários braços com que o Rio Parnaíba forma seu delta para lançar-se no Atlântico (Figura 2.1).

Testa Branca era uma localidade de somente quatro fogos, oito moradores livres e onze escravos. Enquanto isso, o Porto das Barcas era mais povoado, apresentava estabelecimentos comerciais, armazéns e casas para oficinas, embora também o inconveniente da insalubridade provocada pelo preparo da carne e do processamento da sola, localizada muito próximo da povoação. A escolha de Testa Branca pelas autoridades tinha o objetivo de escolher um local mais salubre, preocupação que já se tornara habitual entre os portugueses, mas o fator econômico, nascido da

indústria e do comércio, acabaria por predominar na efetivação do local político e administrativo.

O Porto das Barcas tem sua história ligada à figura de Domingos Dias da Silva, rico português que se instalou na região em meados do século XVIII, vindo do sul da colônia, tornando-se

proprietário de fazendas, charqueadas e várias embarcações que faziam o comércio entre a Capitania e outros portos brasileiros. Além do comércio que mantinha com o Pará, Maranhão, Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro exportava, anualmente, toneladas de charque para a Europa. Como consequência do poder econômico herdado do pai, seus descendentes também desempenharam papel influente na história político-administrativa da capitania⁵.

Segundo Mott (1985), dentre os documentos do século XVIII consagrados ao Piauí e conhecidos até aquela data, o relatório do ouvidor-mor Antônio José de Moraes Durão, intitulado "A Descrição da Capitania de São José do Piauí", de 1772, é o mais completo e que traz informações preciosas sobre a vida sócio-econômica sertaneja. Por alguns trechos deste relatório pode-se depreender que a vila denotava certa prosperidade, devido ao intenso movimento de exportação para vários portos, do norte e sul do país; era um empório comercial com uma estrutura urbana consolidada, merecendo destaque a Igreja Matriz, que embora sem cobertura, era uma edificação sólida de cantaria, com linhas magníficas, instalações em que foram gastos 200 contos de réis (MOTT, 1985: 30-31).

Por outro lado, parte da descrição da vila destaca-lhe a insalubridade ao tempo em que aponta como causa a proximidade dos abatedouros e curtumes. Tal fato explica a preocupação dos administradores portugueses com a instalação de currais e matadouros longe das casas, decisão anteriormente tomada na criação da vila de Aracati, no Ceará e, ao mesmo tempo, evidencia que as prescrições do modelo adotado como protótipo do desenvolvimento urbano sancionado pela Coroa nem sempre prevaleceu sobre as razões e os costumes locais.

Odilon Nunes também refere-se a outro documento de 1775, deixado pela Junta Trina que governou o Piauí durante 22 anos, no qual faz referências a situação do Piauí, destacando o crescimento econômico de Parnaíba entre as vilas criadas em 1762 – Parnaguá, Jerumenha, Campo Maior, Castelo, Valença e Parnaíba - em obediência à CR de 1761 que, originalmente, mandava criar oito vilas:

“Igualmente devemos noticiar a V. Exa. que das seis vilas desta Capitania, criadas no ano de 1762 só a de S. João da Parnaíba, fundada na margem oriental do braço do Igaracu, tem tido aumento e promete cada vez mais não só pelo negócio do porto de mar que se lhe introduziu, senão também pelas fábricas e manufaturas com que se acha; as mais estão no mesmo estado em que se lhes deu aquele nome, conhecendo-se unicamente por vilas em razão de terem Pelourinho, ou um pau cravado na terra a que se deu aquele apelido.” (NUNES; 1975: 129)

Quanto à cartografia mais antiga, dois mapas de Parnaíba referentes a esse período dão fundamentos para a análise da formação e crescimento da vila. Esses dois mapas, um de 1798 (Figura

Notadamente Simplicio Dias, pela sua participação no movimento de adesão do Piauí ao processo de independência decretado por Pedro I.

2.2) e outro de 1809 (Figura 2.3), são reproduzidos da obra de Goulart "Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial" recentemente publicada no ano de 2000, a fim de permitir uma comparação do traçado da vila de São João da Parnaíba com sua configuração urbanística atual. A primeira constatação é de

que a vila apresentava um traçado ortogonal próximo do atual, que permanece no núcleo de origem, inclusive com as inclinações das ruas Conde D'eu e Duque de Caxias.

A planta de 1798 apresenta um tecido urbano formado por quarenta e quatro quadras retangulares, de diversas dimensões, distribuídas em volta de um grande largo quadrangular: no seu centro está assinalada, também por um quadrado, a presença do pelourinho; duas igrejas são reconhecíveis nos desenhos rebatidos das fachadas sobre o interior de diferentes quadras periféricas. Este tecido é localizado às margens de um curso d'água, próximo à sua confluência com outros cursos de maiores proporções. Dentro do tecido urbano se destaca uma via que nasce à beira do rio e segue perpendicular, tangenciando o largo, na direção leste, percorrendo toda a extensão da sua malha; do outro lado do rio é marcante a indicação da direção norte. Através destas representações se reconhece o rio Igarau no curso d'água mais estreito, a praça da Graça como logradouro central, as igrejas N. S. das Graças e N. S. do Rosário, a antiga rua Grande⁶ que sai da beira do rio e as ruas adjacentes. O núcleo inicial da vila é delimitado por esta via, atual Presidente Vargas, ao norte, e pelas atuais Marques Herval ao sul, Conde D'eu à oeste e Almirante Gervásio Sampaio à leste. (Figura 2.4)

No mapa de 1809, de onze anos depois, a configuração da cidade é praticamente a mesma, à exceção do aparecimento de uma segunda praça com a indicação do pelourinho. Neste documento, mas especialmente na perspectiva aérea que o complementa, cujo observador foi colocado do outro lado do rio Igarau, distingue-se os prédios da Matriz N. S. das Graças, representada de lado, e da Igreja N. S. do Rosário, pelo fundo. Além destas duas edificações, sobressaem-se outros prédios remanescentes, cujo destaque é dado pelo número de pavimentos e ou por figurarem nos primeiros planos da perspectiva. São eles: o Sobrado de Simplício Dias; o Sobrado do Mirante, cujo pátio interno apresenta o desenho de uma forca; e uma única capela, situada entre a Praça e o Porto. Essa última teria sido a primeira capela da localidade, da época em que Porto das Barcas era ainda uma feitoria, referência feita por alguns historiadores⁷. A maneira como a vila é retratada, de uma visão que parte do rio, revela a sua primazia como ponto de referência da localidade; o rio é o elemento de ligação com outros centros, a porta de entrada de gêneros e pessoas, o meio de comunicação e transporte que propicia a troca de mercadorias.

Em ambos os mapas não há qualquer referência que indique a localização da Casa de Câmara e Cadeia, construída em 1775. A presença da forca na vista é um indício da Câmara e Cadeia no sobrado do Mirante, mas sua localização em uma rua adjacente à praça principal, e não nesse logradouro, o que era usual, deixa dúvida a esse respeito. Quanto ao pelourinho, outro importante

⁶ O bloco da atualidade portuguesa que de via sendo construído no meio da praça central, observa-se
⁷ Ela se assemelha, pelas dimensões, às tradicionais capelas do Senhor dos Passos.

que sua localização é representada de forma diferente nestes dois documentos. Enquanto no mapa de 1798 ele é colocado no centro da praça principal, ladeado pelas duas igrejas, nos documentos de 1808 aparece no centro de uma praça localizada mais ao sul, separada da primeira por uma quadra.

Os dois mapas foram elaborados alguns anos após a instalação da vila de Parnaíba e, pelos relatórios aqui citados, já se mostrava bastante aumentada e economicamente promissora devido ao comércio marítimo, às fábricas e manufaturas ali instaladas, quando comparadas às vilas do interior. De fato, a presença de alguns sobrados na perspectiva de 1809 é um indício de certa prosperidade, embora a maioria das edificações representadas se caracterizem pela simplicidade construtiva. No contexto da época, a posição social mais elevada do proprietário era caracterizada pelo sobrado, de piso assoalhado, distinguindo-o do habitante da casa térrea, de chão batido.

A produção e o uso da arquitetura dos núcleos urbanos coloniais baseavam-se no trabalho escravo e a vila de São João da Parnaíba, como as demais do século XVIII, era limitada pelo nível tecnológico primário baseado nessa mão de obra. Tinha dimensões reduzidas e se apoiava no mundo europeu e no mundo rural circundante para a solução de seus problemas de abastecimento. As ruas apresentavam um aspecto uniforme, com casas térreas e assobradadas, construídas sobre o alinhamento das vias públicas e sobre os limites laterais dos terrenos. Essas características decorriam das antigas tradições urbanísticas de Portugal, transmitidas, entre outras formas, pelas disposições legais, como se verificou no Piauí.

Os dois mapas acima referenciados tratam-se de levantamentos de épocas diferentes, produzidos em um intervalo de onze anos e, fatores locais como os que determinaram a escolha da sede da vila pode ser a explicação para uma mudança na localização do pelourinho no transcorrer desses anos⁸. Embora nem todas as disposições fossem cumpridas, a formação do centro urbano de São João da Parnaíba obedece em linhas mais gerais ao modelo traçado pela Carta Régia de 1761 quanto ao desenho urbano, uma das primeiras ordens de uma série a tratar do controle do desenvolvimento urbano na colônia. As ordens dessa carta não prescreviam dimensões definidas para a praça central e largura das ruas, como foram feitas em legislações posteriores, mas as instruções insistiam na demarcação em linha reta, ou à régua, dos lotes destinados a residências, garantindo disposição ordenada e em alinhamento das moradias e na adoção do mesmo estilo nas fachadas das casas, para obter uma impressão de uniformidade e uma vista de conjunto harmoniosa: "... o objetivo era criar uma comunidade de aparência ordenada que logo à primeira vista desse a impressão de que havia uma autoridade estabelecida". (DELSON, 1997:19).

⁸ Tais conjecturas só podem ser confirmadas com um trabalho de investigação mais detalhado, incluindo prospecções arqueológicas sobre as localizações do pelourinho nas duas praças, mas isto é um tema para outra pesquisa.



Figura 2.1 - Mapa de localização do Piauí na costa nordestina e da cidade de Parnaíba. PROJESC. Secretaria da Indústria e Comércio. Teresina, 1982.

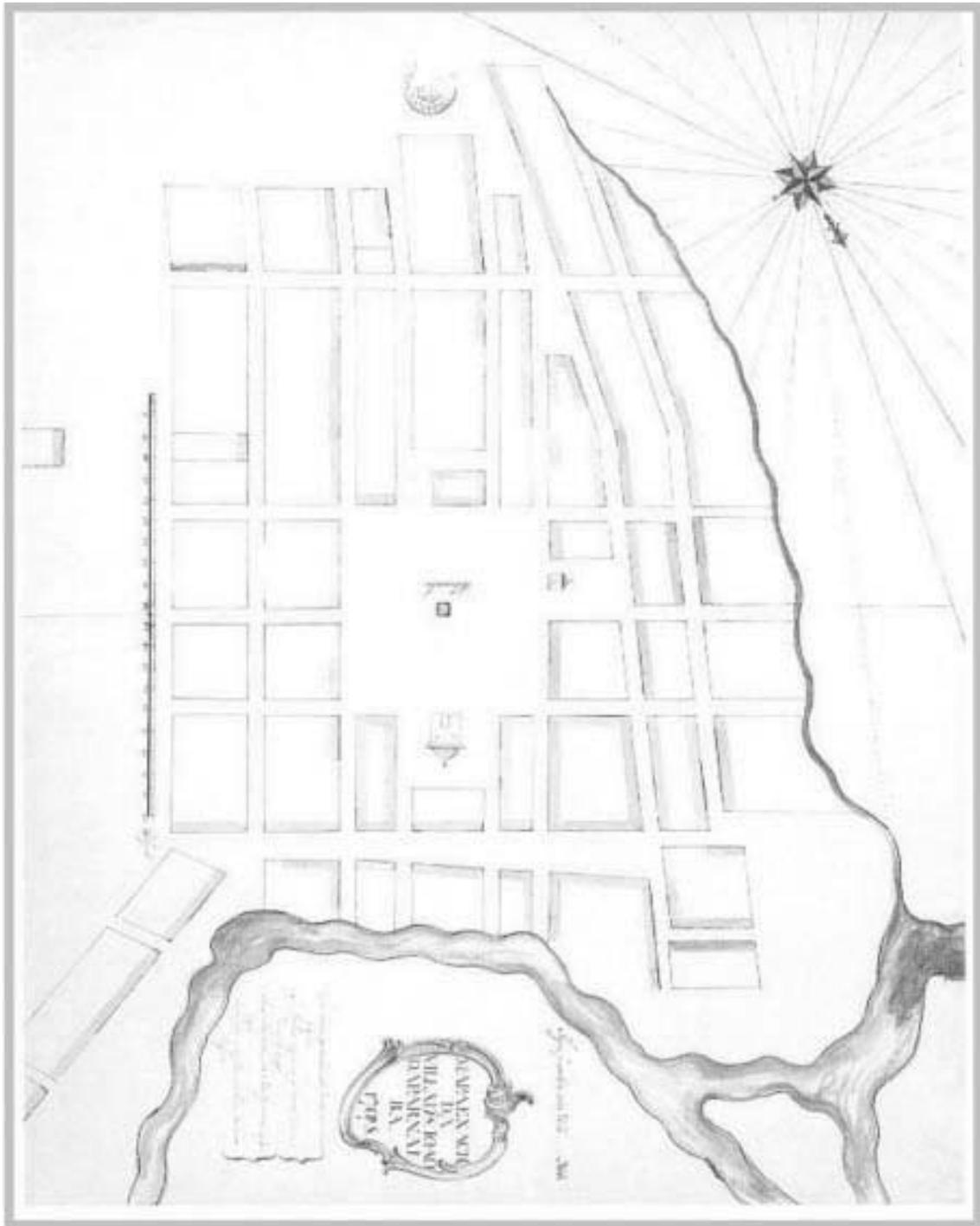


Figura 2.2 - Mapa publicado no livro "Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial", de Nestor Goulart Reis Filho sob o título: "Mapa exacto da Villa d' São João da Parnaíba" - original manuscrito do Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, 1798 Pág. 352.

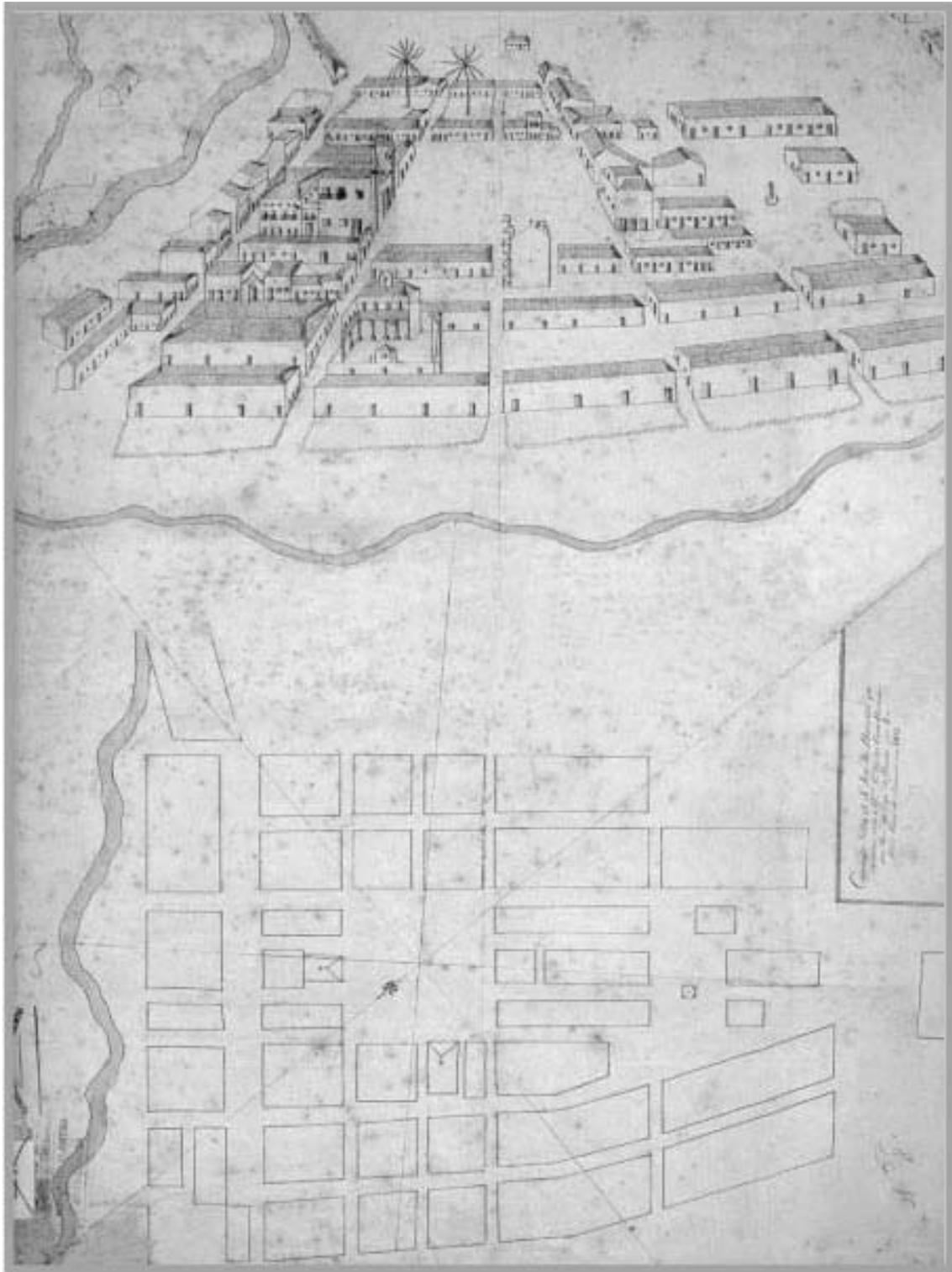


Figura 2.3 - Mapa publicado no livro "Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial", de Nestor Goulart Reis Filho sob o título: "Cópia da Villa de São João da Parnaíba" Original manuscrito de José Pedro Cêzar Menezes do Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro, 1809 pág. 352.

2. 2 - Expansão urbana

Vimos que o comércio se instala como ponto forte da economia da vila de Parnaíba na segunda metade do século XVIII, tendo como base de escoamento das mercadorias a navegação fluvial e marítima, que recebeu considerável impulso com a criação da alfândega em 1822, por D. João VI. Em 1844, Parnaíba foi elevada à categoria de cidade, constituindo-se em um dos principais pólos econômicos do estado.

A vocação comercial exportadora, inicialmente marcada pela produção do charque, depois algodão, fumo, couro, sementes de origem extrativista, cresce no início do século XX com o comércio internacional da cera de carnaúba, as amêndoas e os óleos. Tal vocação, associada a sua localização estratégica, fez de Parnaíba a única cidade do Piauí a manter permanente contato tanto com a cultura européia e do sul do país, durante os séculos XVIII e XIX e com a americana, durante o século XX, quanto com a cultura agreste do interior do estado. O contato com o interior, levando-lhe os produtos industrializados vindos de fora e escoando os seus produtos, inicialmente feito pelo transporte fluvial, foi posteriormente, na primeira metade do século passado, substituído pelo ferroviário e mais recentemente, depois da década de 50, pelo rodoviário.

Esta característica fez surgir e foi consolidando, ao longo do tempo, um sítio histórico singular. Em uma área relativamente pequena do tecido urbano, coexiste o modelo luso-brasileiro do início da sua formação, no século XVIII, com a arquitetura oitocentista maranhense e as influências de outras épocas mais recentes, recebidas de outras praças. O tecido urbano tradicional inicia-se nas margens do rio Igarauçu e estende-se por uma área, de cerca de 1 Km de extensão, ao longo da Avenida Presidente Vargas, antiga rua Grande, até a ferrovia (Figura 2.6). Durante o século XIX, a cidade não cresceu ao norte desse eixo, por constituir-se de área sujeita à inundação, condições ambientais já destacadas por Durão no século XVIII. Do outro lado, ao sul, contornando a praça Santo Antônio, foram edificados exemplares arquitetônicos baseados no ecletismo do início do século XX.

A partir da década de 50, com a ênfase crescente no sistema de transporte rodoviário, a cidade se expande para além desses limites, em continuidade ao traçado ortogonal, já presente no seu núcleo original. A área de expansão diferencia-se do tecido tradicional pelas grandes e largas avenidas, quarteirões maiores e pela forma das construções, presas a padrões construtivos, técnicos e estilísticos, mais atuais.

⁹ O conjunto de edificações mais antigas de Parnaíba, cuja construção e uso apoiava-se no
⁹ Estes mapas foram elaborados sobrepondo-se ao tecido urbano atual, representado no mapa do IBGE de 1999, o traçado do final do século XVIII, mostrado nos mapas de 1798 e 1809.

regime escravista, encontra-se no núcleo original, cujo perímetro é estabelecido pelos mapas⁹ das figuras 2.4 e 2.5, a maior parte remanescente do século XIX, e teria sido bem maior de acordo com Silva (1997). Foi substituído progressivamente pelo ecletismo do princípio do século XX, em decorrência das relações de produção e consumo, tornando-se o fator mercantilista determinante na sua configuração urbanística, desde o seu início. Primeiramente, a substituição foi provocada pelo comércio e serviços comerciais e industriais.

do comércio de exportação e importação, que atinge o seu apogeu durante a Segunda Guerra Mundial, e mais recentemente por novo surto de expansão desse setor.

Às margens do rio encontram-se os galpões portuários, construídos em alvenaria de pedra e cal de conchas, referências dos primeiros tempos. Próximo dali, a cerca de 300 metros de distância, situa-se a praça da Graça, com suas duas igrejas assinaladas em documentos do final do século XVIII, ainda hoje existentes, apesar de bastante modificadas. No seu entorno, o arruamento também remanescente do núcleo original e mais antigo, algumas ruas com sobrados e casas térreas coloniais, cujos lotes são mais estreitos e profundos e indica um forte adensamento, conformação típica do parcelamento do solo deste período.

A avenida Presidente Vargas, antiga rua Grande, no século XVIII já era a via de ligação do porto ao núcleo urbano. Ela prossegue seu curso como eixo estruturador do crescimento da cidade, tornando-se a partir de então a essência do segundo momento urbanístico, que atinge o seu apogeu no início do século XX e culmina com a ligação do Porto à Ferrovia, já na década de 40.

Planejada em novos padrões, ao gosto estético do início do século, a avenida reflete a evolução da arquitetura urbana de Parnaíba. Na extremidade do rio Igaráçu prevalece um conjunto de arquitetura luso-brasileira, com suas alvenarias de pedra e cal, faiança e ferro forjado, mesclada com a carnaúba e a telha vã, adaptadas ao meio e ao clima equatorial. Na extremidade oposta, a arquitetura ferroviária da década de 40, expressa o novo tempo da expansão ferroviária do Brasil, acontecida no período de transição entre os séculos XIX e XX, responsável pela disseminação simultânea de inovações técnicas e da introdução de materiais construtivos e decorativos, de produção seriada, na arquitetura tradicional brasileira.

Entre os dois extremos, o rio e a ferrovia, à medida que se afasta do núcleo original, novas formas de parcelamento e tendências arquitetônicas se impõem como testemunhos de novos tempos, incorporando os benefícios da sociedade industrial. As mudanças sócio-econômicas e tecnológicas produzem reflexos nas formas de habitar e construir, distinguindo-se as casas de porão alto e de jardins laterais, implantados em lotes mais largos, modelo predominante nas cidades brasileiras dessa época.

Os produtos do trabalho assalariado e da mecanização, associados às novas técnicas, que marcam o fim do trabalho escravo, são introduzidos nas residências e prédios comerciais: os palacetes de fachadas rebuscadas devem transmitir a posição social do proprietário. Entre esses produtos destacam-se os gradis de ferro fundido, estucaria, vidraçaria, azulejaria, louças e metais, bandeiras

e lambrequins recortados em serra de fita, pastilhas, ladrilho hidráulico e telha plana.

O ecletismo predomina entre as demais influências estrangeiras da primeira metade do século XX. O Art Decó se destaca nas construções comerciais, prédios, monumentos públicos e se estende para as luminárias e mobiliário, conferindo a uma classe cosmopolita, que não se identifica com o colonial, um ar de modernidade propiciada pelo concreto armado, pelas superfícies cristalizadas e de vidro, em desenhos geométricos abstratos. Além do Art Decó, o Art Nouveau dos elementos construtivos e decorativos dos palacetes, as casas de pó de pedra de inspiração inglesa, os chalés e bangalôs de linguagem ornamental e romântica e a arquitetura ferroviária da década de 40 da Estação.

Nessa paisagem, onde o Porto foi o contato com a sociedade européia, e a ferrovia o mais forte sinal de interiorização, além da navegação fluvial, o edifício de União Caixeiral sobressai-se como símbolo de uma nova mentalidade empresarial". (SILVA, 1997).

Durante o século XIX e a primeira metade do XX, o traçado ortogonal do início da formação do núcleo urbano, de eixos N-S e L-O, continuou a se expandir até atingir a ferrovia à leste, as margens do Igarauçu ao norte, e a linha de contorno formada pelas ruas Luis Correia e Humberto Campos, que se encontram nas imediações da Santa Casa de Misericórdia, ao sul. (Figura 2.5)

O fim do ciclo da cera de carnaúba, logo depois da Segunda Guerra Mundial, provoca a perda do dinamismo econômico da região. Desse modo a cidade fica a salvo de grandes pressões

especulativas, embora nas duas décadas seguintes tenha-se acelerado o crescimento da população urbana, que atinge na década de 70, a sua maior taxa de crescimento geométrico, conforme dados do IBGE. A

POPULAÇÃO DE PARNAÍBA						
ANO	TOTAL	URBANA		RURAL		TAXA DE CRESC. GEOM. ANUAL
		ABSOLUTA	% SOBRE TOTAL	ABSOLUTA	% SOBRE TOTAL	
1950	49.369	30.174	61,11	19.195	38,89	
1960	62.719	39.145	62,41	23.574	37,59	2,42
1970	87.864	63.379	72,13	24.485	27,87	3,42
1980	102.181	79.321	77,63	22.860	22,37	2,52
1996	124.593	112.586	90,36	12.007	9,64	1,31

Tabla 2.1- POPULAÇÃO TOTAL, URBANA, RURAL, TAXA DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO ANUAL - 1950/1996.



Figura 2.4 - Mapa de Parnaíba, de 1999 (IBGE) representando as etapas de expansão do tecido urbano

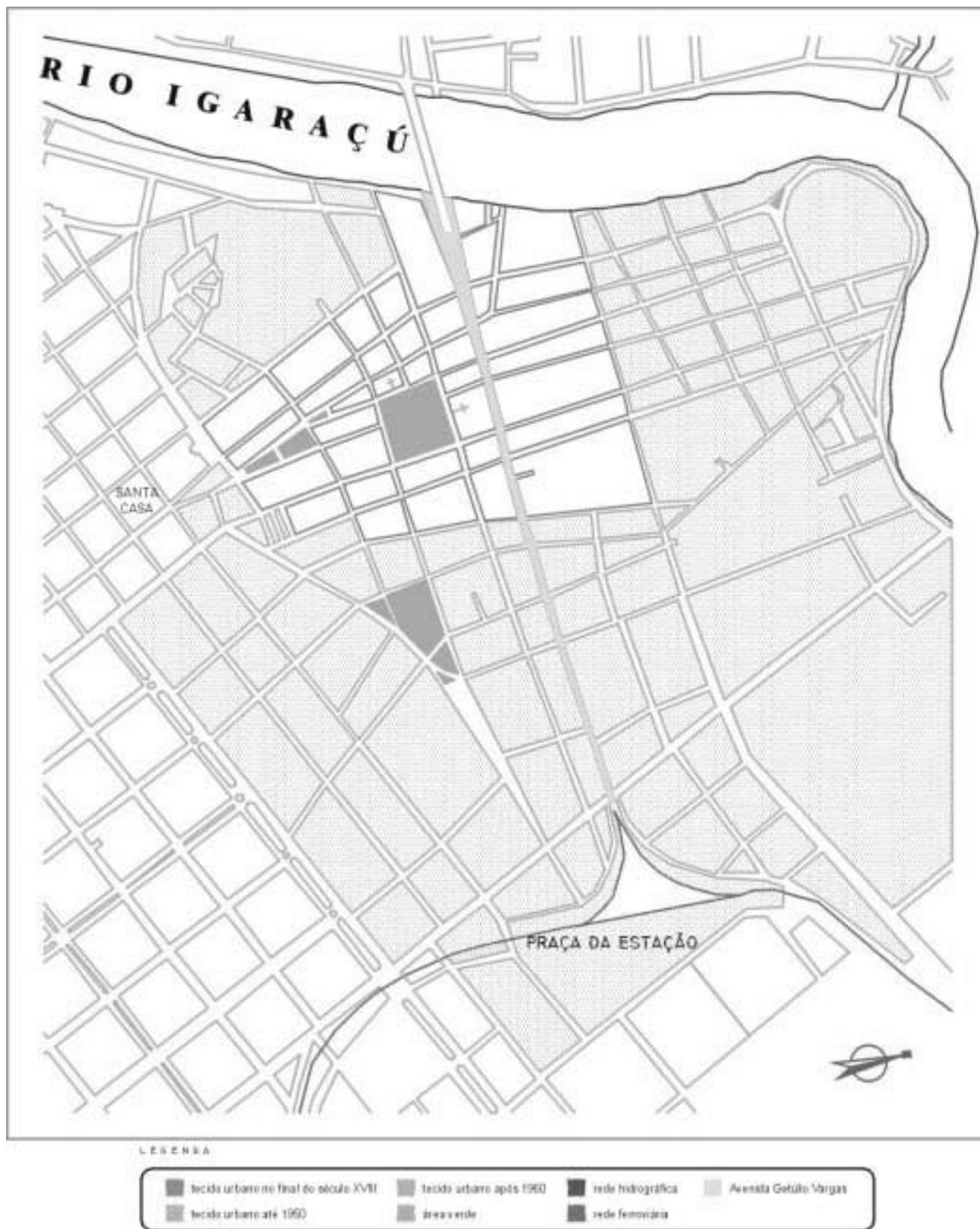


Figura 2.5 - Sítio histórico de Parnaíba

Fonte: IBGE

Correspondendo ao intenso crescimento populacional iniciado na década de 60, a expansão do tecido urbano continua, agora com uma trama de eixos ortogonais ligeiramente inclinada em relação à anterior. Devido à barreira natural formada pela sinuosidade do leito do rio nas outras três direções, ultrapassa a via férrea, desenvolvendo-se na direção leste. Nas últimas décadas, esse tecido multiplica-se várias vezes, contrastando com os períodos anteriores, quando levou dois séculos para ser consolidado. (Fig. 2.4)

2-3- Contexto atual

O sítio histórico não institucionalizado, entendido como o testemunho remanescente das primeiras adaptações espaciais, dos primeiros critérios de instalação e de apropriação do solo, relacionadas ao traçado urbano e a uma função, peculiar e orientadora de seu desenvolvimento, compreende um setor urbano - tecido tradicional localizado entre o rio e a ferrovia – que ainda é o pólo comercial e administrativo da cidade. A permanência da condição de núcleo central, integrado à dinâmica urbana, ligada à fase inicial de organização espacial centro-periferia, é o contrário do que vem ocorrendo em outras cidades maiores, onde os antigos centros estão deixando de responder pelas principais atividades econômicas e de serem pontos de convergência da população, substituídos por novas centralidades. (Fig. 2.5)

O crescimento da cidade, ocorrido nas últimas décadas, provocou alteração na configuração funcional da área, sobrepondo-se a econômica sobre a residencial. As mudanças mais significativas ali introduzidas, de iniciativa oficial e particular, incidiram prioritariamente sobre o núcleo original e mais antigo, substituindo antigas edificações ou alterando o desenho dos logradouros públicos. Destacam-se entre elas o remodelamento da praça da Graça e dos seus imóveis, onde se concentram os bancos e os serviços públicos, as construções da ponte sobre o rio Igarapu, de uma loja de departamentos e de um edifício de múltiplos pavimentos, introduzidas na Av. Presidente Vargas.

Por toda a área, muitas casas perderam a função residencial de origem, substituída por clínicas médicas, escritórios, lojas e serviços, revelando sua desvalorização como local de moradia. Não se encontram sinais de abandono ou arruinamento, à exceção do sobrado de Simplício Dias e alguns poucos armazéns das docas, apesar da ocorrência de alguns imóveis mais antigos sem uso.

A construção da ponte e a lógica da reorientação do tráfego que a acompanhou, mudando a hierarquia das vias, contribuiu para o aumento da acessibilidade do sítio histórico, integrando-o ao restante da cidade. Essa integração, por sua vez, produz sobre ele alguns efeitos ambivalentes. Como efeitos positivos, atrai investimentos, revigora a economia, diversifica as funções e, em última análise, assegura a sua continuidade como núcleo central. Como efeitos negativos constatam-se as atuais tendências de desvalorização para a habitação, de adaptações funcionais geralmente realizadas sem

¹⁰ Na sua confecção foram consideradas como edificações de uso institucional, as repartições, as escolas públicas e as instituições particulares que prestam serviços à coletividade, tais como escolas e igrejas.

preocupação com a preservação da memória arquitetônica e de eliminação sumária de casas antigas para dar lugar a novos prédios. Em curto prazo, a tendência de supressão da habitação pode comprometer a diversidade de funções e o uso em diferentes horários. Da mesma forma, as alterações e substituições dos prédios antigos podem provocar a perda da identidade do sítio histórico.

Esses efeitos podem ser claramente observados ao longo da avenida Presidente Vargas, que bem sintetiza as diversidades funcionais e formais da configuração urbanística do sítio histórico. As características funcionais estão representadas pelo Mapa de Uso¹⁰ dessa via (Figura 2.6). As diversas formas de parcelamento e ocupação dos lotes, formas de implantação, forma e material das edificações podem ser percebidos através dos conjuntos de fotografias das quadras do lado sul e do lado norte da

avenida (Figura 2.7- Mapa de localização das quadras da Avenida Getulio Vargas/ Sítio Histórico de Parnaíba).

Os conjuntos de fotografias iniciam com vistas das quadras localizados à margem do Igarauçu, e percorrem os seus dois lados, no sentido leste, em direção à ferrovia. (Figura 2.8). À medida que se distancia do rio, os lotes se alargam, as edificações se afastam em uma lateral, depois se afastam frontalmente e finalmente, são localizadas no interior do lote com amplos jardins na frente e nas laterais. Da mesma maneira alteram suas formas e estilos que acompanham as épocas de ocupação do tecido urbano: do lado do núcleo original as construções tradicionais de características coloniais e neoclássicas e as primeiras substituições com edificações de linhas modernas e tendências mais recentes; do outro lado, que caracteriza a primeira zona de expansão, as casas de porão alto, os sobrados ecléticos, as edificações Art Decó, os bangalôs, as modernas etc.

Essa avenida passou a ser o elo de ligação do continente às várias localidades da ilha grande de Santa Isabel e acesso principal ao núcleo central da cidade. Dessa forma, intensifica-se o seu uso e das suas edificações, transforma-se num corredor movimentado, com vários pontos de paradas de ônibus, pleno de vitalidade em seu maior trecho, promovido pelo novo caráter integrador.

Entretanto, no trecho inicial, próximo ao rio, as construções são subutilizadas, desagregadas do ambiente urbano. Em parte, pela decadência do transporte fluvial e a perda das funções portuárias; em outra, pelas próprias características de construção da ponte. A sua base, de grandes dimensões, avança cerca de dois quarteirões de comprimento sobre o continente, elevando-se em altura, o que diminui a visibilidade do conjunto arquitetônico, dificulta o acesso às edificações e prejudica a sua integração ao meio ambiente.

Próximo ao rio um acervo edificado desintegrado da dinâmica cotidiana da cidade e mais adiante uma área viva, repleta de funções diversificadas, comportando escolas, igreja, serviços, comércio e algumas residências. Em um trecho a desintegração promove um processo de desvalorização das edificações portuárias, a exemplo do conjunto Porto das Barcas, que sobrevive de atividades subsidiadas pelo Estado. Noutro trecho, a integração promove um excessivo vigor econômico, aumentando a demanda pelo setor de serviços e de comércio para o uso das edificações existentes, a maioria construções residenciais que, obrigadas a se adaptar às novas funções, nem sempre

compatíveis com suas características, perdem total ou parcialmente sua integridade original. (Figura 2.6 e Figura 2.8)

Vistas sob a perspectiva da preservação, duas partes distintas do conjunto arquitetônico e urbanístico de Parnaíba convivem em uma mesma via: uma parte ameaçada pela desvalorização funcional, outra pela substituição e alterações indiscriminadas. Como tal oferece um recorte físico substancial para investigar o desafio de preservar acompanhando os valores e as necessidades da sociedade contemporânea, questão primordial para o implemento de qualquer política oficial de preservação desse peculiar sítio histórico, cujo sucesso depende do envolvimento dos diferentes atores sociais que ali atuam.

A avenida Presidente Vargas expressa com legibilidade a diversidade do tecido urbano de Parnaíba, física e funcional, a sobreposição e justaposição das várias camadas temporais, modeladas pelas práticas urbanizadoras da sociedade local sobre o meio. Dessa forma, a avenida expressa a relação dialética entre a continuidade e a mudança, as duas forças básicas ordenadoras da urbanização, enquanto processo histórico e cultural, de acordo com Zancheti & Lacerda (1999:20). A continuidade considerada como o uso de elementos e estruturas urbanas existentes, incorporando pequenas transformações para adaptá-los a novos usos e modos de vida; a mudança, em oposição, como processo radical de transformação ou substituição desses elementos a fim de atender os mesmos requisitos sociais.

As duas forças sugerem uma inquietação de caráter divergente que algumas atividades econômicas assumem nos sítios históricos, onde o desequilíbrio pode ser fatal: a supremacia da sustentabilidade econômica em detrimento do valor documental dos sítios históricos.

Portanto, como preservar? Como compatibilizar a preservação do patrimônio cultural das nossas cidades aos valores e às necessidades da sociedade contemporânea?

Os bens imobiliários de valor histórico, quando institucionalmente delimitados constituem o patrimônio oficial e por isso merecem ser preservados, ressalta Milet:

“... a efetivação da preservação dos bens culturais só se encontra socialmente definida, ou seja, só aparece como fato social, quando o Estado assume a sua proteção e através da ordenação jurídica, os institui e delimita oficialmente enquanto bem cultural, regulamentando o seu uso, a finalidade e o caráter desses bens dentro de leis específicas de propriedade, zoneamento, uso e ocupação do solo. (MILET, 1988:18)

Mas o Estado, aos poucos vem se retirando de cena, deixando de ser o principal gestor do espaço urbano, conseqüência de uma séria crise fiscal provocada pela nova ordem econômica global. Diante dessas circunstâncias, algumas correntes de pensamento indicam que a sustentabilidade de qualquer política urbana somente poderá ser garantida se existir envolvimento dos atores no processo, através de uma amarração de valores e práticas culturais sedimentadas historicamente.

Partindo deste pressuposto, muitas são as questões que permeiam a preservação de um sítio histórico como o de Parnaíba. Como foi salientada anteriormente, por coerência histórica, a questão principal é o significado que pode assumir essa preservação - o desafio atual de compatibilizá-

la com os valores e as necessidades da vida contemporânea - articulado a uma política de preservação oficial e às formas de conceituação e apropriação dos atores sociais locais.

Em Parnaíba, apesar da dimensão histórica, arquitetônica e urbanística do sítio considerado, não há ainda o seu reconhecimento oficial como patrimônio cultural por nenhuma das esferas administrativas, federal, estadual ou municipal. Essa falta de reconhecimento significa apenas que o sítio não passou no crivo dos critérios e valores dos quadros técnicos responsáveis pela delimitação dos bens representativos de uma formação social. Esses critérios, no caso do Piauí, nem sempre se prendem aos valores culturais dos bens, mas a uma deficiência estrutural do Estado no gerenciamento de uma política de preservação.

Até hoje, as iniciativas de proteção do conjunto arquitetônico partiram de tímidas iniciativas oficiais, de caráter eminentemente técnico e não contaram com um mínimo de envolvimento da população local como um instrumento de pressão política. As realizações do inventário e de um estudo de proteção para o sítio histórico¹¹ (Silva, 1997) não trouxeram resultados efetivos, por carecerem de interesse pelo poder público local e pela comunidade.

A estagnação do crescimento econômico de Parnaíba não tem agido a favor da permanência dos padrões de ocupação que consolidaram o sítio histórico. Mas, parece ter agido, por outro lado, na imobilização dos habitantes em relação ao reconhecimento desse sítio como seu "lugar", algo que lhe pertence ou lhe diz respeito, lugar de vivência afetiva. Do conjunto, apenas uma pequena parte, cerca de 10.000 m² de área, de propriedade do estado do Piauí, que constituem os galpões portuários do Porto das Barcas, às margens do Igarçu, encontram-se protegidos por tombamento estadual.

As limitações e perda de eficácia das propostas de preservação até então efetivadas pelos órgãos oficiais decorrem de não considerar as perspectivas dos usuários desse sítio, assim como o desconhecimento de quais são essas perspectivas e se elas referendam a preservação. Deve-se considerar que os usuários, moradores e demais pessoas que ali desenvolvem atividades cotidianas, não constituem um coletivo único e homogêneo, representam setores da sociedade com interesses e aspirações, sobre essa área, de ordem muito diversa.

¹¹ A fragmentação do tecido tradicional levou à proposta feita pelo Estudo de Proteção de Parnaíba (Silva, 1997) parte do projeto IPAC/PI, de se estabelecerem algumas áreas de proteção rigorosa, através do tombamento municipal - no núcleo central, que abrange as margens do rio e as imediações da Praça da Graça e mais três zonas nas imediações de construções monumentais - ficando o restante do conjunto a ser regulado e protegido através de plano diretor.



Figura 2.7 - Mapa de localização das quadras da Avenida Getúlio Vargas / sítio histórico de Paranaíba .

Figura 2.8 - Fotos das quadras da Avenida Getúlio Vargas / sítio histórico de Parnaíba.

QUADRA 01 – NORTE



QUADRA 02 – SUL



Figura 2.8 - Fotos das quadras da Avenida Getúlio Vargas / sítio histórico de Parnaíba.

QUADRA 03 - NORTE



QUADRA 04 - SUL



QUADRA 05 - NORTE



QUADRA 06 - SUL



Figura 2.8 - Fotos das quadras da Avenida Getúlio Vargas / sítio histórico de Parnaíba.

QUADRA 07 - NORTE



QUADRA 08 - SUL



QUADRA 09 - NORTE



QUADRA 10 - SUL



QUADRA 11 - NORTE



QUADRA 12 - SUL



Figura 2.8 - Fotos das quadras da Avenida Getúlio Vargas / sítio histórico de Parnaíba.

QUADRA 13 – NORTE



QUADRA 14 – SUL



Figura 2.8 - Fotos das quadras da Avenida Getúlio Vargas / sítio histórico de Parnaíba.

QUADRA 15 – NORTE



QUADRA 16 – SUL



QUADRA 17 – NORTE



QUADRA 18 – SUL



QUADRA 19 – NORTE



QUADRA 20 – SUL



Figura 2.8 - Fotos das quadras da Avenida Getúlio Vargas / sítio histórico de Parnaíba.

QUADRA 21 – NORTE



QUADRA 21 – NORTE



QUADRA 23 – NORTE



QUADRA 22 – SUL



QUADRA 24 – SUL



CAPÍTULO 3

3-Aspectos teóricos e metodológicos no estudo das representações sociais da preservação de sítios históricos

3-1-Representações sociais do patrimônio cultural: objetivos da investigação

Canclini (1994:112) declara que toda cultura seleciona e combina constantemente suas fontes; as representações culturais são encenações que adaptam o que elegem e apresentam de acordo com a capacidade de captação e compreensão dos receptores.¹ Como Riegel havia notado no começo do século e recentemente Feilden & Jokilehto (1995: 36), os valores culturais ligados aos objetos patrimoniais e sua relação com os observadores atuais, são necessariamente interpretações subjetivas, sujeitas às características de nosso tempo. Tais interpretações influem no desenvolvimento e adoção de políticas de proteção e tratamento, uma vez que elas determinam seu caráter cultural intrínseco, o grau de interesse geral nestes objetos e no seu contexto ambiental.

Os temas que recentemente dominam as discussões no âmbito da preservação do patrimônio² apontam no sentido de uma política preservacionista democrática. Entretanto, captar as visões, os conceitos e valores dos habitantes que vivem nos sítios históricos urbanos ainda não constituem condição para a implementação desta política. Há uma carência de estudos sobre o que e como preservar na perspectiva do habitante e dos arquitetos especialistas. Os estudos nessa área têm se concentrado nos inventários e levantamentos que privilegiam a leitura das características desses ambientes feita pelos especialistas do patrimônio.

Como pretender que a compreensão da importância do patrimônio cultural seja incorporada pela população, que o tombamento ou outros instrumentos de proteção façam sentido para ela, se não compreendemos a ótica do usuário na apropriação da cidade e na seleção do que e como

preservar?² Na sociedade moderna atual, sabe-se que os objetos, sujeitos a várias relações sociais, são construídos e reconstruídos pela imaginação, adquirem e mudam seu sentido.

² Entre estes temas, para Gonçalves (1996: 82-83) os objetos patrimoniais, aqueles selecionados para as práticas patrimoniais como reação à tendência de homogeneização cultural do mundo globalizado; a progressiva diminuição do papel do Estado como principal gestor do espaço urbano.

constituírem o patrimônio, são submetidos às várias ações de preservação, do resgate à restauração, basicamente para serem exibidos e contemplados. É uma certa maneira de conceber o conhecimento como representação visual, pois o quê e o como eles representam são autenticados pela exibição. Pela utilização de meios visuais e pela reprodução do princípio epistemológico do conhecimento como produto da visão, o patrimônio cultural pode ser visto como uma alegoria visual.

Conseqüentemente, entre os valores culturais e sócio-econômicos associados ao ambiente construído que as teorias da preservação difundidas pelas cartas patrimoniais pressupõem

n

a

demarcação do universo a preservar e como base para o estabelecimento de uma política de proteção e tratamento, destacam-se aqueles que apresentam como principal suporte do conhecimento a visão.

Estes valores estão associados a componentes do ambiente que os especialistas costumam considerar, na prática, identificadores do sítio histórico e objetos de registro e inventário, fundamentando os critérios de seleção e construção do patrimônio oficial. Os valores artísticos, históricos e de antiguidade estão presentes nas características formais e temporais da arquitetura e são usualmente considerados através do estilo das edificações e da sua época de construção; os valores urbanísticos são traduzidos pelas características formais de ocupação do sítio urbano tais como homogeneidade/fragmentação; o valor de originalidade pode ser detectado pelas condições atuais de caracterização dos imóveis. Os valores sócio-econômicos atuais são importantes porque podem ocasionar tanto impacto positivo quanto negativo sobre o objeto patrimonial e seu contexto, sobressaindo-se os componentes do ambiente que expressam as condições de propriedade, de conservação e de uso dos imóveis.

Serão tais componentes também relevantes na conceituação dos habitantes de um contexto urbano tradicional quanto ao interesse em preservar e na seleção do que e como preservar?

Como enfatiza Monteiro (1995: 910) a pesquisa ambiental, em seu objetivo de investigar a relação entre o ambiente e os indivíduos ou grupos sociais que neles habitam, considera este ambiente em seus componentes físicos e sociais. Estes componentes imprimem qualidades ao ambiente, mas este último só se torna significativa na presença da experiência. A experiência dos lugares é adquirida pelas pessoas, de forma diferente, desenvolvendo nestes locais atividades diversificadas: morar, trabalhar, descansar, socializar etc.

O objetivo da investigação é captar a conceituação dos habitantes³ e dos arquitetos especialistas acerca da preservação do sítio histórico de Parnaíba, a partir de seus componentes físicos, sócio-culturais e econômicos, referenciados nas teorias modernas da preservação e recomendados pelas cartas patrimoniais, verificando se os mesmos são influentes na sua determinação e como influenciam a sua formação. Delineados os contornos destas duas visões passa-se a compará-las para depois discutir

a preservação dos sítios históricos, confrontando-as com a política oficial que tem sido praticada para as locomoção, compras, alimentação, saúde etc, propiciadas pela área.

áreas urbanas hoje em dia. Os processos de construção das duas visões são diferentes. A preservação para os habitantes pode ser caracterizada como conceito abstrato, uma vez que a área não foi ainda decretada como objeto de proteção oficial mas, ao mesmo tempo, é reconhecido o valor de preservação de certas edificações, construído pela experiência, conhecimento histórico, afetividades e simbolismos locais. Já a construção dos arquitetos especialistas é uma representação técnica que, por sua vez, utiliza os valores culturais - artístico, histórico, antiguidade, arquitetônico, urbanístico etc - pressupostos das teorias da preservação.

Entretanto, existe uma multiplicidade de significações e valores que podem ser atribuídos a um mesmo contexto ou bem, em um mesmo tempo, por grupos economicamente, socialmente e

culturalmente diferenciados. Então, não existe um único conceito dos habitantes e nem tampouco um único conceito dos arquitetos especialistas em relação à preservação de um certo sítio histórico. Dentro dessa perspectiva, trabalhamos com a hipótese de que os mesmos componentes físicos, sócio-culturais e econômicos de um sítio histórico formam conceitos relativos à preservação diferentes tanto entre os habitantes deste sítio quanto entre os arquitetos especialistas. A predominância de alguns valores comuns nos conceitos de cada um dos dois grupos é que lhes proporciona significados específicos e permite qualificá-los como duas visões:

- uma visão técnica , fundamentada pelo saber científico;
- uma visão leiga, marcada pela experiência.

A atenção ao tema que considera as imagens que as pessoas possuem dos lugares em que vivem, em desenvolvimento no âmbito das pesquisas urbanas, deve-se talvez ao fato de que às qualidades icônicas de uma imagem são associados valores que lhes permitem compreenderem e se situarem em relação a esta imagem. (Monteiro, 1995: 908).

A pesquisa, valendo-se dos argumentos teóricos da Teoria das Representações Sociais de Moscovici, explora a imagem que arquitetos especialistas e habitantes de Parnaíba possuem do núcleo de origem da cidade e primeiras expansões urbanas, identificadas como sítio histórico, e da sua preservação. As imagens e os anseios de preservação desse espaço nas duas visões, através dos valores que lhe são associados, são explorados como representações cognitivas. Em seguida, são verificadas as características de tais representações a fim de verificar sua abrangência como uma representação social ou saber se existem imagens desse ambiente e da idéia de sua preservação que são compartilhadas pelos diferentes grupos sociais da população da pesquisa.

3-2-Teoria das representações sociais

Em 1961, Serge Moscovici, com a publicação de sua obra "*La Psychanalyse: son image et son public*" introduz a teoria das Representações Sociais, baseado no conceito de representações coletivas de Durkheim, despertando grande interesse e induzindo a realização de pesquisas em diversas

áreas do conhecimento em todo o mundo.

Com propriedade, a abordagem proposta por Moscovici passou a ser conhecida nos meios acadêmicos como uma forma sociológica de psicologia social, tendo em vista que sua teoria se apóia, como ele mesmo admite, nos fundadores da sociologia moderna, especialmente Durkheim. Contudo, na abordagem da sua teoria das Representações Sociais procura se distanciar da relação Sujeito-Objeto da Psicologia Clássica e do objetivismo da noção de representações coletivas de Durkheim. (Domingos Sobrinho, 1997: 29).

As diferenças entre os dois conceitos, embora sutis, podem ser evidenciadas com facilidade. Para Guareschi (1994:196) o primeiro conceito se adapta melhor ao contexto moderno, cujas sociedades se caracterizam por seu pluralismo e rapidez das transformações econômicas, políticas e

culturais. O segundo, por sua vez, foi imaginado por Durkheim⁴ para um contexto de sociedades menos complexas, mais estáticas e tradicionais, em um tempo em que as mudanças ocorriam lentamente. Como as sociedades modernas são dinâmicas e fluidas o conceito de “coletivo” se torna mais apropriado àquelas sociedades de dimensões mais cristalizadas e estruturadas. Moscovici substituiu o conceito de “coletivo” de conotação mais cultural, estática e positivista pelo “social” que reflete com mais propriedade a dinamicidade e a historicidade próprias dos dias atuais, nos quais, como destaca Farr (1994: 45), poucas representações são verdadeiramente coletivas.

O que os diferentes tipos de pesquisa no campo da representação social, desenvolvido por Moscovici e seus seguidores, têm em comum, observa Wagner (1998: 9), é o fato delas serem socialmente elaboradas e coletivamente compartilhadas. Isto quer dizer que o conhecimento que as pessoas têm do seu universo, a forma como as pessoas pensam sobre as coisas “reais e imaginárias” do seu mundo é o resultado de processos discursivos públicos nos grupos. Esse conhecimento, por sua vez, é criado pelos próprios grupos.

De acordo com Monteiro (1988: 69), a teoria das Representações Sociais considera o relacionamento entre indivíduo e sociedade de modo interativo. Pode ser chamada de aproximação situacionista uma vez que o objeto representado é criado pelos membros de um grupo dentro de seu ambiente, que lhe dão significado e realidade regulados pelas experiências cotidianas. Assim, Wagner (1998: 11) reconhece que uma representação não é só uma imagem estática de um objeto na mente das pessoas, é também seu comportamento e a prática interativa de um grupo, tratando-se de uma teoria sobre o conhecimento representado e também sobre a construção do mundo.

Monteiro (1989:73) designa as interpretações significantes, produtos de experiências históricas dos eventos, os quais formam o sistema cognitivo das pessoas e que elas usam para entender o mundo, formam as representações sociais. Com base nas experiências passadas, os indivíduos usam a capacidade de abstração, que os conduz a um processo de classificação das pessoas e coisas, dando significado para alguns deles e tornando outros obscuros.

⁴Durkheim, mais voltado para a disciplina que sustenta, elabora um conceito ligado à esfera social que dá pouca importância para a representação individual. Seu conceito de representação coletiva suscita crítica de Moscovici, que não o considera bem definido e, particularmente estático como um conceito social, que adota muito mais uma ideologia.

3-2-1-Representações Sociais e Culturais

Wagner (*op. cit.*: 06), ao estudar as características das representações sociais, diz que “a imaginação cultural dá realidade às coisas que habitam o mundo social”. Baseado em Gergen (1982) e R. Wagner (1981) declara que as representações de objetos culturais, aqueles com uma longa história estabelecida, tornam o mundo inteligível para os membros de grupos sociais e culturais, permitindo uma interação social integrada. Esta forma de interação recria tanto os próprios objetos quanto os atores como parte complementar dos mesmos, dando-lhes o sentido de pertencimento a comunidades e culturas particulares. Para ele a relação existente entre as representações sociais e culturais vai ser desvendada por alguns estudos de psicologia cultural. Enquanto por um lado, as representações sociais

compreendem conhecimentos adquiridos mais recentemente, por outro, as representações culturais, como um produto de longa tradição, estão profundamente incorporadas no pensamento e comportamento da população, tornando-se hegemônicas nos grandes grupos, aproximando-se mais da noção de “habitus” de grupos culturais, criada por Boudieu (1989).

Um exemplo interessante desses dois tipos de representações é a pesquisa realizada por Saito (1996) *apud* Wagner (1998:8), que compara as representações do Zen, uma versão mais popular do budismo, no Japão, onde possui um longo registro histórico e na Inglaterra, onde é uma importação moderna da Ásia. No Japão, onde é habitual e hegemônico, demonstra que é correto chamar o Zen de representação cultural, enquanto na Inglaterra, onde tem uma base mais cognitiva, menos densa e elaborada ele aparece muito mais como uma representação social adquirida.

3-2-2-Representações sociais e espaço urbano

“As idéias das pessoas sobre a cidade e o lugar onde vivem são de particular interesse para o estudo das representações; como Moscovici (1984: 64) declarou “nada pode ser mais fértil de idéias do que uma cidade”. Os estudos sobre a avaliação do espaço urbano, como por exemplo, aqueles sobre imagens sociais de Paris realizado por Jodelet e Milgran (1977), mapas mentais de Paris e Nova York (Milgran, 1984), e a organização de percursos na cidade (Pailhous, 1984), mostra que “o espaço urbano, ou o material bruto da vida cotidiana é totalmente determinado pelas representações mentais e não é tão determinado ou organizado como tendemos a acreditar”.
(MOSCOVICI *apud* MONTEIRO, 1989: 69-70)

Monteiro (*op.cit.*: 69-70) observa ainda que as pessoas têm experiências diferentes das diversas partes da cidade: alguns elas conhecem bem e outros não fazem parte da sua realidade diretamente. Mas mesmo quando não possuem experiência direta desses lugares, elas tiram conclusões sobre eles através de informações, imagens e significados simbólicos ligados àqueles lugares, que são transmitidos pela mídia e, de forma especial, pelos jornais e pela televisão.

A autora (Monteiro, 1995:908; 910) utiliza o conceito de Moscovici para captar o conteúdo e as funções das representações sociais do espaço urbano comum de diversos grupos sociais. Enfatiza que o interesse no conceito das representações sociais, para análises no ambiente urbano, deve-se ao papel essencial da experiência no processo social e simbólico de construção de teorias. Como os símbolos e significados são construções sociais, o significado do lugar decorre menos das características objetivas inerentes do objeto e mais, das experiências e representações que as pessoas têm dos mesmos. Em síntese, o ambiente não deve ser compreendido, exclusivamente, pelas suas qualidades ou ausência delas, pois somente a experiência o torna significante.

Como trata das formas que as pessoas usam para explicar e interpretar o mundo a teoria das Representações Sociais apresenta, da mesma maneira, grande utilidade para o presente estudo que visa compreender as visões de diferentes grupos de pessoas - habitantes e arquitetos especialistas - sobre a preservação das edificações de um sítio histórico.

3-2-3-Senso comum, identidade social e função das Representações Sociais

Baseado em Moscovici (1981), Wagner (*op.cit.*:10) destaca que o conhecimento ordinário ou senso comum nas sociedades modernas são criados pelo tipo de discurso coletivo habilitado pelas experiências antagônicas e conhecimentos contraditórios. Tanto no processo de conversação quanto na comunicação social da mídia de massa, os atores sociais criam e elaboram objetos, integrando ao processo de comunicação quaisquer recursos que tenham à disposição.

O autor observa também que a identidade social é uma fonte de evidência que confere verdade às crenças das pessoas pela confiança depositada nas informações e julgamentos compartilhados com outras. Além de conhecer a qual grupo alguém pertence, a identidade social envolve o surgimento da experiência comum do conhecimento, o senso comum e padrões justificatórios. É a experiência passada (background) que permite o reconhecimento dos membros do grupo dentro de um espaço discursivo comum.(WAGNER,1995: 12)

Monteiro destaca que segundo Moscovici (1995: 909-910) existem diversas formas das representações se tornarem sociais e, dependendo das suas características, classificou-as em hegemônicas, emancipadas ou polêmicas.

As representações culturais caracterizam-se como uma delas: as hegemônicas. Elas são compartilhadas por todos os membros de um grupo possivelmente estruturado e hegemônico, sendo abrangentes, uniformes e também coercitivas. A essas representações abrangentes contrapõem-se as representações emancipadas, que são compartilhadas por grupos menores de pessoas, ocupando-se de objetos menos persistentes na interação social. São resultantes da circulação de conhecimento e idéias de subgrupos que estão em contacto direto e, portanto, experimentam certa autonomia com relação a segmentos interativos da sociedade. Já o terceiro tipo de representações chamadas polêmicas são geradas pelos conflitos sociais, tais como desigualdade social, xenofobia, conflitos nacionais, movimentos de protestos, revoltas, movimento feminista etc. Não são compartilhadas por toda a sociedade; elas são determinadas pelas relações antagonistas entre seus membros e tendem a ser

mutuamente exclusivas.

Portanto, além de captar o conteúdo das representações sobre sítio histórico de Parnaíba, tanto dos moradores quanto dos arquitetos especialistas em patrimônio, procuramos compreender as características dessas representações, qualificando-as de acordo com tais características como hegemônicas, emancipadas ou polêmicas, quais formam consenso, quais não, quais formam uma base de identidade para alguns grupos dentro da população da pesquisa.

3-2-4-Conteúdo, organização e processo

No seu estudo da Representação Social, Moscovici focaliza dois interesses principais: o estudo da representação por si só, (conteúdo e organização) e sua formação (o processo usado pelas pessoas para criar a representação). As representações sociais são, por si só, estruturas psicológicas, formas específicas de produção de conhecimento caracterizadas por uma primeira fase de reproduzir, com coerência, os aspectos cognitivos do objeto; outra fase da fusão do conceito com a sua percepção, manifestada pela imagem e características concretas; e finalmente pela fase da atribuição de valores às qualidades intrínsecas e extrínsecas do objeto. (MONTEIRO, 1995: 909)

Uma representação é social pela sua extensão, determinação e função, destaca a mesma autora. O conteúdo de uma representação é o resultado de um processo determinante de sua organização, que pode ser decomposto nas etapas: *informação* - como o conhecimento é transmitido; *atitude* - aponta orientações ou ações em direções definidas e ajuda a formar a representação; *campo da representação* - processo que visa relacionar cada imagem a uma idéia e cada idéia a uma imagem.

A formação de uma representação, de acordo com Moscovici, é impulsionada pelos processos psicológicos da ancoragem e da objetivação, considerados tão importantes quanto o conteúdo. Monteiro (*op. cit.*: 909) explica a ancoragem como um processo semelhante ao da classificação, no qual uma coisa estranha é trazida para uma categoria familiar, comparada, depois consolidada e rotulada. No contexto do estudo que desenvolvemos, este processo deve evidenciar como uma idéia ou o saber técnico sobre a preservação se torna familiar para os habitantes do sítio histórico de Parnaíba. Em outras palavras, através da ancoragem pode ser vista qual é a tradução leiga, por exemplo, dos valores artísticos, históricos e de antiguidade do ambiente, presentes nas características formais e temporais da arquitetura, já consagrados como critérios para a preservação pelo saber técnico. Assim, deve-se explorar qual é a visão leiga, produzida pelo processo da ancoragem, de estilo e época das edificações de um sítio histórico, ou do seu valor documental, hoje tão enfatizado no campo da preservação.

A objetivação consiste em fixar a representação como parte da realidade, em descobrir a qualidade icônica de uma idéia e reproduzi-la em uma imagem. Para Ordaz & Vala (1998: 91) é o processo de tornar o que é abstrato em concreto, dotado de materialidade, de traduzir conceitos em imagens, atribuindo características de coisas ou seres às idéias. Sá (1996: 46), referido por Sales

(2000: 25), observa que o processo de ancoragem fornece um contexto inteligível a um objeto abstrato e a objetivação lhe dá materialidade. No decorrer das pesquisas de campo da presente investigação, a

A pesquisa relativa à preservação do sítio histórico de Parnaíba exige métodos de captação das visões de diferentes atores sociais sobre este ambiente urbano, capazes de evidenciar o seu interesse social, o seu significado cultural e os valores que envolvem sua estrutura física ao longo do tempo.

objetivação foi um recurso muito explorado pelos habitantes de Parnaíba, que recorriam à imagem de uma edificação com determinadas características, por exemplo, para sintetizar ou complementar o seu entendimento do conceito de preservação.

3-3-Considerações metodológicas

A decisão sobre a escolha da metodologia mais apropriada depende da natureza dos fatos observados⁵. Alguns aspectos são estudados mais facilmente por questionários claramente estruturados, outros pelas observações diretas e outros ainda só através da participação ou experiência de vida.

Na presente investigação são exploradas as representações e atitudes de diferentes grupos sociais sobre um ambiente urbano. Entretanto, freqüentemente, ocorre que a multiplicidade de informações e os dados de natureza diversa na avaliação de ambientes são problemáticos na ocasião da análise. Os problemas mais comuns são o excesso de informações que terminam desconsideradas, as relações entre elementos prejudicadas pela definição inadequada de variáveis e outros entraves de natureza estatística.

Esses condicionantes indicam que a adoção da Teoria das Facetas apresenta algumas vantagens para a pesquisa, que podem ser estimadas pela grande validade demonstrada quando aplicada à área de avaliação ambiental, proporcionando uma clara descrição dos múltiplos componentes do ambiente e a forma como são experimentados pelos usuários. Esta teoria (Monteiro & Loureiro, 1994: 53-74) abrange a conceituação do objeto de pesquisa, o desenho dos instrumentos de pesquisa e análise de dados de modo integrado.

Nas seções seguintes destacamos os principais aspectos dessa teoria, relacionados ao nosso objeto de estudo, à medida que desenhamos a própria investigação.

3-4-Teoria das Facetas: o desenho da investigação

A teoria da Facetas é uma forma de pesquisa que vem sendo aplicada na área de Avaliação Ambiental, em um enfoque que tem sido aplicado em estudos de avaliação ligados ao desenvolvimento de um modelo teórico denominado *avaliação objetivada*. Com este enfoque⁶, investigações empíricas têm sido desenvolvidas explorando aspectos relacionados à percepção, satisfação, interação social, conceituação e efetividade de diferentes lugares.

Tais investigações aos poucos produzem resultados que reforçam ou refutam aspectos deste modelo teórico. São pesquisas desenvolvidas em áreas residenciais por Canter & Rees (1982) de avaliar e compreender o sistema de conceituação de lugares por diversas populações de usuários: *Vandalismo em Escolas Públicas* e Monteiro (1992) áreas históricas por Bullo (1988); edificações como hospitais por Canter (1982) japonesa, inglesa e brasileira; *A conceituação das pessoas sobre lugares*, coordenada por David Canter da University de Surrey; A (1982) áreas por Canter (1986); e questionários por Donald (1988) e em conjunto com Sidney Brower da University of Maryland; *Avaliação de lugares*, sobre avaliação de prédios escolares para elaboração de tese de doutorado na FAUUSP.

Dentre as perspectivas atuais de avaliação - modelo processual e modelo descritivo - o segundo é o mais adequado ao nosso objeto de estudo, pois parte do reconhecimento da necessidade de descrever a avaliação feita pelo usuário. No modelo processual estão os estudos que visam descrever o processo da pesquisa, isto é, o que o pesquisador está fazendo. No descritivo estão os estudos que descrevem as categorias e a estrutura cognitiva que os indivíduos impõem ao ambiente ao avaliá-lo, ou seja, o que pensa a pessoa que usa o ambiente.

No entanto, alguns estudos dentro do modelo descritivo desconsideraram qualquer aspecto objetivo do ambiente, detendo-se somente na avaliação afetiva do usuário. Estes modelos de avaliação afetiva, que utilizam um diferencial semântico bidimensional, também deixam a desejar por não levar em consideração aspectos cognitivos e de comportamento.

Dentro do modelo descritivo o enfoque da *avaliação objetivada*⁷ responde mais satisfatoriamente à concepção de um modelo teórico de avaliação, pois a premissa básica na avaliação de um ambiente é a necessidade primordial de estabelecer os critérios sobre os quais este ambiente vai ser avaliado. E estes critérios são, fundamentalmente, os objetivos pretendidos pelos usuários. (MONTEIRO; LOUREIRO, 1994: 57).

A aplicação da Teoria das Facetas na área da avaliação ambiental ainda é restrita a poucos grupos, contribuindo para sua pequena difusão a dificuldade para compreender a terminologia utilizada - *facetas, elementos, sentença estruturadora, referente, foco ou racional comum* - e a pouca disponibilidade de pacotes estatísticos multidimensionais apropriados para análise de dados.

O primeiro requisito para se trabalhar com esta metodologia é esclarecer o que se quer saber ou conhecer, determinar claramente o universo do estudo. O ponto de partida é o conhecimento prévio do objeto ou aspecto a ser estudado, que pode advir de literatura sobre o assunto, onde relações são apontadas ou sugeridas ou de explorações *in loco*, que fornecem valiosas informações.

Em seguida, para o estabelecimento de hipóteses, são considerados os conjuntos de elementos pertinentes de serem analisados, denominados como *facetas*, e suas relações com outros aspectos também julgados relevantes, outras *facetas*. Portanto, a *faceta*⁸ é uma categoria conceitual distinta que descreve um componente de um objeto específico de uma área de pesquisa (Donald, 1988);

ou uma categorização conceitual baseando um grupo de observações (Brown, 1985). Enfim, os

⁷ Segundo Canter (1983) a avaliação se define como uma medida sobre a extensão em que os atributos ou componentes de um ambiente ~~elementos de uma faceta descrevem uma área objetiva mais completa e lógica todas as variações da~~

⁸ Alguns destaques sobre as facetas feitos por Canter (Monteiro & Loureiro, 1995) são bastante esclarecedores: ~~dimensão ou faceta~~ "cada faceta descreve e representa um aspecto específico do ambiente, como por exemplo, uma faceta que considera os estilos da arquitetura do século XX, necessariamente, terá que incluir subcategorias abrangendo os estilos moderno e pós-moderno;

- cada faceta compreende um número finito de atributos, os quais descrevem o objeto de estudo categorização, o que significa que cada edificação do exemplo acima terá seu lugar em somente uma subcategoria de estilo;

(domínio), que representa a população de usuários ou fornecedores da edificação (base de domínio); que podem ser classificados tanto pelas suas funções como pelos seus estilos etc.

e a que descreve as possíveis respostas da população sobre o objeto em estudo, geralmente uma escala de valores, ou o que se deseja saber (*racional comum*).

3-4-1-Sentença estruturadora geral

Depois que a população, o universo da pesquisa e a escala das possíveis respostas são determinados, passa-se a estabelecer relações ou associações entre as facetas. O processo de associações entre as *facetas*, também denominado *mapeamento*, reunindo-as em uma estrutura que estabelece relações entre as partes, formam uma *sentença estruturadora* ou *sentença mapeadora*.

Esta visão surpreendentemente simples da sentença estruturadora oferece a possibilidade de se colocar um sistema de questões de observação dentro de uma estrutura unificada que, por sua vez, contribui decisivamente para a clareza e flexibilidade da elaboração e análise de uma questão de pesquisa. De acordo com Donald (1988), a sentença estruturadora é uma maneira concisa de especificar os componentes da pesquisa e a relação entre eles; com Rullo (1988), é a representação do sistema definidor do universo empírico, através de uma sentença verbal.

Na avaliação ambiental, pesquisas demonstram existir estes três tipos básicos de facetas, que representam componentes do lugar: *o foco* (elementos de cunho geral ou centrais e elementos específicos ou periféricos), *o referente* (diferentes aspectos pelos quais se baseiam as avaliações) e *o nível* (escala da avaliação – casa ou cidade, por exemplo). Monteiro (1992:59) cita o modelo de avaliação do ambiente desenvolvida por Donald (1990):

SENTENÇA ESTRUTURADORA DE AVALIAÇÃO DE LUGARES

(FOCO)

A pessoa (X) avalia em que extensão estar no lugar (L) facilita

{1.essencialmente, 2. de modo geral seus objetivos, 3. aspectos específicos de cunho }

(REFERENTE)

{1.social, 2. espacial, 3. serviço }

(NÍVEL)

em um nível de interação

{1.local , 2. intermediário , 3. maior }

(RACIONAL COMUM)

ao afirmar que

{1. facilita enormemente, 2. interfere enormemente }

em seus objetivos.

Ao se esboçar as questões de pesquisa através do mapeamento, o *conjunto domínio* do mapeamento refere-se às características essenciais das questões propostas, englobando as facetas de foco, referente e nível. Já o *conjunto imagem ou racional comum* às respostas possíveis, é geralmente uma escala de valores, que pode ser mais refinada, aumentando-se o número de categorias.

Metodologicamente, a sentença estruturadora sumariza todas as possíveis relações entre os diversos aspectos da experiência com o lugar, tal qual a desenvolvida por Monteiro (1992: 61) em estudo sobre satisfação residencial com o bairro, que gerou um questionário de 27 questões, aplicado em favelas, conjuntos habitacionais e bairro de classe média, em Recife, visando conhecer quais aspectos formavam a satisfação residencial dos moradores de bairros tão diversos.

SENTENÇA ESTRUTURADORA GERAL DE SATISFAÇÃO RESIDENCIAL:

(A-FOCO)

Em que medida a pessoa x está satisfeita

{1- geral, 2 - particular }

(B-NÍVEL DE EXPERIÊNCIA)

com sua

{1- casa, 2- bairro }

(C-REFERENCIAL DE EXPERIÊNCIA)

em relação a

{1- dimensão, 2- localização, 3- serviços }

(D-OBJETIVOS)

visando

{1- morar, 2- consumir, 3- trabalhar, 4- socializar }?

(RACIONAL COMUM):

{1- não, definitivamente não; 2- não mesmo; 3- não muito; 4- pouco;
5- considerando alguns aspectos, sim; 6- muito; 7- sim, muito mesmo }

A sentença acima gerou 48 (2 x 2 x 3 x 4) observações. As combinações dos elementos das quatro facetas (A, B, C e D) formaram os conjuntos de elementos, ou estruturantes, que orientaram cada questão. O conjunto de elementos A2 B1 C1 D1, por exemplo, foi uma questão de cunho específico (A2), relacionado com a casa (B1), referente à dimensão (C1) e visando o objetivo de morar (D1). Em linguagem coloquial a questão foi formulada da seguinte forma: *a sua casa tem quartos suficientes para a família?*

As respostas às questões quanto ao nível de satisfação considerou uma escala de 07 intervalos, como a apresentada no racional comum.

3-4-2- Aplicação da teoria das facetas na investigação: sentença estruturadora geral do conceito de preservação

⁹ A estrutura de uma sentença estruturadora, sendo um esquema de definição para observações empíricas, todas as questões que possuem o mesmo elemento de faceta e verificar como foram avaliados. E isto permite observar semelhanças entre elementos, ou que outros elementos interferem na avaliação de um mesmo aspecto.

em uma pesquisa determinada, especifica todas as observações que podem ser registradas. A sua força não está apenas em suas especificações, que nos indicam sobre o que versam as observações da pesquisa, mas também em suas omissões, que nos dizem, de fato, o que não será observado ou registrado num determinado estudo⁹. Na pesquisa sobre satisfação residencial, da coleção de todas as possíveis combinações, de 48 conjuntos de elementos, foram selecionados somente 27, julgados os mais relevantes, que geraram o mesmo número de questões. Tal procedimento teve o objetivo adicional de tornar a coleta de dados menos cansativa e facilitar a sua aplicação.

Ao mesmo tempo em que apresenta as hipóteses sobre as relações entre os componentes de um fenômeno a sentença estruturadora introduz uma estrutura que facilita a geração do instrumento de pesquisa de uma forma consistente, que pode ser tanto um questionário quanto material para procedimentos de classificação múltipla.

Na presente investigação, o interesse é conhecer as conceituações dos habitantes e dos arquitetos especialistas acerca da preservação do sítio histórico de Parnaíba. O objeto em estudo possui componentes físicos, associados a valores culturais e sócio-econômicos, que constituem os atributos a ser considerados no estabelecimento de uma política de proteção e tratamento, segundo as teorias modernas da preservação. Isto inclui naturalmente, o reconhecimento oficial de um sítio histórico. Portanto, vamos verificar se estes mesmos componentes influenciam as conceituações tanto dos habitantes quanto dos arquitetos especialistas sobre o ambiente e o interesse em preservá-lo.

Uma vez escolhido como recorte espacial da pesquisa a Av. Presidente Vargas, eixo estruturador do sítio histórico de Parnaíba, estabeleceram-se os componentes das edificações deste ambiente, hipoteticamente importantes nos conceitos de preservação dos grupos da pesquisa. Conceitos construídos tanto pelo saber científico dos arquitetos especialistas, que se baseia no pressuposto da conservação de valores culturais - artístico, histórico, antiguidade, arquitetônico, urbanístico etc quanto pela experiência, conhecimento histórico, afetividades e simbolismos locais dos habitantes.

Assim, uma das *facetas de domínio* da pesquisa é a de Estilo, cujos elementos ou subcategorias foram considerados de acordo com a diversidade e a frequência com as quais se apresentam na referida avenida: Tradicional, Eclético/séc. XIX, Art Decó, Eclético/séc. XX, Moderno.

Neste caso, época e estilo foram supostos dois componentes fortemente interligados, cuja variação solidária influenciaria sua captação como uma só faceta, dominando o estilo. Presumiu-se que as variadas manifestações da tendência eclética das edificações seriam mais facilmente identificáveis se associadas às épocas de suas construções e optou-se pela junção de alguns estilos sob essa tendência, desdobrando-a em dois deles. O Eclético do séc. XIX compreende as casas de porão alto, os sobrados de entradas laterais e alguns neoclássicos; o Eclético do séc. XX abarca os bangalôs, sobrados de influência européia e alguns exemplares de arquitetura mais próximos do neocolonial.

O processo de seleção desta faceta e de sua composição interna pode ser acompanhado pelas ilustrações da Figura 3.1 (Mapa dos Estilos das Edificações da Av. Pres. Vargas) e Tabela 3.1



Figura 3.1 – Mapa dos estilos das edificações do sítio histórico de Parnaíba.

(Critérios de Classificação dos Estilos das Edificações do Sítio Histórico), que se baseiam no Mapa dos Estilos de Arquitetura dos Imóveis do Centro Histórico de São Luís e respectivo glossário, elaborados pelos arquitetos especialistas da 3ª Superintendência Regional do IPHAN (Andrés, 1998: 48). A categoria “popular”, na qual foram classificadas muitas edificações da Avenida, apesar da sua representatividade numérica, não foi considerada subcategoria da faceta estilo para a captação do conceito de preservação. Faltam a tais edificações características culturais marcantes de arte, história e antiguidade e ainda são frágeis suas relações com a experiência dos habitantes.

Assim como a faceta estilo exprime sinteticamente os valores artísticos, históricos e de antiguidade, outras *facetras de domínio* foram associadas aos demais valores culturais do sítio histórico. Os valores urbanísticos, presentes nas características formais de ocupação das áreas localizadas às margens da via em análise, foram captados pela faceta localização, expressos com legibilidade nos elementos ou subcategorias desta faceta - zona antiga e zona de expansão - pelas suas características peculiares, ora mais homogênea, ora mais fragmentada.

O valor de originalidade das edificações foi interpretado como sua caracterização, ou melhor, detectado por uma escala gradativa variando entre original, modificada e descaracterizada e não como singularidade ou representatividade destas edificações dentro do contexto urbano, já incorporados às peculiaridades estilísticas. Os elementos desta faceta foram selecionados tendo em vista as construções atualmente existentes, portanto as substituições, mesmo as mais recentes, foram avaliadas segundo a integridade do seu desenho atual.

Mais três componentes do ambiente, que expressam valores sócio-econômicos atuais mais ligados à experiência dos habitantes, complementaram as demais facetras de domínio da pesquisa: propriedade, estado de conservação e uso das edificações. A propriedade foi suposta como faceta de variação dicotômica (pública ou privada) importante na formação do conceito de preservação, principalmente dos habitantes. Os elementos do estado de conservação deviam evidenciar as diferenças da integridade física das edificações, sendo selecionados por uma escala gradativa (bem conservado, conservado, não conservado). Finalmente, a faceta uso foi composta de vários elementos (residencial, comercial, serviços, institucional e sem uso), retratando a variação desta dimensão de acordo com a realidade do ambiente, conforme evidencia o Mapa da Figura 2.6, do capítulo anterior.

Todas estas facetras que utilizamos como descritoras do objeto em estudo, estão presentes na sentença estruturadora do conceito de preservação.

SENTENÇA ESTRUTURADORA GERAL DE CONCEITO DE PRESERVAÇÃO ¹⁰ **Em que medida a pessoa x {moradores, técnicos} avalia que edificações de Parnaíba**

(REFERENTE)
de ESTILO - E

{1- Tradicional (TR), 2- Eclético/ séc. XIX (EC), 3- Art Decó (AD), 4- Eclético/ séc. XX (EV),
5- Moderno(MO)},

de PROPRIEDADE - P

{1- Privada (P), 2- Pública (PU)}

Esta sentença não considerou as facetras de foco e de nível porque não são variáveis: o foco da pesquisa é geral e o nível de experiência investigado é relativo a um ambiente específico.

em ESTADO DE CONSERVAÇÃO -C

{1- Bem conservado (BC), 2- Conservado (C), 3- Não conservado (NC)}

de USO – U

{1- Residencial (R), 2- Comercial (C), 3- Serviços (S), 4- Institucional(I), 5- Sem uso (SU)},

com CARACTERIZAÇÃO -K

{1- Original (O), 2- Modificada (M), 3- Descaracterizada (D)},

e LOCALIZAÇÃO - L

{1-Zona Antiga (A), 2- Zona da 1ª expansão (E).

(D-OBJETIVOS)

devem ser preservadas?

(RACIONAL COMUM):

{1-definitivamente sem importância, 2-sem importância, 3-pouco importante, 4-importante, 5-muito importante, 6-importantíssimo}.

As combinações dos elementos da faceta (referente) (5E x 2P x 3C x 5U x 3K x 2L) totalizam 900 conjuntos de elementos. Contudo, a pesquisa se baseou apenas nos conjuntos de elementos existentes no trecho do sítio histórico representado pela Avenida Presidente Getulio Vargas, que assim já reduziu as 900 combinações possíveis para os 110 conjuntos de elementos existentes nas 110 edificações ali situadas.

O racional comum, que descreve as possíveis respostas da população quanto ao grau de importância da preservação das edificações, visando um maior refinamento, considerou-as numa escala de seis intervalos.

3-5-Instrumento de coleta de dados

Os questionários muitas vezes não são os instrumentos mais apropriados para a avaliação de um objeto revestido de fortes representações sociais como o da presente investigação: conceitos de preservação do patrimônio cultural edificado de um sítio histórico nas visões dos seus habitantes e de arquitetos especialistas. Um dos processos característicos da teoria da representação social, como o mecanismo básico que permite a geração da representação é o uso do processo de classificação.

Neste caso, portanto, diferindo do exemplo anterior, os conjuntos de elementos, ao invés de questionário, geraram o material para ser utilizado na classificação: edificações diversificadas, representadas por fotografias, escolhidas entre as existentes no eixo estruturador do sítio histórico.

Portanto, o sistema de classificações múltiplas, “que fornece procedimentos mais sensíveis para diagnosticar os sistemas de conceituações do usuário sobre sua experiência em determinado local” (Monteiro & Loureiro, 1994: 63) tornou-se o processo mais adequado e foi o utilizado para a coleta dos dados.

Na sua aplicação entre os habitantes de Parnaíba foi empregada uma combinação da classificação livre com a classificação dirigida. A primeira é acompanhada da explicitação do critério

utilizado; a segunda é feita de acordo com critérios pré-estabelecidos, utilizando as escalas de respostas apresentadas pelo racional comum.

3-5-1- Sistema de Classificações Múltiplas

O Sistema de Classificações Múltiplas é um processo para explorar categorias e sistemas de classificação que as pessoas usam em qualquer determinado contexto, uma técnica que evoluiu da grade de repertórios de Kelly (1955). Esta técnica é planejada para clarificar o sistema de “construtos” das pessoas, o que significa a maneira delas compreenderem o mundo. O processo permite uma exploração flexível de sistemas de conceituações ao nível do indivíduo ou ao nível de grupo.

Nesta discussão da natureza e organização dos sistemas de conceituações das pessoas, uma distinção importante deve ser feita entre os processos de categorização subjacentes e as explicações “ordinárias” que as pessoas dão para as suas ações. Segundo os argumentos de Brown, Canter, Groat (1985) muitas perguntas de pesquisa são respondidas melhor através de referência a explicações “ordinárias”, especialmente quando a opinião do indivíduo está sendo questionada e a única compreensão que ele pode trazer para a situação é central. Alternativamente, naqueles estudos onde os focos das questões da pesquisa recaem sobre os processos de conceituações gerais subjacentes às explicações que as pessoas poderiam dar, é freqüentemente frutífero explorar a organização categórica desses processos de conceituações.

Os estudos dos sistemas pessoais de classificação e de explicações não são inevitavelmente distintos. Os dois são parte da aproximação psicológica ¹¹ geral que enfatiza o entendimento do próprio sistema do indivíduo para lidar com o mundo e tomar consciência do mesmo. Entretanto, eles evidenciam aspectos diferentes das conceituações das pessoas que são, conseqüentemente, de particular relevância para diferentes tipos de questão de pesquisa.

Nas palavras de Canter, Brown e Groat (1985:03) “...trabalhar diretamente com indivíduos nas suas próprias condições, respeitando as suas habilidades para formular modos de pensar sobre o mundo e a sua experiência nele” contrasta com o uso de questionários “standard” ou de processos de entrevistas estruturados. Nestes o pesquisador formula concepções sobre o que o respondente desejará comentar, e assim conferem a extensão na qual o respondente endossará as especulações do experimento.

O processo de classificação múltipla livre pergunta pouco aos entrevistados, exceto que eles designem elementos para categorias da sua própria invenção; limitações não são necessariamente colocadas sobre como a classificação deve ser feita, diferindo dos outros formatos de respostas previamente estruturados ¹². Na realidade, o respondente é encorajado a classificar os elementos, usando diferentes critérios, várias vezes.

O ato de classificar itens é uma atividade comum: na escolha de uma casa, roupas, livros ou partidos políticos. Nessas áreas de escolha há uma seleção explícita na base de um esquema de investigação. Outro é o reconhecimento de que esta visão do mundo é construída em torno de esquemas de categorização que as pessoas empregam na sua vida diária.

¹² A razão para esta versão menos restritiva do processo de classificação é a convicção de que os significados e explicações associados com o uso das categorias de um indivíduo são tão importantes quanto a distribuição de elementos nas categorias.

evidenciar estes esquemas pessoais.

O poder das tarefas de classificações múltiplas como meios para testar hipóteses de conceituações comuns através de várias pessoas pode ser ilustrado pelo trabalho de Bishop (1983). Ele teve como uma preocupação central o papel que a idade dos edifícios tem nas visões das pessoas sobre as suas vizinhanças. Entretanto, ele estava ciente que a sua própria fascinação com a idade dos edifícios poderia ter lhe dado uma perspectiva particular e que este modo de pensamento sobre edifícios poderia não ter muita importância para a maioria das pessoas. Como é evidente que as pessoas podem comentar sobre a idade de um edifício, qualquer questionamento direto sobre a idade ou sua significação poderia dar uma forma artificial de alta pesagem para o papel da idade.

Bishop fez então, uma classificação múltipla com vários respondentes, preparando um conjunto de fotografias de edifícios que diferiam em idade, que usou para as pessoas fazerem um conjunto de livres classificações, como as descritas acima. A sua hipótese foi confirmada fortemente. Trinta das trinta e cinco pessoas que ele perguntou usaram a idade como uma base para classificação, embora só oito a usaram como a base de sua primeira classificação. Em um passo mais adiante classificou ainda seus respondentes em termos dos tipos de classificação de idade que estes fizeram, mostrando, convincentemente, que a sua compreensão da idade arquitetônica variava muito, embora eles tenham usado espontaneamente o conceito. Esta diferenciação dos seus grupos preparou terreno para o desenvolvimento do seu estudo.

Portanto, ao optar pelo método das classificações múltiplas levamos em consideração as várias qualidades que lhe são peculiares, essenciais para o tipo de pesquisa desenvolvida: o pesquisador exerce pouca interferência no procedimento, permitindo maior liberdade ao entrevistado para emitir seus conceitos; não se baseia primordialmente em construções verbais, a verbalização só ocorre depois de feitas a classificação, e possibilitando que as imagens valores dos entrevistados sejam determinantes nas suas respostas; é uma técnica dinâmica que estimula as pessoas a participarem da entrevista; uma ampla gama de elementos pode ser usada nas classificações; permite o exame dos elementos sob diversos ângulos ou critérios; permite também análise do nível de consenso dos respondentes além da análise do conteúdo das representações.

O processo permite a identificação do conteúdo no qual a pessoa está operando, para em seguida ver se ele é socialmente partilhado. Essa aproximação foi feita por Moscovici e por seus seguidores, analisando o que as pessoas dizem geralmente nas conversas e interações sociais e depois, comparando este conteúdo com o que é transmitido pela mídia - jornais e televisão. Deste modo pode-se demonstrar se os conceitos e representações que as pessoas fazem de qualquer evento ou objeto são essencialmente sociais. Enfim, ele observa as categorizações individuais e as combina de forma a acessar a existência de representações sociais.

As qualidades acima enumeradas tornam o processo de classificação múltipla um modo confiável para explorar as representações sociais das pessoas empiricamente e, como tal, para a presente investigação, que visa estudar a possibilidade de explorar conjuntos socialmente partilhados de categorização.

3.5.2-Geração dos elementos da classificação

Em geral, quanto mais concreto e específico os elementos são e quanto mais familiarizado o respondente está com os elementos, o mais provável é que eles poderão produzir um número de classificações ricas e variadas.

Considerando como os elementos deveriam ser gerados dois assuntos precisam ser considerados: (1) se os elementos serão gerados pelo investigador ou não, e (2) se os elementos terão uma estrutura especificada ou serão uma amostra de população identificada.

Se o investigador tiver a intenção de testar algumas hipóteses sobre os sistemas conceituais de pessoas, então é provável que os elementos serão identificados por ele. Por exemplo, Groat (1982) escolheu fotografias de edifícios para testar suas hipóteses particulares sobre as concepções dos arquitetos sobre estilos e assegurou que o seu conjunto de fotografias incluiria três estilos especificados e quatro funções do edifício. Em outro estudo, “Representações Sociais da Cidade”, Monteiro (1995) utilizou dois conjuntos de elementos para ajudar a determinar os contornos destas representações: uma série de 25 bonecos representando pessoas em suas diferentes ocupações que foram escolhidas a partir de um estudo piloto em três bairros de Recife, sendo uma favela, um conjunto habitacional e um bairro de classe média; e um conjunto de 10 fotografias representando diferentes tipos de casas, englobando barraco rústico, casas de conjuntos habitacionais, apartamentos e mansões.

A geração dos elementos tem uma influência direta se o processo de classificação será exploratório, heurístico, com propósitos descritivos ou para testar hipóteses. Por conseguinte, este processo tem potencial em muitas fases diferentes e em muitas áreas diferentes do esforço de pesquisa.

No estudo transcultural sobre conceituações dos espaços da casa (Ito, Canter & Wilson, 1993), a sentença estruturadora, instrumento fundamental da Teoria das Facetas, gerou um conjunto de sete desenhos coloridos representando cômodos da casa, utilizado no processo de Classificações Múltiplas para explorar o sistema de conceituação dos sujeitos.

Semelhantemente, no nosso estudo, sobre os conceitos de preservação do sítio histórico de Parnaíba entre moradores e especialistas, utilizamos a sentença estruturadora para a geração dos elementos a serem classificados. São estes elementos 27 edificações¹³, escolhidas entre as localizadas ao longo da Av. Presidente Vargas, em Parnaíba, nas quais procurou-se assegurar a representação dos conjuntos de elementos (estruturantes) mais marcantes dos diversos componentes físicos, artísticos, econômicos e sócio-culturais (facetas) ali existentes. (Figura 3.1, Figura 3.2 e Figura 3.3)

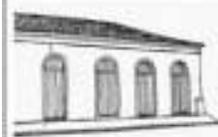
Além deste conjunto foi utilizado outro menor de edificações que apresentam formas

¹³ A escolha deste material menos extenso teve o objetivo de agilizar e tornar menos cansativo o processo de coleta de dados, mas teve o cuidado de abranger todos os elementos das facetas existentes no universo da pesquisa.

Figura 3.3 - Edificações do sítio histórico de Parnaíba representando as relações entre as facetas Estilo, Propriedade, Conservação, Uso, Caracterização e Localização.

Estilo		Propriedade		Conservação		Uso		Caracterização		Localização	
TR	Tradicional	PU	Pública	BC	Bem Conservado	R	Residencial	O	Original	A	Zona Antiga
EC	Eclético/séc. XIX			C	Conservado	C	Comercial	M	Modificado		
AD	Art Decô	P	Privada	NC	Não Conservado	S	Serviço	D	Descaracterizado	E	Zona da 1ª Expansão
EV	Eclético/séc. XX					I	Institucional				
MO	Moderno					SU	Sem Uso				



	Edificação 01					
TR	P	NC	S	M	A	



	Edificação 02					
TR	P	BC	I	O	A	



	Edificação 03					
TR	P	C	R	M	A	



	Edificação 04					
TR	P	NC	SU	M	A	

Figura 3.3 - Edificações do sítio histórico de Parnaíba representando as relações entre as facetas Estílo, Propriedade, Conservação, Uso, Caracterização e Localização.

Estílo		Propriedade		Conservação		Uso		Caracterização		Localização	
TR	Tradicional	PU	Pública	BC	Bem Conservado	R	Residencial	O	Original	A	Zona Antiga
EC	Eclético/séc. XIX			C	Conservado	C	Comercial	M	Modificado		
AD	Art Decô	P	Privada	NC	Não Conservado	S	Serviço	D	Descaracterizado	E	Zona da 1ª Expansão
EV	Eclético/séc. XX					I	Institucional				
MO	Moderno					SU	Sem Uso				



	Edificação 05					
EC	P	BC	R	M	E	



	Edificação 06					
EC	P	C	C	D	E	



	Edificação 07					
EC	P	NC	SU	O	E	



	Edificação 08					
EC	P	BC	S	M	E	

Figura 3.3 - Edificações do sítio histórico de Parnaíba representando as relações entre as facetas Estilo, Propriedade, Conservação, Uso, Caracterização e Localização.

Estilo		Propriedade		Conservação		Uso		Caracterização		Localização	
TR	Tradicional	PU	Pública	BC	Bem Conservado	R	Residencial	O	Original	A	Zona Antiga
EC	Eclético/séc. XIX			C	Conservado	C	Comercial	M	Modificado		
AD	Art Decô	P	Privada	NC	Não Conservado	S	Serviço	D	Descaracterizado	E	Zona da 1ª Expansão
EV	Eclético/séc. XX					I	Institucional				
MO	Moderno					SU	Sem Uso				



	Edificação 09					
EC	P	C	S	D	E	



	Edificação 10					
EC	P	BC	I	O	E	



	Edificação 11					
EC	PU	NC	SU	O	A	



	Edificação 12					
EC	P	NC	C	D	A	

Figura 3.3 - Edificações do sítio histórico de Parnaíba representando as relações entre as facetas Estilo, Propriedade, Conservação, Uso, Caracterização e Localização.

Estilo		Propriedade		Conservação		Uso		Caracterização		Localização	
TR	Tradicional	PU	Pública	BC	Bem Conservado	R	Residencial	O	Original	A	Zona Antiga
EC	Eclético/séc. XIX			C	Conservado	C	Comercial	M	Modificado		
AD	Art Decô	P	Privada	NC	Não Conservado	S	Serviço	D	Descaracterizado	E	Zona da 1ª Expansão
EV	Eclético/séc. XX					I	Institucional				
MO	Moderno					SU	Sem Uso				



	Edificação 13					
	AD	P	BC	C	O	A



	Edificação 14					
	MO	PU	C	C	D	A



	Edificação 15					
	AD	PU	C	I	M	A



	Edificação 16					
	AD	P	C	R	M	E

Figura 3.3 - Edificações do sítio histórico de Parnaíba representando as relações entre as facetas Estilo, Propriedade, Conservação, Uso, Caracterização e Localização.

Estilo		Propriedade		Conservação		Uso		Caracterização		Localização	
TR	Tradicional	PU	Pública	BC	Bem Conservado	R	Residencial	O	Original	A	Zona Antiga
EC	Eclético/séc. XIX			C	Conservado	C	Comercial	M	Modificado		
AD	Art Decô	P	Privada	NC	Não Conservado	S	Serviço	D	Descaracterizado	E	Zona da 1ª Expansão
EV	Eclético/séc. XX					I	Institucional				
MO	Moderno					SU	Sem Uso				



	Edificação 17					
EV	P	BC	R	O	E	

	Edificação 18					
EV	P	BC	S	M	E	



	Edificação 19					
EV	P	BC	R	M	E	

	Edificação 20					
EV	P	NC	SU	M	E	

Figura 3.3 - Edificações do sítio histórico de Parnaíba representando as relações entre as facetas Estílo, Propriedade, Conservação, Uso, Caracterização e Localização.

Estílo		Propriedade		Conservação		Uso		Caracterização		Localização	
TR	Tradicional	PU	Pública	BC	Bem Conservado	R	Residencial	O	Original	A	Zona Antiga
EC	Eclético/séc. XIX			C	Conservado	C	Comercial	M	Modificado		
AD	Art Decô	P	Privada	NC	Não Conservado	S	Serviço	D	Descaracterizado	E	Zona da 1ª Expansão
EV	Eclético/séc. XX					I	Institucional				
MO	Moderno					SU	Sem Uso				



	Edificação 21					
	EV	P	NC	SU	M	E



	Edificação 22					
	EV	PU	BC	I	O	E



	Edificação 23					
	EV	P	BC	S	M	E



	Edificação 24					
	MO	PU	NC	I	O	E

Figura 3.3 - Edificações do sítio histórico de Parnaíba representando as relações entre as facetas Estílo, Propriedade, Conservação, Uso, Caracterização e Localização.

Estílo		Propriedade		Conservação		Uso		Caracterização		Localização	
TR	Tradicional	PU	Pública	BC	Bem Conservado	R	Residencial	O	Original	A	Zona Antiga
EC	Eclético/séc. XIX			C	Conservado	C	Comercial	M	Modificado		
AD	Art Decó	P	Privada	NC	Não Conservado	S	Serviço			D	Descaracterizado
EV	Eclético/séc. XX					I	Institucional				
MO	Moderno					SU	Sem Uso				



	Edificação 25					
	MO	PU	C	I	O	A

	Edificação 26					
	MO	P	C	C	O	A



	Edificação 27					
	MO	P	BC	C	O	A

Figura 3.4 - Edificações estranhas ao contexto do sítio histórico de Parnaíba.



Edifício 28



Edifício 29



Edifício 30

desses tipos de edificações naquele ambiente.(Figura 3.4)

3.6- Definição da amostra

As facetas que representam a população da pesquisa compreendem dois grupos distintos: o dos arquitetos especialistas em patrimônio e o dos habitantes da cidade de Parnaíba. Os habitantes foram considerados dentro de dois subgrupos: usuários diretos da Av. Pres. Vargas e usuários do centro, nas imediações desta via. Essa diferenciação visou captar representações tanto das pessoas que possuem interesse mais direto nas edificações da avenida quanto as menos comprometidas com essas edificações, mas utilizam a sua vizinhança, ou seja, possuem experiência deste ambiente.

Com relação aos dois grupos da população, habitantes e especialistas, partimos do pressuposto que os conceitos sobre o sítio histórico e sua preservação que buscamos conhecer variam segundo componentes do ambiente e de que estes próprios componentes têm apreciação diferenciada em razão das diferentes experiências individuais e do saber técnico. As variáveis individuais consideradas relevantes para a caracterização de cada grupo são apresentadas nas tabelas 3.1 e 3.2.

Vários fatores influíram na determinação do tamanho da amostra: o dimensionamento mínimo necessário para explorar as estruturas subjacentes de muitos sujeitos em um estudo que busca entender as representações na perspectiva dos grupos, buscando aí tanto a diversidade quanto o que há de comum e compartilhado; a complexidade do processo de classificação e de coleta de dados; e a disponibilidade de tempo de um único pesquisador para realizar os trabalhos de campo. Considerando tais fatores foram submetidos às classificações 68 sujeitos, divididos nos dois grupos da população: um formado por 22 arquitetos especialistas e outro por 46 moradores de Parnaíba. Os moradores, por sua vez, dividiram-se em dois subgrupos: 23 usuários diretos dos imóveis da avenida e 23 usuários das imediações da avenida. A amostra dos habitantes da Avenida é indicada pela Figura 3.5, através das respectivas edificações que ocupam.

3-7-Descrição da amostra

As aplicações do processo da classificação aos arquitetos especialistas ocorreram, em sua maioria, em seus locais de trabalho ou residências. Elas foram marcadas com antecedência, o que proporcionou ambientes mais favoráveis ao seu desenvolvimento. Todos os respondentes do outro grupo foram abordados em seus respectivos ambientes cotidianos, de forma aleatória, entre moradores e outros usuários do centro como funcionários públicos, prestadores de serviços, comerciantes, estudantes e funcionários de empresas privadas.

As primeiras classificações foram feitas com os arquitetos especialistas, quando em janeiro



Figura 3.5 - Mapa de localização da amostra dos habitantes do sítio histórico de Parnaíba

procedeu-se a investigação exploratória com quatro deles, em Teresina; seguiu-se nos dias 02 e 03 de fevereiro com mais seis, em Brasília; na 2ª quinzena de fevereiro com dez deles, em Belo Horizonte; e em abril com mais dois, em Teresina.

Intercalado ao processo de classificação feito pelos especialistas foi iniciada a classificação com os habitantes de Parnaíba. Durante a primeira etapa, de 09 a 13 de fevereiro, foram coletados dados de 14 da Av. Pres. Vargas. Na segunda e última etapa, de 20 a 24 de março, foi submetido às classificações o restante dos habitantes de Parnaíba, compreendendo mais 90 da Avenida e 23 de fora da Avenida. Nesta segunda etapa houve uma média de 6 classificações por dia, feitas durante a manhã, à tarde e à noite. Nos dois períodos, diurnos a maioria da coleta de dados, foi feita com funcionários ou clientes das lojas, clínicas, repartições públicas, colégios etc. No período noturno, priorizou-se a coleta de dados com os habitantes da Avenida, abordados em suas residências, e clientes de dois bares e restaurantes mais frequentados da região central da cidade.

Na caracterização dos sujeitos de cada grupo, além de dados comuns para todos, foram consideradas algumas especificidades para os arquitetos especialistas, mostradas pela Tabela 3.2.

Tabela 3.2- Caracterização dos Arquitetos Especialistas

SEXO		IDADE (ANOS)				ESCOLARIDADE				
MASC.	FEM.	25 A 35	35 A 45	45 A 60	60	1º GRAU	2º GRAU	SUP. INC.	SUP. COMP.	
10	13	5	11	5	2	1	15	3	4	
43,50%	56,50%	21,70%	47,8%	21,7%	8,7%	4,3%	65,2%	13,0%	17,4%	
100%		100%				100%				
NATURAL.		TEMPO MORADIA CIDADE (ANOS)				RENDA (S M.)				
SIM	NÃO	2 A 5	5 A 10	10 A 20	20	-3	3 A 5	5 A 7	10	
13	10	A maioria dos arquitetos possui idade acima dos 35 anos (82%), dominando as idades entre 56,5% e 45,45%; é formada há mais de 10 anos (81,8%) e mora somente 13 dos 26,10% feitos trabalho há mais de 10 anos na preservação (59,1%). A maioria é funcionário público (68,2%) e do sexo feminino, embora a proporção dos sujeitos do sexo masculino não seja pequena (40,9%).				Na caracterização dos habitantes foram coletados outros dados comuns para os dois subgrupos e alguns específicos para os habitantes da Avenida, conforme tabelas 3.3 e 3.4.				
100%		100%				100%				
SEXO		IDADE (ANOS)				ESCOLARIDADE				
MASC.	FEM.	25 A 35	35 A 45	45 A 60	60	1º GRAU	2º GRAU	SUP. INC.	SUP. COMP.	
16	7	3	1	19	2	4	3	3	11	
69,6%	30,4%	13%	4,3%	82,6%	8,7%	17,4%	13,0%	13,0%	47,8%	
100%		100%				100%				
PROPRIED.		USO				TEMPO USO IMÓVEL (ANOS)				
PROP.	INQUIL.	HAB.	COM.	SERV.	INST.	MENOS 2	2 A 5	5 A 10	10 A 20	20
16	7	6	5	8	4	5	3	3	1	11
69,6%	30,4%	26,1%	21,7%	34,8%	17,4%	21,7%	13,0%	4,3%	4,3%	47,8%
100%		100%				100%				

Tabela 3.3- Caracterização dos Habitantes de Fora da Avenida

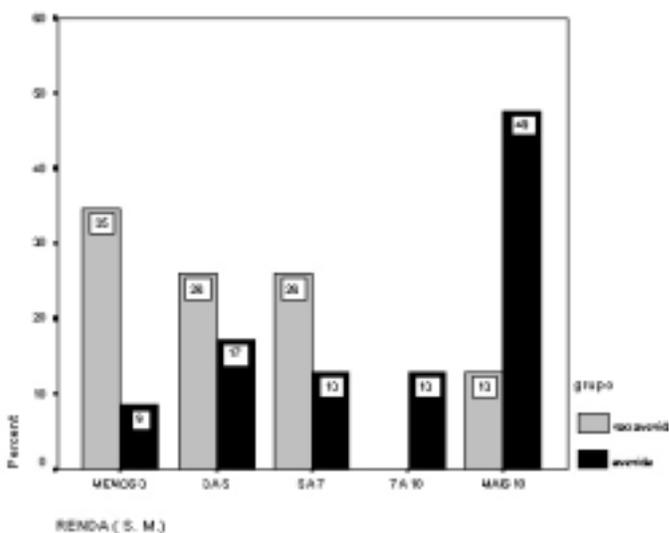
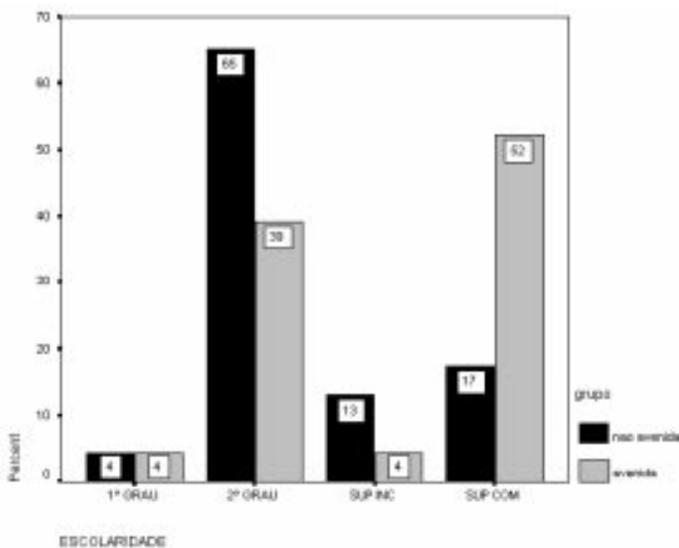
Tabela 3.4- Caracterização dos Habitantes da Avenida

Foram submetidos às classificações somente habitantes acima de 18 anos de idade, com nível de escolaridade de, no mínimo, 2º Grau completo, pois se percebeu, através de dois casos, que abaixo destes níveis, as pessoas tinham dificuldade de entendê-lo e aplicá-lo satisfatoriamente.

Há uma ligeira dominância do sexo masculino entre os habitantes de fora da avenida, on-

da avenida são geralmente os proprietários ou in-

bastante representativos (69,6%) em relação aos in-



anos (52,1%).

HABITANTES	RENDAS				
	-3	3 A 5	5 A 7	7 A 10	+10
DE FORA DA AVENIDA	8	6	6		3
	34,8 %	26,1 %	26,1 %		13,0 %
DA AVENIDA	2	4	3	3	11
	8,7 %	17,4 %	13,0 %	13,0 %	47,8 %

Fig. 3.6 - Gráfico da Renda dos habitantes de Parnaíba

Tabela 3.6- Renda dos habitantes de Parnaíba

Fig. 3.7- Gráfico da Escolaridade dos habitantes de Parnaíba

3.8-Procedimentos da pesquisa

A) MATERIAL

Em janeiro de 2001, compunha os instrumentos de pesquisa para o trabalho de campo o material para classificação, composto de 27 fotografias¹⁴ coloridas das edificações da Avenida Presidente Vargas, medindo 10x 15 cm, enumeradas aleatoriamente de 1 a 27 e rotuladas no verso, representando os elementos de classificação gerados pela sentença estruturadora do conceito de preservação (Figura 3.2 e 3.3). Outras três fotografias, também coloridas, de edificações com forma, volume, altura, textura, cores e materiais estranhos ao contexto da avenida foram enumeradas de 28 a 30, para serem utilizadas como elementos da quarta das cinco classificações que seriam solicitadas aos sujeitos da pesquisa. Essas últimas mostram edificações de Teresina, todas de construções bastante recentes (Figura 3.4).

Observaram-se como critérios para a seleção das edificações a representação de todas as facetas julgadas relevantes, a sua frequência bem como a legibilidade das fotos, tendo como guia os conjuntos de elementos (combinações das facetas) resultantes da sentença estruturadora do conceito de preservação. A Figura 3.2 (Mapa de Localização das Edificações da Avenida Getúlio Vargas/ Elementos da Classificação) e Figura 3.3 (Edificações da Avenida Presidente Vargas representando as relações entre os elementos das facetas: Estilo, Propriedade, Conservação, Uso, Caracterização e Localização) indicam as edificações selecionadas.

Para examinar a reação dos respondentes à inserção de edificações com morfologia diferente no contexto da Av. Presidente Vargas foi produzido um segundo conjunto de fotografias de cerca de 10 edificações de Teresina, utilizando como critérios para a seleção a volumetria, altura, cores, materiais diferentes e também a legibilidade das fotos, resultando na escolha das três já mencionadas da Figura 3.4.

Assim, a estrutura da investigação construída para a presente pesquisa composta de duas

¹⁴ Número fixado em função da diversidade de elementos de facetas a serem testados e a facilidade do manuseio durante a pesquisa.

classificações livres, duas classificações dirigidas e uma última semidirigida, foi testada durante as primeiras entrevistas, iniciadas com os especialistas. Tanto a investigação exploratória, cujos detalhes estão expostos na próxima seção, quanto o restante da investigação com toda a população da pesquisa seguiram basicamente os mesmos procedimentos durante todo o trabalho de levantamento dos dados. As adaptações feitas a partir dessas primeiras classificações pilotos, com quatro especialistas, estão também descritas na próxima seção.

B) APRESENTAÇÃO

De forma geral, foram feitos contactos prévios com os arquitetos especialistas, por telefonema ou pessoalmente, e verificada a possibilidade da sua participação na pesquisa. A aplicação do processo foi feita principalmente nos locais de trabalho ou nas residências dos respondentes e eventualmente, em mesas de bar, sala de estar ou quarto de hotel (minoria).

A abordagem dos habitantes de Parnaíba foi sempre feita pessoalmente, nas residências, nas mesas de bar e no trabalho, seguidas da imediata aplicação do processo ou aplicação posterior segundo a conveniência dos respondentes. A aplicação imediata do processo foi preferida pela maioria dos moradores.

Nos dois casos a aproximação foi feita seguindo os passos previstos nas instruções de Canter, Brown e Groat (1985) para realizar a classificação múltipla, adaptados às particularidades do nosso estudo:

Eu estou realizando um estudo sobre o que os {habitantes, arquitetos especialistas} pensam e sentem sobre as áreas mais antigas e tradicionais de uma cidade e gostaria de saber sua opinião sobre uma área da cidade de Parnaíba que se enquadra dentro desta definição. Este é um estudo acadêmico e nosso interesse é só saber sua opinião, não envolve a divulgação dos nomes dos respondentes. Você poderia me ajudar marcando uma hora que lhe seja mais favorável?

Uma reação freqüente entre os habitantes era indicar intelectuais locais, conhecedores da história da cidade¹⁵, considerados mais úteis para a pesquisa. Este constrangimento só era dissipado quando se apresentava a metodologia para captar a opinião das pessoas, utilizando fotografias das edificações de Parnaíba como elementos a serem classificados, o que suscitava bastante curiosidade.

Entre os especialistas a curiosidade despertada pela metodologia também ajudou no interesse em participar da população da pesquisa, apesar de alguns se sentirem inicialmente constrangidos, a fazer uma espécie de teste sobre o seu conhecimento do assunto, impressão afastada

¹⁵ Então, era necessário frisar o interesse da pesquisa em saber a opinião dos mais variados tipos de pessoas de Parnaíba sobre a área mais antiga da cidade e que a investigação não tinha o objetivo de testar conhecimento das pessoas sobre a história da cidade ou qualquer outra matéria.

C) PROCEDIMENTO

A aplicação do processo devia se iniciar com as classificações livres a fim de dar maior liberdade aos respondentes nas suas representações e definições de elementos responsáveis pela formação das imagens do sítio histórico:

1ª classificação livre

Então, eu estou pedindo para várias pessoas, escolhidas ao acaso entre os {habitantes de Parnaíba, arquitetos especialistas} para olhar as seguintes fotografias, examiná-las bem e separá-las em grupos de tal forma que aquelas que estão no mesmo grupo tenham algo de semelhante entre si e, portanto, são diferentes das que estão colocadas em outros grupos. Você pode fazer quantos grupos quiser e colocar quantas fotografias desejar em cada grupo. São as suas visões que contam.

Assim que você terminar de classificar eu gostaria que você me contasse as razões para sua classificação e o que é que as fotos em cada grupo têm em comum.

2ª classificação livre

Quando você tiver classificado as fotos uma vez eu lhe pedirei que faça isto novamente usando qualquer princípio diferente que você pode pensar. Por favor, sinta-se livre para me falar tudo o que ocorre com você enquanto está classificando as fotos.”

O processo da classificação livre, desconhecido dos respondentes, sempre exigia explicação adicional, feita da seguinte forma: tomava-se algumas fotos do conjunto e as dividia em dois ou três grupos, explicando que uma foto qualquer de um dos grupos só poderia estar naquele grupo determinado se tivesse alguma coisa de semelhante ou em comum com as outras desse grupo, e diferente das características em comum das fotos dos outros grupos ¹⁶.

Grau de Preservação

Após as classificações livres, tendo novamente como guia a sentença estruturadora de conceito de preservação, era solicitada uma nova classificação, desta vez de acordo com o critério pré-estabelecido relativo ao grau de importância para a preservação com que os imóveis podiam ser classificados.

Agora gostaríamos de saber como você considera a importância de preservar os elementos que constituem a Avenida Presidente Vargas, representados pelas edificações destas fotos. Será que você pode ordená-las em grupos segundo uma ordem de importância, através de uma escala previamente estabelecida, segundo a qual você considera o grau em que estas edificações devam ser preservadas (1-definitivamente sem importância, 2-sem importância, 3-pouco importante, 4-importante, 5-muito importante, 6-importantíssimo)?

Geralmente, esta classificação era feita com mais rapidez que as anteriores. Logo após, eram também solicitadas aos respondentes que explicitassem as razões que os levaram a categorizar as

¹⁶ Como em cada etapa utilizava-se o mesmo critério para fazer as classificações, não havia necessidade de se solicitar que estas classificações dos elementos fossem em cada grupo, processo um pouco mais demorado do que a categorização em si mesma, utilizando o mesmo critério. Como não houve limitação do número de grupos para cada respondente, ele variou de dois a nove.

Compatibilidade

Caso o entrevistado tivesse classificado algum grupo com pelo menos um dos graus de importância para a preservação, através de mais duas classificações pretendia-se delinear os contornos desta preservação na sua visão, através da seguinte instrução:

Agora gostaríamos que você olhasse essas três outras fotografias. Você as associaria de alguma forma a algum ou todos os grupos anteriormente classificados?

Em caso positivo, em quais grupos você as introduziria? Sinta-se livre para fazer a classificação da forma como você quiser, ou seja, todas juntas, cada uma isoladamente, em grupos de 2 e 1 ou não associá-las a alguns ou a todos os grupos anteriores.

Assim que você terminar mais esta classificação eu gostaria que você me contasse também as razões da mesma.

Usos compatíveis com as edificações

Dentre as fotos que você classificou em grupos com algum grau de importância para a preservação, classifique-as agora de acordo com os usos que você acha que as edificações ali representadas podem ter. Você pode classificá-las segundo os usos que você escolher.

D) ANOTAÇÕES DOS DADOS

Outros instrumentos de coleta de dados foram os formulários para as anotações das classificações dos dois grupos de sujeitos da pesquisa. Como todos seriam submetidos ao mesmo processo, os dados variáveis para cada grupo restringiu-se inicialmente aos identificadores de cada um, restrito à primeira página (Figura 3.8 e Figura 3.9). Após a investigação exploratória algumas mudanças necessárias provocaram também alterações em páginas específicas dos formulários dos habitantes.

Além de facilitar a identificação dos respondentes na hora da análise dos dados, eles tornaram-se essenciais para a coleta de inúmeros dados, tantos os relativos aos números dos elementos classificados quanto às suas explicações, servindo de roteiro para o pesquisador e evitando esquecimentos.

3-8-1- Investigação piloto

Em Janeiro de 2001 foi iniciada em Teresina, uma investigação exploratória com quatro arquitetos que apresentavam algum tipo de experiência com o patrimônio, mesmo que pequena, para checar a consistência do processo de classificação e prever o surgimento de possíveis problemas. Foram três arquitetos de Teresina, dois deles com pouca e um com relativa experiência em preservação do patrimônio; e um residente em Belo Horizonte, com longa experiência neste campo. Todos tinham em comum o fato de conhecer a cidade de Parnaíba e se dispuseram sem problemas a colaborar com a pesquisa, embora um constrangimento inicial tenha surgido com alguns.

A primeira das dificuldades apontadas nesta etapa foi o longo tempo que requeria a

investigação, de 45 a 80 minutos. Um dos processos de classificação teve uma duração exageradamente longa, produzindo cansaço e indisposição do respondente, o que poderia comprometer a qualidade das classificações. O tempo gasto de até 50 minutos ainda era favorável à boa disposição do respondente e até mesmo do pesquisador, mas a partir daí tornava-se a investigação cansativa para ambos.

Levando em consideração o tamanho mínimo da amostra exigida para o tipo de investigação pretendida, que envolvia muitos sujeitos, e o tempo que dispúnhamos para a realização da pesquisa, não havia alternativa senão diminuir uma das classificações livres, a fim de tornar factível a aplicação do processo em um número considerável de pessoas e ainda ter tempo hábil para as respectivas análises e interpretações dos dados. No entanto, esta mudança só foi feita com os habitantes, pois a aplicação do processo aos demais arquitetos especialistas revelou-se mais rápida, durando em média 40 minutos completa, incluindo a 2ª classificação livre.

O menor tempo requerido pelos arquitetos especialistas pode de ser creditado à óbvia intimidade com o tema e às condições do ambiente mais propícias à pesquisa que, na maioria deste grupo, foi facilitada pela privacidade e tranqüilidade dos seus locais de trabalho. Tais condições, ao contrário, pouco ocorreram entre os habitantes tanto no trabalho, lazer ou moradia, sempre rodeados de curiosos, familiares e amigos, que interferiam na sua concentração durante as classificações.

Outro problema reclamado por dois dos quatro arquitetos submetidos à investigação exploratória, apesar de conhecedores *in loco* do recorte espacial da pesquisa, refere-se à ausência de informações sobre o contexto dos elementos de classificação, consideradas fundamentais na classificação relativa ao grau de preservação. Como se pretendia captar a visão do restante deste grupo entre pessoas que não conheciam pessoalmente a área física em estudo, esse problema teria que ser equacionado. Para contorná-lo foi acrescido como material de consulta durante as classificações deste grupo um mapa como o da Figura 3.2, porém numa escala cerca de 2,5 vezes maior, onde estão localizadas as 27 edificações utilizadas nas classificações. Para complementar foram providenciadas também fotografias das vizinhanças das edificações utilizadas na classificação, mostrando todo o contexto do ambiente construído ao longo da avenida¹⁷.

Esses dois materiais adicionais só foram apresentados aos arquitetos especialistas, já que os habitantes possuíam experiência direta com o ambiente. Contudo, nem todos os respondentes, cerca de 25% deste grupo, consideraram importante consultar esses materiais adicionais para fazer suas classificações. Somente uma parcela de 20% fez um exame mais demorado e cuidadoso; a maioria, 55% dos respondentes, preferiu apenas um exame rápido.

Outra mudança apontada referiu-se ao enunciado da 3ª classificação para os habitantes e 4ª para os especialistas, na qual se pretendia testar a compatibilidade de edificações diferentes morfologicamente das edificações da avenida, quando inseridas naquele ambiente. A palavra usada

¹⁷ Desta forma, o modelo de solicitação para a 3ª classificação, relativa ao grau de preservação, foi acrescido do seguinte texto: "Caso Você que se importante consultar a localização de suas classificações, temos aqui também um mapa da via e sua vizinhança, indicando-as e o levantamento fotográfico de toda a extensão da avenida, dividido em dois álbuns, cada um enfocando um dos seus lados. Cada um dos álbuns mostram pequenos conjuntos de edifícios, agrupados de acordo com sua localização no quarteirão e numa seqüência que se inicia às margens do rio e termina próxima à ferrovia."¹⁸

¹⁸ Para outros sem ligação com aquele ambiente específico, somente em tese, como associação de formas inovadoras não representam edificações de Parnaíba. Você construiria as edificações representadas nestas fotos nas vizinhanças das edificações pertencentes a algum ou todos os grupos anteriormente classificados, no contexto da Avenida Presidente Vargas?"

Finalmente, o acréscimo de uma questão feita aos moradores visou compreender o que eles entendiam por preservar, após a classificação relativa aos graus de preservação. Esta questão foi introduzida na página do formulário de coleta dos dados, que abarca todas as demais mudanças, conforme ilustração da Figura 3.10.

As pesquisas pilotos dos quatro especialistas foram incorporadas à amostra para análise já que todos conheciam o sítio histórico de Parnaíba e os materiais de contextualização adicionais, que só foram introduzidos depois, não tinham o poder de alterar suas classificações. Além disso, as demais mudanças sugeridas pela pesquisa piloto se referiam essencialmente ao procedimento da 4ª classificação, que não chegou a ser analisada.

3.9-Instrumentos de análise dos dados

3.9.1-Matriz dos dados

Os dados coletados na pesquisa de campo, antes de submetidos às análises foram previamente arrumados. Para se ter uma idéia da natureza do processo envolvido faz-se necessário expor como isso foi feito durante a investigação que desenvolvemos.

Cada edificação em cada classificação foi avaliada pelo respondente de acordo com um critério e com as diferentes categorias relacionadas a este critério, primeiramente com critérios e categorias imaginadas pelo próprio respondente, depois com critérios e categorias pré-estabelecidas. Em outras palavras, as fotografias foram determinadas para conjuntos de similaridade e numeradas para o conjunto ao qual elas pertenciam. As designações das edificações para um conjunto em cada uma das classificações geraram diversas matrizes: uma para cada classificação feita por cada um dos três grupos dos respondentes.

3.9.2 - Métodos de análise

A presente investigação tem como objetivo captar as conceituações dos habitantes e dos arquitetos especialistas em patrimônio sobre a preservação do sítio histórico de Parnaíba. Parte da hipótese que componentes físicos, sócio-culturais e econômicos podem exercer influências diversas na formação das visões dos dois grupos que compõem a população da pesquisa. Como suporte teórico-metodológico esta investigação utiliza a Teoria das Facetas e o processo de Classificações Múltiplas, por se constituírem instrumentos adequados à natureza qualitativa dos dados coletados.

A escolha dos métodos de análises leva em conta a natureza qualitativa dos dados, que demanda o uso de estatísticas não paramétricas e, a natureza do assunto investigado, que neste caso são

as representações sociais de diferentes grupos de pessoas, a demandar procedimentos estatísticos que preservem a integridade dos dados.

Atualmente, o desenvolvimento da computação possibilita alternativas de análises que supera as limitações dos processos de classificação anteriores, relativas ao excesso de informações, aos dados de natureza diversa e outros entraves estatísticos, preservando ainda a riqueza e a diversidade dos resultados.

3.9.3- Análise Escalonar Multidimensional – MSA

Os dados gerados pela classificação livre dentro do procedimento das Classificações Múltiplas, empregada para captar o conteúdo das respostas dos habitantes de Parnaíba e dos arquitetos especialistas quanto à categorização das edificações de Parnaíba foram diretamente analisados pela técnica da MSA. O que determinou sua aplicação, como já salientado, foi a natureza dos dados coletados, bem como a forma como foi feita essa coleta. A MSA faz uso total dos dados originais, em sua forma bruta, com poucos pressupostos acerca de sua natureza e das suas relações; é conhecida por aplicar uma estatística não paramétrica multidimensional muito apropriada para dados qualitativos, coletados através de várias medidas, com distribuição variada de observações (ordenadas e não ordenadas).

A matriz de dados, analisada pela MSA para investigar o conteúdo das respostas da classificação livre, é retangular e mostra as edificações em linhas e os respondentes em colunas. Para a análise do conteúdo, a forma de distribuição dos dados trata as edificações como a população da pesquisa. De acordo com Monteiro (1989: 120), esta forma de distribuição multivariada de observações, também conhecida como escalograma, foi designada por Zvulum (1978) “quando há uma designação simultânea de categorias para uma dada população em um conjunto de itens”. Uma representação geométrica da distribuição multivariada (ou escalograma) é criada pela MSA, levando em conta as inter-relações entre os itens, mas sem nenhuma exigência *a priori* na distribuição das características dos itens ou na relação entre eles.

O programa de computador analisa a configuração de todas as categorias designadas para as fotografias, e representa todas em um espaço geométrico, cada uma como um ponto. A MSA separa o espaço em regiões de maneira que cada uma das categorias de cada item seja representada por uma região do espaço e que os estruturantes (fotografias) em cada região pertençam à mesma categoria. As frequências não são consideradas: um estruturante comum para outros sujeitos, isto é, uma foto categorizada da mesma forma por vários sujeitos, é mostrada uma única vez, como se fosse um único sujeito.

A MSA cria um espaço multidimensional, onde os estruturantes¹⁹ (elementos objeto das classificações) são representados como pontos, os itens (variáveis ou estímulos e o conjunto de respostas possíveis a cada estímulo) como partições, as categorias (elementos dos conjuntos de respostas possíveis a cada item) como regiões das partições. Para explorar o espaço geométrico resultante comparam-se as partições entre as categorias designadas e constrói-se uma teoria sobre a

¹⁹ Não se trata, nesta investigação, os estruturantes representados como pontos plotados no espaço geométrico são as edificações da Avenida Presidente Vargas na análise do conteúdo das classificações dos respondentes.

A análise da representação geométrica produzida pela MSA deve observar algumas regras gerais que ajudam a definir as regiões, bem como observar o coeficiente de contigüidade. Este último é um artifício que permite a análise das distorções produzidas pelo programa de computador a fim de ajustar todos os elementos em um espaço geométrico. Sua escala varia de -1 a + 1, respectivamente em caso de completa ou primeira ordem de contigüidade ou total discrepância.

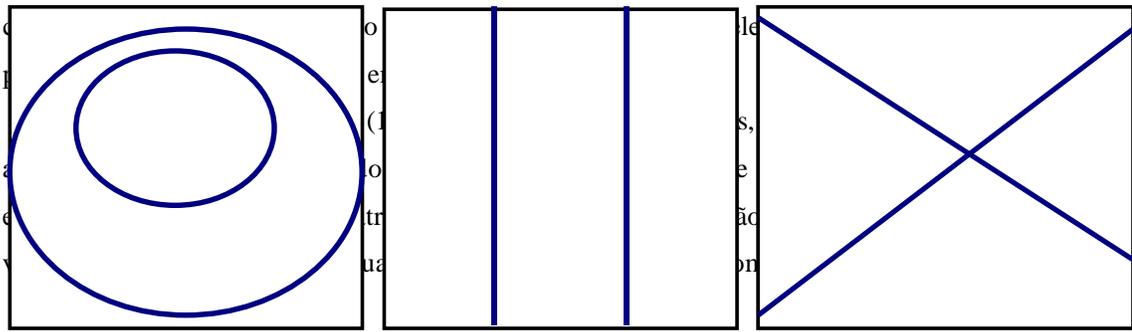
O conceito de contigüidade envolve o relacionamento entre os pontos em regiões do espaço. Um ponto interno é aquele que tem como pontos próximos os que pertencem à mesma região. Um ponto externo é um que, mesmo sendo de uma região, tem como ponto mais próximo outro ponto pertencente à outra região, o que significa ter uma posição de fronteira entre as mesmas. Há duas regras de contigüidade: a primeira é “a distância entre um ponto interno e um ponto externo da mesma categoria deve ser menor do que a distância entre este ponto interno e qualquer ponto que não pertence à esta categoria “ (ZVULUN, 1978: 245); a segunda é quando para um item existem regiões de contigüidade separadas, como numa região localizada em duas extremidades opostas do espaço, intercalada por outra de categoria diferente de item.

3.9.4- Análise da Estrutura de Similaridade – SSA

A técnica de análise da estrutura de similaridade - SSA - Similarity Structure Analysis, usada para os dados da classificação dirigida, de acordo com Monteiro & Loureiro (1994: 66,67) é um escalonamento multidimensional não-métrico, no qual as observações são representadas como pontos em um espaço euclidiano. Ela se fundamenta no princípio da proximidade ou contigüidade, sendo que as relações de similaridade entre os itens (observações, perguntas de um questionário, ou classificações de elementos) são traduzidas na configuração geométrica em termos da distância entre pontos, representando o grau de correlação entre duas variáveis. Isto significa que a maior correlação entre estas variáveis decorre da maior proximidade entre elas. Desta forma, regiões de contigüidade são formadas através das relações de similaridade e, as hipóteses iniciais, fundamentadas na Teoria das Facetas, são transformadas em hipóteses regionais. Com as hipóteses regionais procura-se destacar regiões que correspondam aos elementos da faceta considerada.

As considerações de existência ou inexistência de ordem entre os elementos de cada faceta, de acordo com a Teoria das Facetas, dão fundamento à base lógica para as várias estruturas regionais. Uma faceta ordenada pode ter um papel modular ou um papel axial (Figuras 3.11a e 3.11b), dependendo da relação entre as demais facetas da sentença estruturadora, dando origem a padrões de organização das regiões que traduzem o ordenamento dos seus elementos. Esta faceta representa dados qualitativos do universo contido: cada elemento sucessivo na ordenação denota maior grau do

atributo que o elemento precedente, como ocorre com as facetas “Caracterização” e “Conservação”
Este é o caso das hipóteses iniciais com relação às demais facetas de “Então” e “Propriedade”. Uma das facetas compõem a hipótese inicial geral da pesquisa, isto é, são os conjuntos de componentes de um ambiente construído considerados que fazem parte das hipóteses iniciais de sua investigação. Uma faceta, não ordenada, por sua vez, mantém também íntima relação com as medidas racionais dos sujeitos sobre o conceito ou atributo investigado. Isto desempenha um papel polar (Figura 3.11a); os elementos da faceta são aspectos qualitativos de um universo preservação arquitetônica e urbanística - só se torna possível pela compreensão da composição interna desses atributos ou conceito.



a) Modular

b) Axial

c) Polar

Figura 3.11- Exemplos de partições dos elementos em regiões do espaço geométrico SSA

Ainda de acordo com o mesmo autor, padrões sistemáticos de contigüidade regional podem ser descritos em termos de famílias de partições de espaço, mas os mais simples, e provavelmente os mais importantes entre todos estes são o axial, o radial e o angular, com suas generalizações para dimensionalidades mais elevadas. Assim, por exemplo, divisões efetuadas através de um conjunto de hiper-planos paralelos (linhas, no caso bidimensional, por exemplo) dão origem a um ordenamento linear de subconjuntos de itens, denominado de “simplex” generalizado; cada subconjunto de item representando um sub-universo de conteúdo. No caso bidimensional, linhas dividem o plano em faixas ordenadas em seqüência.

Outro padrão de divisão do espaço é o do conjunto de círculos concêntricos que, em três dimensões, seria um conjunto de esferas concêntricas. Essa família de padrões pressupõe existir um ponto especial no espaço, denominado origem, sendo o centro de todos os círculos e esferas. Essas SSA e variam com sua localização ao longo de um eixo. Radial, quando seus elementos correspondem, por hipótese, a anéis concêntricos podem ser ordenados em subconjuntos de itens, os sub-universos de conteúdo, em ordem linear. Em contraste hipótese, a seções ordenadas em círculos, são organizados circularmente e variam com o ângulo.

com o “simplex”, existe um sub-universo que é “o primeiro”, o mais próximo da origem e, os que se sucedem são progressivamente maiores; cada um deles circundando o precedente.

Também por hipótese, elementos de uma determinada faceta de conteúdo podem corresponder a setores em um conceito-espaco. Desta forma todos os itens que dizem respeito a um elemento da faceta ocupariam um único setor, como por exemplo, um ângulo de um círculo. Este tipo de partição do espaco em regiões que se assemelham a “fatias de torta” indica que existe uma diferença qualitativa entre os elementos situados em cada região, mas não existe hierarquia entre estas regiões.

O reconhecimento de padrões²² de divisão no espaco conceitual é importante para uma pesquisa exploratória e no teste das hipóteses iniciais da estruturação dos elementos das facetas na composição interna do conceito ou atributo investigado. Isso se realiza com mais facilidade em relação às facetas de conteúdo formuladas com antecedência, verificando se os construtos conceituais especificados como elementos de uma faceta determinada são realmente pertinentes à estrutura empírica do conceito e estão inter-relacionados ou ordenados tal como previsto nas hipóteses.

Os dados empíricos da classificação dirigida, empregada para captar o conceito de preservação dos respondentes foram codificados e organizados em forma de matriz de dados; cada linha com os escores de um sujeito referentes a uma série de variáveis, ou seja, os escores referentes à escala de respostas apresentada pelo racional comum da sentença estruturadora de preservação, assinalados para cada edificação; cada coluna representando uma, e apenas uma variável, ou seja, uma edificação. Para a captação do perfil dos respondentes ao fazer suas classificações, a matriz foi invertida: as edificações organizadas nas linhas e os sujeitos nas colunas.

Para a construção de teorias e medidas o valor SSA, mostrado a partir do processamento da matriz de dados, deve ser avaliado por sua conformidade com um padrão de continuidade regional hipotético, cujo coeficiente foi elaborado e introduzido nas versões recentes SSA.

O *output* ou resultado de SSA apresenta a matriz de coeficientes utilizada pelo programa para o mapeamento dos itens, computada por um procedimento preliminar do próprio programa a partir da matriz de dados. A solução SSA propriamente dita compreende um mapeamento de todos os itens processados, para um espaco de dimensionalidade especificada. Em nossa investigação, esta solução compreendeu o processamento das 27 edificações categorizadas por cada um dos respondentes da população, para um espaco bidimensional²³. Primeiramente, foi apresentada a representação algébrica da solução, especificando as coordenadas atribuídas a cada foto. Em seguida veio o diagrama do espaco, a sua representação geométrica, uma projeção em duas dimensões, para a qual se dirige a maior atenção, uma vez que a referência à representação algébrica só se faz necessária quando um item não é encontrado no diagrama²⁴.

²³ No caso do perfil dos respondentes, com a inversão da matriz, a análise plota os sujeitos ao invés das edificações.

²⁴ Caso isto ocorra, a análise das projeções geométricas, produzidas pelo SSA para a presente investigação, próximos no diagrama de espaco, apenas um deles é nele impresso.

uma para cada grupo da população pesquisada, revelam relações e regras implícitas aos dados obtidos, que seriam imperceptíveis em análises quantitativas usuais. No final desse processo de análises, os resultados empíricos fornecerão as bases para a construção de uma nova sentença estruturadora, ou apontarão para a necessidade de se redefinir as hipóteses iniciais.

CAPÍTULO 4

4-A visão leiga e a visão técnica da preservação de sítios históricos

4-1-Classificações livres das edificações do sítio histórico / Parnaíba - MSA

As classificações livres foram analisadas estatisticamente pela técnica MSA¹ para investigar os conceitos dos respondentes sobre as edificações do sítio histórico de Parnaíba, representadas pelas fotografias das edificações da Avenida Presidente Vargas.

A interpretação dos resultados de cada projeção espacial da MSA deve prestar atenção à estrutura espacial geral das edificações e à distribuição e ordem entre regiões, que representam os critérios ou componentes dominantes nas categorizações dos grupos de respondentes.

Antes de investigar o conteúdo das representações das edificações do sítio histórico de Parnaíba, explorando as projeções da MSA de cada um dos três grupos de respondentes da pesquisa² (Figuras 4.1, 4.2 e 4.3), observamos a frequência dos critérios usados por cada grupo nas suas classificações (Tabelas 4.1, 4.2, 4.3 e 4.4) a fim de verificar a pertinência das hipóteses iniciais e explicitar a partição das regiões do espaço MSA.

4.1.1-Classificações livres dos habitantes de fora da Avenida

¹Multidimensional Scalogram Analysis- Análise Escalonar Multidimensional

²Duas dos subgrupos que representam os habitantes de Parnaíba - habitantes da Avenida e habitantes de fora da Avenida - e outra dos arquitetos especialistas.

³ Ou sob outra denominação, a sua idade, como confirmou a pesquisa de Bishop sobre o papel central da idade dos edifícios nas visões das pessoas sobre as suas vizinhanças.

Figura 4.1 - Frequência dos critérios dos habitantes de fora da Avenida na classificação das edificações

Nº	Crítérios	Sujeitos	Total	Total %	Total Parcial %
1	Época (26,1%) - <i>época</i> (13,1%), <i>época/forma</i> (4,3%), totalizando o seu emprego, sozinho ou associado, em 82,7% dos casos.	10	43,5	82,7	82,7
2	Misto: Época/Caracterização	5	21,8		
3	Misto: Época/Usos	3	13,1		
4	Misto: Época/Forma (estilo)	1	4,3		
5	Os outros dois critérios mais usados nas categorizações deste grupo são o <i>uso</i> das edificações e a sua <i>caracterização</i> : o primeiro como critério único figura em 2º lugar (8,7%), embora bastante discriminado do primeiro lugar - <i>época</i> - e cai para 3º lugar (21,8%) quando associado a outros;	2	8,7		
6	Importância para preservação	1	4,3		
7	a <i>caracterização</i> toma o 2º lugar na frequência (26,1%) quando misturada a outros critérios.	1	4,3		
TOTAL		23	100	100	

Portanto, pelas explicitações dos respondentes, a *época* das edificações³ tem na visão dos usuários de fora da Avenida, um papel fundamental e preponderante na conceituação das edificações do sítio histórico. Também influem na formação dessa conceituação, segundo as mesmas declarações dos respondentes, mas com menos frequência, os critérios de *uso* e *caracterização* das edificações.

Os resultados da projeção espacial mostrada pela Figura 4.1- MSA complementa a interpretação dos resultados do grupo quanto ao significado geral da conceituação das edificações do sítio histórico e às inter-relações e ordem dos critérios influentes.

A configuração mostra uma estrutura espacial geral, em forma de arco, as edificações colocadas ao longo de uma linha curva que, embora bastante deformada, guarda semelhança com o formato de uma ferradura, que possui implicações conhecidas. “Esta configuração é melhor explicada como uma estrutura unidimensional que foi arqueada ao redor de um formato de ferradura, numa solução bidimensional” (Monteiro (1989: 125-126). Para Kruskal & Wish (1986: 89)⁴ a ocorrência

frequente do fenômeno da ferradura indica que o posicionamento das edificações do sítio histórico

³ O termo idade, na visão dos habitantes com um perfil mais próximo do da maioria da população, relaciona-se mais a uma prática cotidiana, ao longo da qual a sua linha pode ser interpretada como a presença de uma hierarquia entre as regiões formadas pela proximidade de

à visão desse grupo da população.

⁴ Edificações de números 1, 2, 3 e 4.

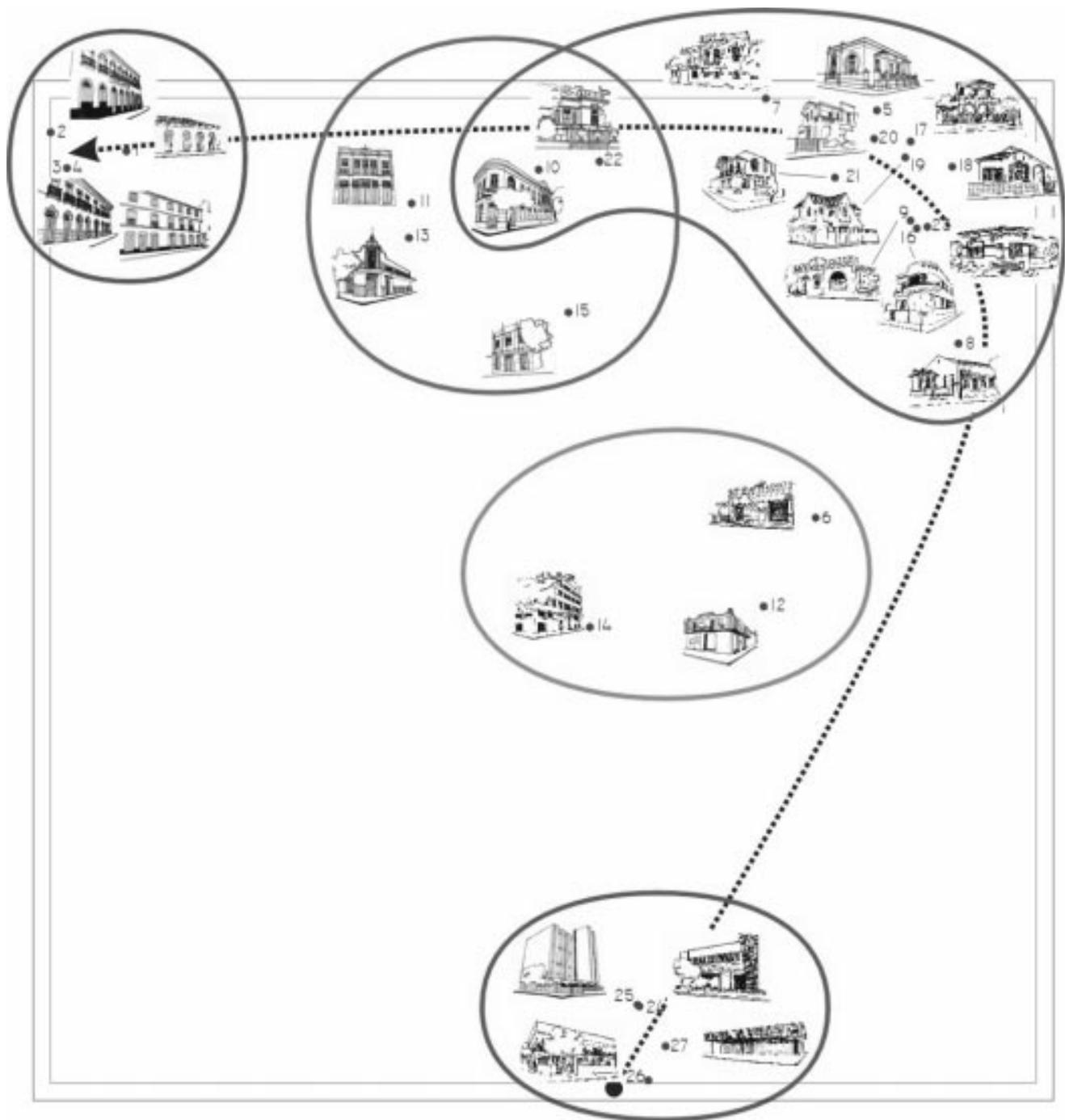


Figura 4.1 - MSA - Classificação livre das edificações do sítio histórico de Parnaíba segundo habitantes de fora da Avenida (visão leiga).

A ferradura deformada do MSA possui direção ascendente da direita para a esquerda, sugerindo que a faceta *época/idade*⁵ das edificações é responsável por sua configuração geral que se inicia no conjunto composto pelas edificações mais recentes⁶ e termina no conjunto oposto, formado pelas mais antigas⁷.

Distingue-se claramente cinco regiões ao longo da linha do arco, formando conjuntos de edificações, ordenadas segundo a idade, mas que podem ser associadas a outros critérios além deste, como uso e caracterização, indicados pelos respondentes. Uma interpretação de como esses critérios se inter-relacionam é apontada pela maneira como atuam na estrutura geral da configuração geométrica. Eles parecem agir sobre a forma da linha do arco, determinada principalmente pela idade das edificações, deformando-a.

Nos dois conjuntos de edificações da região central da configuração, um deles próximo da extremidade inferior⁸ e segundo na ordem ascendente e o outro o quarto⁹, é claramente perceptível esta influência. Estes dois conjuntos, aliados ao terceiro da ordem, são os que mais se inter-relacionam. O segundo e o quarto, bem como o terceiro e o quarto, tendem a se aproximar, induzidos por um ou mais fatores, que lhe são peculiares, e exercem sobre eles uma influência recíproca de atração.

O fator comum influente sobre os elementos do terceiro e quarto conjuntos é o mais forte, como se deduz pela grande proximidade entre os agrupamentos, interpretação possibilitada pela análise da estrutura geral da configuração. Ela aponta para uma variação do critério de *uso* das edificações da direita para a esquerda; de um *uso* caracterizado eminentemente pelo seu caráter privado, como a moradia, para um uso eminentemente de caráter público, como o institucional, aliado à prestação de serviço e ao comércio. Essa variação tem início no canto superior direito da projeção do MSA, onde se concentram as edificações captadas como moradias de uma mesma *época* intermediária, por conservarem o aspecto formal ligado a este *uso*, embora a maioria já o tenha alterado e algumas estejam fechadas. À medida que se desloca para a esquerda da configuração geométrica, o *uso* se altera para comércio ou serviço, depois comércio ou instituição, até chegar ao conjunto de edificações mais antigas, mas que atualmente conjuga funções acessíveis ao público: comércio, serviço e instituição. Portanto, os exemplares 10 e 22, duas instituições tradicionais de ensino da cidade, que formalmente estariam ligados ao segundo conjunto, passam a integrar o quarto, cujas edificações são destinadas ao atendimento público.

— Já o fator comum que força a aproximação do segundo e quarto conjuntos pode ser interpretado como sendo a semelhança dos usos das suas edificações: comercial e institucional no

⁸ Edificações de números 6, 12 e 14

¹⁰ Exemplares de números 8 (clínica de exames médicos), 9 (consultório e laboratório de exames), 23 (hospital).

superior; comércio e serviço no inferior. Contudo, sobrepõe-se a isto o fato do inferior ter como critério determinante da sua formação, associados ao *uso* e à *idade*, a caracterização das edificações, bastante modificadas. É interessante observar que a edificação de número 15, entre as pertencentes ao conjunto superior, é a mais descaracterizada e, por isso, está mais próxima do inferior, cujas edificações sofreram mais mudanças. Portanto, o critério *caracterização*, ou melhor, *descaracterização*, um dos elementos da faceta em questão, é o que dá maior identidade ao segundo conjunto, atraindo inclusive os exemplares semelhantes dos conjuntos vizinhos, tanto do quarto como do terceiro.

Este último, situado no canto superior direito da projeção MSA, é formado por edificações originalmente residenciais, cujas principais mudanças na sua estrutura física decorrem exatamente da modificação de seu *uso*¹⁰. O exemplar de número 16 é uma exceção, que ainda é mantido como residência em meio a três outras alteradas, de números 8, 9 e 23. Sua posição mais baixa deve-se à atração exercida pelo conjunto inferior do início do *continuum*, ao se identificar formalmente com as linhas geométricas mais modernas das edificações que ali se encontram.

No início do *continuum*, o primeiro e o segundo conjuntos também se atraem, mas desta vez pelo uso comum do comércio e prestação de serviços das suas edificações, com a diferença que as do primeiro são mais novas.

Embora pouco mencionada pelos respondentes, a faceta *caracterização* foi bastante utilizada na classificação das edificações pelos habitantes de fora da Avenida, como demonstra o segundo conjunto da ordem de distribuição, situado na região central da configuração geométrica.

Durante a pesquisa de campo, a interpretação do critério *caracterização* pelos habitantes foi facilitada pelo processo da objetivação¹¹. Os respondentes indicavam as edificações que consideravam mais íntegras ou modificadas, principalmente em seus graus máximo e mínimo, ao explicitarem os critérios usados nas suas classificações. Mesmo sendo captada com mais facilidade em suas subcategorias limites (original ou descaracterizada), que suprime as sutis diferenças intermediárias entre os dois extremos do conceito, seu sentido de ordenamento aponta para o fato deste critério possuir, à semelhança da *idade*, uma escala hierárquica que acompanha o *continuum* do arco ascendente.

O critério formal não é reconhecido como *estilo* ou outra qualquer denominação do mesmo modo que a época das edificações é reconhecida pelos habitantes. Mas, é evidente que a idade das edificações contém os elementos formais, constituindo-se, na verdade, dois critérios fortemente relacionados, cuja variação seria solidária, já que ambos são captados pela população de fora da avenida, mais comumente, como *idade* das edificações.

Por outro lado, verifica-se que a captação dos aspectos formais das edificações pelos habitantes de fora da Avenida está associada à nova forma de variação recém sugerida pelo critério do

¹¹ Os processos de objetivação e ancoragem, definidos por Moscovici são explicados por vários autores, entre os quais citamos Sá (1996: 46)

¹² A edificação 13 é um estabelecimento comercial tradicional da cidade e bem conhecido dos habitantes enquanto a 16 é uma residência.

uso, que tem relações com o seu caráter público ou privado. Em última análise, são os aspectos formais ou aparência externa que indicam a variação do *uso* das edificações dentro destas duas categorias. Esta observação explica, por exemplo, as posições distanciadas lateralmente dos exemplares ¹² de números 13 e 16, construções com características formais bastante semelhantes e que, por serem contemporâneas, deveriam pertencer à mesma região do conjunto superior direito. Elas foram atraídas pelas similaridades do agrupamento de arquitetura de linhas geométricas predominantes do início da extremidade inferior da distribuição espacial, o que determina sua posição numa mesma altura da projeção, mas, ao mesmo tempo, foram diferenciados pelo caráter dos seus usos, um público e outro privado, distanciando-as na lateral a ponto de pertencerem a conjuntos diferentes.

Deslocando a análise para o interior dos conjuntos, observa-se que é neste interior que os habitantes da Avenida tendem a diferenciar as edificações segundo características formais, formando subconjuntos. Assim, os *aspectos formais* das edificações foram categorizados mais pela presença comum de alguns elementos construtivos, fato evidenciado no conjunto de edifícios residenciais do canto superior direito, no qual todas as construções classificadas como bangalôs, facilmente

identificadas pelas formas dos seus telhados e pelo emprego de telhas planas no seu revestimento, estão situadas próximas entre si na região central do conjunto. As outras edificações ecléticas, diferentes dessas primeiras, estão posicionadas nas duas extremidades do conjunto, acompanhando a linha do arco deformado.

Nos demais conjuntos essas diferenças internas são ainda mais sutis, mas perceptíveis pela posição das edificações, a exemplo da posição da edificação de número 1 contra as demais de números 2, 3 e 4 do conjunto da extremidade superior da distribuição espacial.

Quando explicitaram os critérios que usaram para fazer suas categorizações, poucos habitantes designaram *estilo* ou os *aspectos formais* com muita frequência, embora esse critério esteja evidenciado de um modo mais sutil na estrutura interna das regiões formadas pelas edificações na sua distribuição espacial da projeção geométrica. Este componente ou critério, analisado somente pelas explicações dos respondentes não é determinante na estrutura geral da configuração geométrica, uma vez que estes não reconheceram sua influência nas classificações que fizeram. Porém, a observação desta estrutura ao longo do *continuum*, notadamente nos seus dois extremos ¹³, indica que tais conjuntos possuem elementos formais bastantes específicos, significando tratar-se de um critério que é captado pelos respondentes, mesmo que não possua um papel ordenador nos conceitos das edificações do sítio histórico.

Enfim, os resultados apresentados pela projeção do MSA dos habitantes de fora da Avenida, destacam a estrutura geral da configuração como uma linha arqueada determinada fortemente pela *idade* das edificações, que varia de acordo com a linha ascendente da direita para esquerda.

Essa linha é deformada e influenciada por outros critérios, como o *uso* e a *superfície*, em que dois aspectos formais categorizados como estilo moderno e estilo tradicional ou colonial.

pontos internos intermediários entre o extremo inferior direito, das edificações mais novas e modernas, e o extremo superior esquerdo, das mais antigas e tradicionais. Os elementos formais influenciam a categorização na distribuição geral dos conjuntos de edificações ao longo da linha de arco ascendente, como um tributário do critério *idade*, mas se manifesta mais claramente nas diferenças internas dentro destes próprios conjuntos. Esta influência é feita de maneira subjacente às explicações dos respondentes, que não reconheceram sua influência.

A riqueza dos critérios observados por este grupo de habitantes de fora da Avenida, demonstrada pela projeção da MSA, contraria a consciência que o mesmo possui sobre as formas como realizou suas escolhas, demonstrada pela Tabela 4.1. Deste modo, evidencia a forma subjacente

NP	Critérios	Subjetos	Total	Total %	Total Parcial %
1	Misto: Época/Úso		3	13,1	69,7
2	Misto: Época/Caracterização		3	13,1	
3	Misto: Época/Forma		3	13,1	
4	Época		2	8,7	
5	Misto: Época/Preservação		2	8,7	
6	Misto: Época/Estilo		2	8,7	
7	Misto: Época/Úso/Forma		1	4,3	
8	Misto: Uso/História		2	8,7	30,3
9	Misto: Forma/Estilo		1	4,3	
10	Forma		1	4,3	
11	Misto: Uso/História/Caracter		1	4,3	
12	Úso		1	4,3	
TOTAL			23	100	100

4.1.2 - Classificações livres dos habitantes da Avenida
 Ao contrário do grupo anterior, a Tabela 4.2 mostra uma diversidade de critérios mistos, usados por estes habitantes para fazer suas classificações, segundo suas próprias declarações.

Os habitantes da Avenida, que possuem um perfil de classe média mais alta e um nível de instrução mais elevado, comparados aos níveis do grupo anterior¹⁴, consideram a tarefa de classificar complexa, designando a maioria quase absoluta dos critérios associados a outros na sua classificação das edificações, conforme se deduz pela Tabela 4.2.

Tabela 4.2 - Frequência dos critérios dos habitantes da Avenida na classificação livre

¹⁴ Estas diferenças estão mostradas pelas tabelas e gráficos do anterior capítulo 3: Tabela 3.5 e Tabela 3.6; Fig 3.8 e Fig. 3.9.

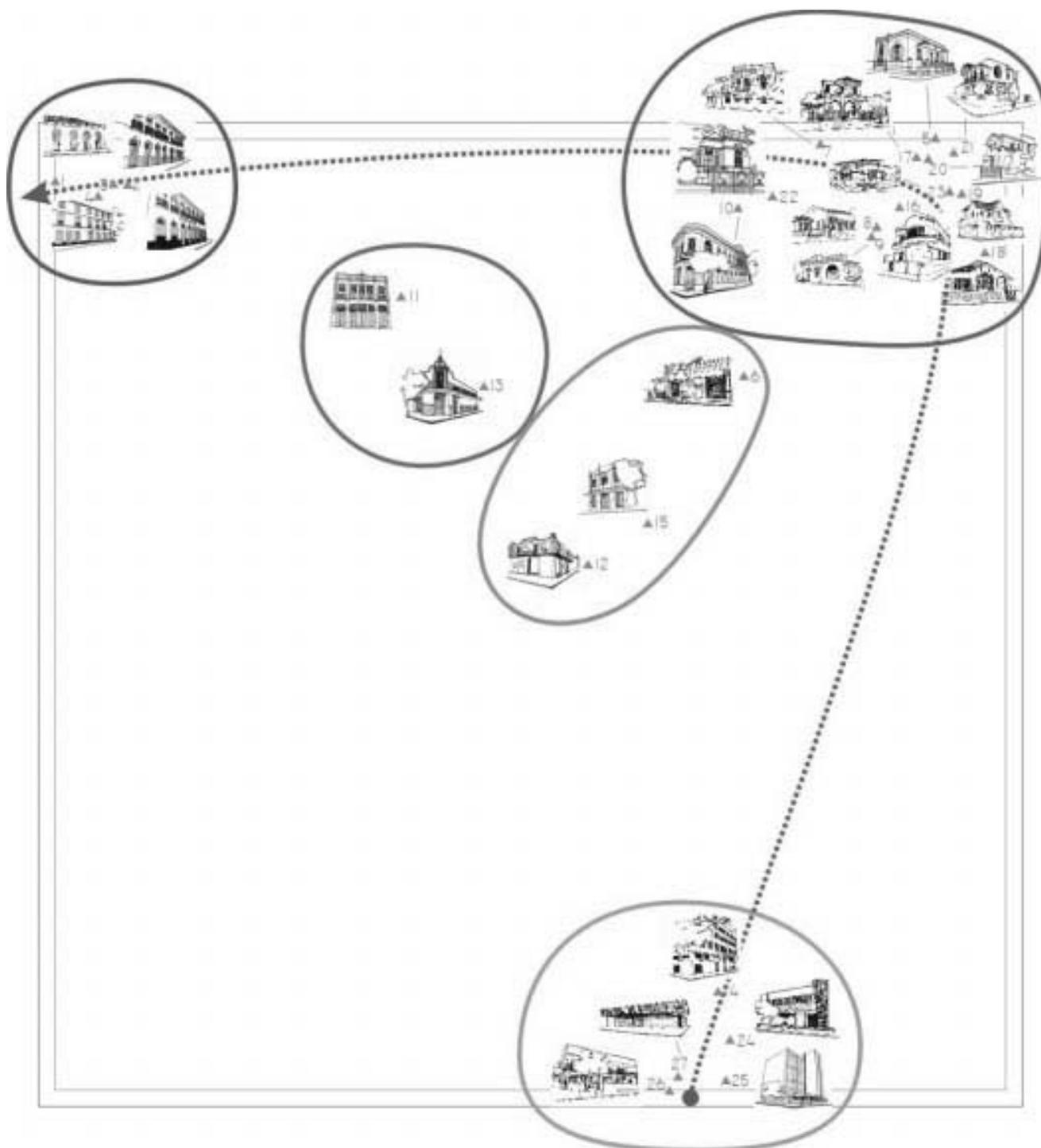


Figura 4.2 - MSA - Classificação livre das edificações do sítio histórico de Parnaíba segundo habitantes da Avenida.

Como forma, estilo e material são maneiras diferentes de designar os mesmos *aspectos formais* captados pela população, serão todos considerados um único critério com a mesma denominação, o que reduz para seis os critérios indicados pelos habitantes da avenida como norteadores de suas categorizações, um a menos que o grupo anterior.

O critério mais indicado, novamente é a *época* das edificações. Mas agora, aparece sempre associado a outros critérios e dominando menos, já que isoladamente atinge uma frequência de 8,7% e misto totaliza 69,7%. Ainda é uma frequência grande, mas inferior à do grupo dos habitantes de fora da Avenida. O critério colocado em segundo lugar, também associado a outros, é a *forma* das edificações (39,4%); seguem o *uso* (30,4%), *caracterização* (17,4%), *História* (13,0%) como um critério novo e, por último, como anteriormente, a *preservação*.

A projeção dos habitantes da Avenida, mostrada na Figura 4.2 - MSA é similar a dos habitantes de fora da Avenida. A configuração também mostra claramente que os elementos são distribuídos dentro de uma mesma ordem hierárquica, iniciada pelo conjunto das edificações mais novas e modernas, passando por conjuntos de edificações classificadas em posições intermediárias quanto à *idade*, à *forma*, ao *uso* e à *caracterização*, e terminada pelas mais antigas e tradicionais.

Porém, em contraste, na estrutura geral da configuração o primeiro conjunto se distingue pela maior distância que o separa dos demais, há maiores distanciamentos ou saltos entre os demais conjuntos formados e maiores diferenças relativas à distribuição dos elementos nos conjuntos situados nas regiões centrais da projeção.

Esta distribuição também pode ser interpretada como um retrato da distribuição em ferradura, deformada nos mesmos pontos intermediários entre as extremidades. Os conjuntos das duas extremidades são os responsáveis pela maior semelhança com a projeção anterior. Em ambas projeções, além das mesmas edificações localizadas nas mesmas regiões eles mostram, internamente, uma relação de maior proximidade e coesão entre estes elementos.

A primeira exceção verifica-se no conjunto da extremidade inferior do *continuum*, de edificações marcadamente mais novas em idade e modernas formalmente, que possui uma edificação¹⁵ a mais, o exemplar de número 14. Para os habitantes de fora da Avenida, este exemplar pertence ao conjunto intermediário, onde as edificações descaracterizadas dominam. Esta diferença quanto ao exemplar 14 reflete à influência dos aspectos formais na classificação dos habitantes da Avenida, que o consideram mais próximo das linhas geométricas puras predominantes na arquitetura deste conjunto, apesar de diferenciá-lo também internamente, tanto pela idade quanto pela forma. Neste sentido, ele se encontra mais próximo do de número 24, como exemplar típico do início do estilo moderno.

Ao explorar a distribuição interna do conjunto inferior da projeção, verifica-se a existência de uma divisão que separa os exemplares 24 e 25 contra os exemplares 26 e 27 nas classificações dos

¹⁵ A edificação de número 14 é um hotel construído pelo Estado para incentivar o turismo na região. Sofreu tantas reformas e alterações do seu aspecto original, que sua configuração atual não indica sua real reconstrução para este estilo.

¹⁶ O valor de antiguidade, assim como o valor histórico e o valor artístico e outros valores atribuídos aos bens culturais na sua recepção pela população, foram estudados por Ribeiro no início do século 20. Segundo Fonseca (1997, p. 87-70), ele o considerou um dos principais critérios captado pelas massas, junto com o valor de novidade.

os habitantes da Avenida a *forma* prevalece. Este fato decorre, sem dúvida, da diferença marcante existente entre os perfis destes grupos, pois para os habitantes da Avenida, mais instruídos, a valoração destes exemplares pela qualidade formal baseada na história dos estilos é mais lógica. Pelo outro lado, a *idade*, ou sob outro ângulo, o valor de antiguidade¹⁶, é mais fácil de ser captado pelo outro grupo, cujo perfil é heterogêneo e por isso, é o que mais se identifica com uma parcela maior da população.

Na direção ascendente, temos os exemplares de números 12, 15 e 6, edificações mais descaracterizadas ou mais pobres em sua representação de uma *forma* ou de uma *época* específicas, que formam o segundo conjunto. Muito próximo deste estão as edificações do quarto conjunto, localizado na sua vizinhança esquerda, quase se fundindo os dois em um agrupamento maior, que são atraídos pelo critério comum do uso público das suas edificações. Em outras palavras, edificações cuja arquitetura apresenta características apropriadas ao atendimento público, com diversas e amplas portas em suas fachadas.

Novamente, também na formação do agrupamento acima, se verifica a influência dos aspectos formais associados ao *uso* e à *caracterização* na classificação dos habitantes da Avenida. Este

fato é demonstrado pelas posições bem mais baixas ocupadas pelos exemplares 11 e 13, quando comparadas às suas posições na classificação dos outros habitantes. Analisando suas posições na projeção deste grupo evidencia-se a interpretação de que eles foram atraídos pelo reconhecimento das suas similaridades formais com os conjuntos das posições inferiores, o que provocou uma maior proximidade com o conjunto vizinho, quase formando um só.

Deste modo, a projeção dos habitantes da Avenida apresenta também cinco conjuntos de edificações, cujo quarto na ordem ascendente, tende a se associar ao segundo, seu vizinho inferior. Numa visão diferente, quando captado pelo outro grupo habitantes de fora da Avenida este quarto conjunto é acrescido de alguns elementos, mantendo mais similaridades com o terceiro conjunto do canto superior direito.

Por outro lado, o mesmo critério formal aproxima mais os exemplares¹⁷ de números 10 e 22 do terceiro conjunto, entre uma maioria de edificações de arquitetura residencial, de estilo eclético. Apesar do uso marcadamente diferente do restante dos elementos deste conjunto, o critério formal os mantém próximo entre si e ligados a este agrupamento, ainda que situados na sua periferia, tangenciando seu limite e na direção vizinha do quarto conjunto.

São estas as principais diferenças na distribuição geral das edificações, que também forma conjuntos hierarquicamente dispostos ao longo de um arco deformado, cuja origem é a forma de uma ferradura. A deformação decorre da influência da *caracterização* bem como dos critérios mistos *aspectos formais* e *uso*, este último variando do caráter público para o privado.

¹⁶ Os prédios de números 10 e 22 foram originalmente construídos para funcionar como escolas e apesar de ocorridas mudanças nos níveis de ensino das instituições, os dois conjuntos são também evidenciados algumas outras diferenças nas fachadas dos dois grupos de habitantes. Por exemplo, os habitantes da Avenida captaram o

¹⁷ Edificações categorizadas como bangalôs: 21, 20, 19 e 18.

exemplar de número 1 como o extremo superior do *continuum*, portanto o mais antigo, decrescendo para os exemplares de número 4, 3 e 2, mas fazendo menos distinção entre estes. Por sua vez, os habitantes de fora da Avenida classificam o exemplar 1 como o mais novo do conjunto, fazendo uma distinção maior entre ele e os demais, que estão mais próximos, enquanto os de números 3 e 4 foram vistos da mesma forma por ocuparem, inclusive, a mesma posição no espaço.

Neste caso acima, os habitantes da Avenida captaram similaridades formais que também não deixam de retratar a idade das edificações, mas suas classificações deixam transparecer uma maior habilidade deste grupo para captar as diferenças formais mais sutis. O grupo anterior, dos habitantes de fora da Avenida, não possui a mesma capacidade e distingue as edificações por suas idades presumidas, um componente que eles captam e traduzem com mais facilidade.

Exploradas as diferenças internas de praticamente todos os conjuntos, alguns acompanhando a descrição anterior da estrutura geral das edificações no espaço MSA, falta apenas explorar os resultados da distribuição interna do terceiro da ordem. Ao fazê-la, se verifica que as edificações categorizadas bangalôs¹⁸ estão concentradas, como na classificação anterior, mas agora, n a

extremidade direita do agrupamento. Do lado contrário, colocando-se no perímetro superior do conjunto, estão as edificações¹⁹ mais distanciadas das demais, de linhas predominantemente neoclássicas e bem caracterizadas; no centro, estão as de linhas mais modernas, que se posicionam ao longo de um eixo vertical ligeiramente inclinado. Dependendo de sua *caracterização*, a posição da edificação ao longo deste eixo muda, ou seja, quanto mais alterada, mais baixa é a sua posição. As edificações mais baixas se aproximam do conjunto das edificações descaracterizadas, situado na região imediatamente inferior, um pouco à esquerda. Nesta extremidade inferior central encontra-se o exemplar de número 16, a única residência no estilo Art Decó deste conjunto, numa posição bem próxima da categorização do grupo dos habitantes de fora da Avenida.

As diferenças maiores na estrutura geral da configuração das projeções dos dois grupos de habitantes são provocadas pelas inter-relações entre as edificações classificadas nos conjuntos intermediários, exatamente as edificações ecléticas que apresentam uma maior variação de seus componentes formais, de *uso* e de *caracterização*. Os conjuntos formados por tais edificações atuam entre si com mais intensidade e sobre o *continuum* do arco ordenado, acentuando a sua deformação.

4.1.3-Classificações livres dos arquitetos especialistas

A sistematização dos critérios utilizados por este grupo em suas classificações gerou a Tabela 4.3 da 1ª classificação livre. Da tabela podemos extrair que 59,2% dos respondentes utilizaram um critério único para fundamentar suas categorizações, que são os seguintes, representados em ordem de classificações, o critério também aparece como aspectos formais, portanto, fica mais corretamente caracterizado na forma dupla.

¹⁹ Edificações de números 10, 22 e 7.

²⁰ O critério único para fundamentar suas categorizações, que são os seguintes, representados em ordem de classificações, o critério também aparece como aspectos formais, portanto, fica mais corretamente caracterizado na forma dupla.

decrescendo de acordo com a frequência com que foram designados: estilo (27,3%), caracterização

Tabela 4.9 - Frequência dos critérios dos arquitetos especialistas na 1ª classificação livre

Nº	Critérios	Sujeitos	Total	Total %	Total Parcial %
1	Estilo	06	06	27,3	50,0
	Misto: Estilo/Época	03	03	13,7	
2	Caracterização	03	03	13,7	18,2
	Misto: Época/Caracterização	01	01	4,5	
3	Época	02	02	9,1	9,1
4	Uso	02	02	9,1	9,1
10	Arquitetura: Boa/Ruim	01	01	4,5	13,5
11	Implantação	01	01	4,5	
	TOTAL		22	100	100

Os arquitetos especialistas apresentam um perfil que se caracteriza por uma maioria de funcionários públicos como ocupação principal, formados a mais de 10 anos e com experiência na área da preservação também superior a dez anos. Tais características contribuem ainda mais para a homogeneidade deste perfil em relação aos habitantes, notadamente o fato da maioria deste grupo possuir relativa experiência no campo da preservação arquitetônica e urbanística do ambiente.

O grupo dos arquitetos especialistas foi o que produziu a forma de arco mais perfeita entre todas as distribuições dos três grupos, sendo a projeção que mais se aproxima da forma da ferradura. Ela mostra as edificações ao lado de uma linha curva, praticamente sem deformação, conforme se verifica pela Figura 4.3-MSA. Tal distribuição possui, portanto, uma ordenação hierárquica mais definida e marcante, que pode ser interpretada como uma consequência do perfil mais homogêneo deste grupo de respondentes da pesquisa, determinado, sobretudo, por uma formação superior comum na mesma área de conhecimento: arquitetura e urbanismo.

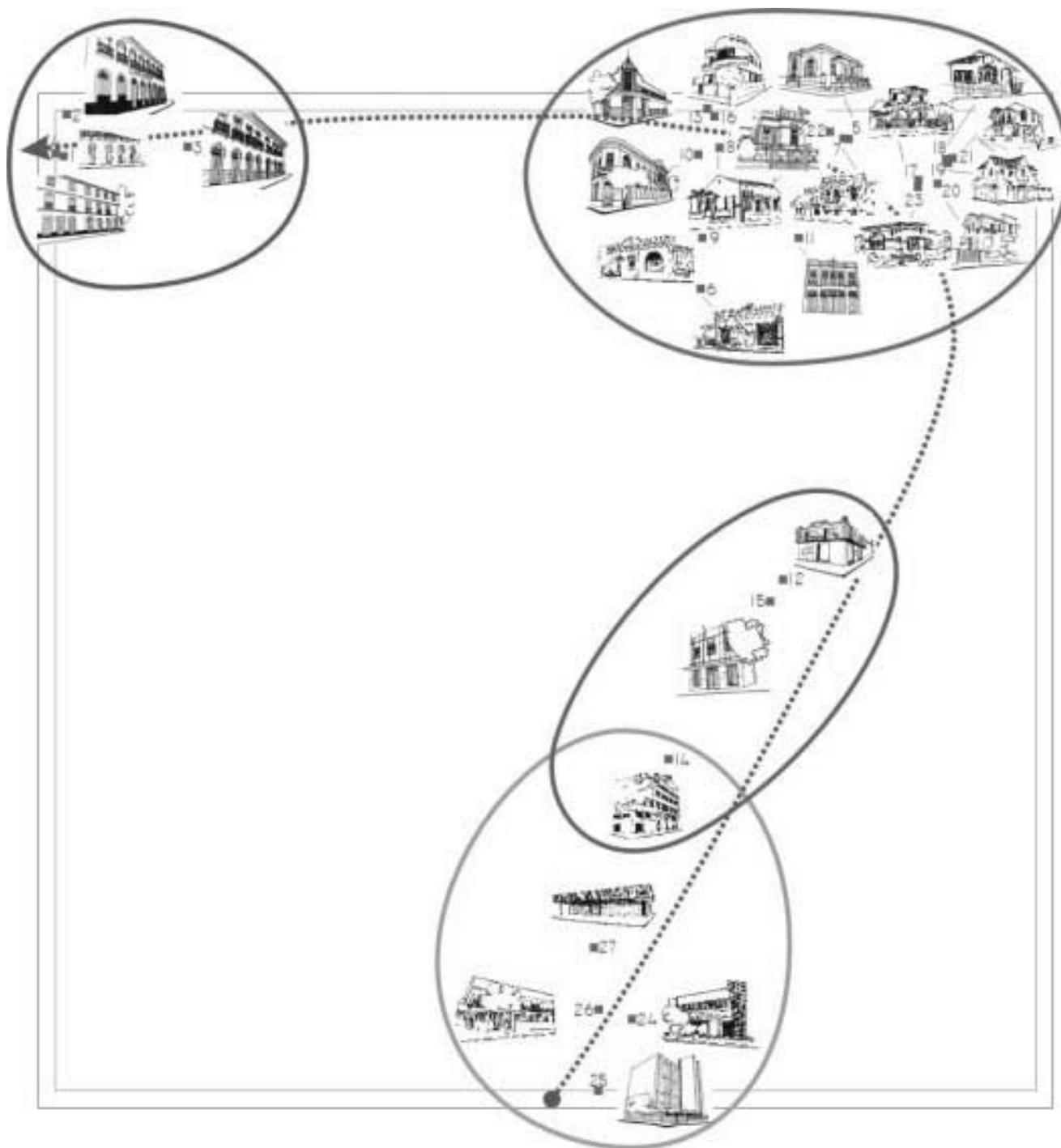


Figura 4.3 - MSA - Classificação livre das edificações do sítio histórico de Parnaíba segundo arquitetos especialistas (visão técnica).

Também igualmente às duas primeiras, esta projeção apresenta as mesmas edificações formando os conjuntos extremos e posicionados na mesma região. Todos os conjuntos são ordenados segundo uma hierarquia formal e temporal, das edificações mais novas e modernas, posicionadas no extremo inferior de um *continuum*, para as mais antigas e tradicionais, no extremo superior do mesmo. No entanto, totalizam quatro conjuntos, um a menos que as projeções anteriores.

A linha de ordenamento também se inicia pelo conjunto de edificações mais novas e modernas. Em seguida, ascende imediatamente para o conjunto das construções um pouco mais antigas e descaracterizadas. Entre este último e o próximo conjunto, o terceiro da ordem, localizado no canto superior direito, há uma pequena região vazia. Este terceiro, por sua vez, é formado pelo maior número de edificações, que inclui todos os exemplares mais caracterizados das diversas tendências ecléticas e do Art Decó. O distanciamento maior entre este conjunto e os dois primeiros da ordem significa que existe também uma maior diferenciação na maneira que os especialistas vêem este conjunto de edificações em relação aos dois anteriores. Da mesma maneira, é interpretado o espaço entre este conjunto e o da extremidade esquerda do *continuum*. Estes saltos representam uma distinção maior entre as regiões formadas pelos especialistas, que se revelam muito fechadas porque vistas de maneiras bem diferentes umas das outras por este grupo de respondentes. As regiões ocupadas pelos dois primeiros conjuntos do *continuum*, principais responsáveis pelo sentido de ordenamento na distribuição das edificações no espaço geométrico, são as únicas mais próximas entre si.

Estes dois conjuntos inferiores e o da extremidade superior do *continuum* possuem uma distribuição interna mais dispersa dos seus elementos, posicionados ao longo da linha ascendente, enquanto no conjunto do canto superior direito a distribuição interna forma pequenos subconjuntos bastante coesos ao longo da mesma linha. Como se pode observar pela Figura 4.3, estes subconjuntos foram evidentemente reunidos pelas suas similaridades formais. Assim, os exemplares de características neoclássicas estão na zona central e periferia esquerda; são seguidos dos dois exemplares de Art Decó, da parte superior do conjunto; as casas de porão alto e entradas laterais ficam na zona central esquerda; os exemplares neocoloniais na zona central direita; e os característicos bangalôs concentrados no canto superior direito do conjunto.

Na visão dos especialistas, este terceiro grande conjunto da projeção agrega os exemplares reunidos sob a tendência eclética e Art Decó, mais ou menos contemporâneos, se considerados dentro de um intervalo que se inicia na segunda metade do século XIX e se estende até as primeiras décadas do século XX. Tais exemplares, agora reunidos em uma única região, formavam o terceiro e o quarto conjuntos entre os habitantes, que eram mais influenciadas pela *caracterização e pelo uso*, este último visto sob o caráter público ou privado das edificações.

O *uso*, tal como foi revelado nas projeções dos habitantes, age de maneira diferente na distribuição das edificações projetadas no espaço geométrico pelos especialistas e, conseqüentemente, na conceituação das edificações deste grupo de respondentes. Isto pode ser constatado tanto pelas explicitações dos respondentes da Tabela 4.3 quanto pela projeção MSA da Figura 4.3. Este critério

não desempenha papel preponderante na estrutura geral das partições das regiões, uma vez que o ordenamento do *continuum* é determinado pela *época* e, de forma associada, pelo *estilo/forma*, dois outros critérios cujas variações apontam para trajetórias espacialmente paralelas e, conseqüentemente, para variações solidárias. Contudo, o *uso* se manifesta no interior do terceiro conjunto, associado também à forma das edificações já que, de um lado, estão as edificações formalmente caracterizadas em seus exteriores pelo caráter privado do uso residencial e, do lado contrário, as igualmente identificadas pelo caráter público do uso institucional e comercial. Outro critério influente na estrutura é a *caracterização*, fortemente marcada no segundo conjunto do arco ascendente.

Divisões internas também são visíveis nos dois conjuntos das extremidades. A divisão é determinada mais pela forma na região inferior, que se verifica pelos posicionamentos dos exemplares 24 e 25 contra os exemplares 26 e 27. Na região superior a época aparece mais preponderante, identificada nas posições dos exemplares 1, 2 e 4 contra o de número 3.

4.1.4-Discussão

Todos os três grupos formaram estruturas parecidas e ao mesmo tempo diferenciadas observando as edificações do sítio histórico de Parnaíba. A forma de arco mostra uma noção subtendida do *continuum* a respeito de uma hierarquia espacial dos componentes/critérios que fundamentam os conceitos das edificações deste sítio histórico. Os resultados das projeções tanto dos habitantes de Parnaíba quanto dos arquitetos especialistas demonstram muitas semelhanças quanto à estrutura geral das partições do espaço em regiões, revelando em todas as visões a importância da *idade/época* das edificações na sua formação. Esta influência aponta para uma dominância deste conceito não considerado na hipótese inicial, que coloca esta faceta de forma subjacente ao *estilo/forma* quando, na realidade, ela se mostrou muito mais marcante na conceituação dos respondentes.

Particularmente, nas visões dos habitantes da Avenida e dos arquitetos especialistas, há também uma maior influência do *estilo/forma*, principalmente na estrutura interna das regiões de maior similaridade. A sua participação ficou mais evidente na diferenciação interna das edificações dentro das regiões destes dois grupos, mesmo quando não reconhecido como critério influente. Estas diferenciações internas ocorreram praticamente com todas as outras facetas, variando apenas quanto à intensidade.

Contudo, as três visões se distinguem pela forma de atuação de outros componentes do ambiente na sua formação, caso da *caracterização* e do *uso*, que provocam diferenças espaciais na distribuição dos elementos nas regiões das projeções de acordo com as suas inter-relações. Assim, as principais diferenças entre os conceitos das edificações do sítio histórico destes grupos estão nas categorizações dos conjuntos dos elementos que ficam nas regiões intermediárias das respectivas projeções da MSA. Estas regiões evidenciam ora uma maior ora uma menor participação dos outros critérios, além da *idade/época*, fundamental na formação dos conceitos das edificações dos três grupos.

O grupo dos arquitetos especialistas possui uma categorização bem mais fechada e coesa

em relação às regiões ou conjuntos de distribuição das edificações, denotando critérios mais absolutos na formação de seu conceito de preservação, enquanto o grupo de habitantes de fora da Avenida demonstrou maior suscetibilidade a outros critérios, revelando uma visão mais rica e diversificada. Os

Tabela 4.4 - Frequência dos critérios dos arquitetos especialistas na 2ª classificação livre

Nº	Crítérios	Sujeitos	Total	Total %	Total Parcial %
1	Uso	04	04	18,2	68,3
2	Estilo	04	04	18,2	
3	Importância para preservação	03	03	13,7	
4	Caracterização	02	02	9,1	
5	Época	02	02	9,1	
6	Implantação	01	01	4,5	
7	Nº Pavimentos	01	01	4,5	
8	Elementos construtivos	01	01	4,5	
9	Proporção: Cheios / Vazios	01	01	4,5	
10	Uso Original / Modif. / S. uso	01	01	4,5	
11	Misto: Implantação / N. pav.	01	01	4,5	
12	Misto: Estilo / Época	01	01	4,5	
TOTAL			22	100	100

Como os arquitetos são mais acostumados a este tipo de processo de classificação, já sistematizaram uma visão técnica sobre o tema e têm então, maior consciência dos componentes que influenciam sua visão, o que dá maior credibilidade aos dados mostrados na referida tabela. Da mesma forma, pode-se deduzir que os componentes ali melhores classificados, pela frequência com que foram designados para justificar as escolhas dos especialistas, são retratos da realidade deste processo, ou seja, os reais determinantes destas escolhas.

4.2- Representação social da preservação das edificações do sítio

²¹ Similarity Structure Analysis - Análise da Estrutura de Similaridade.

histórico de Parnaíba - SSA

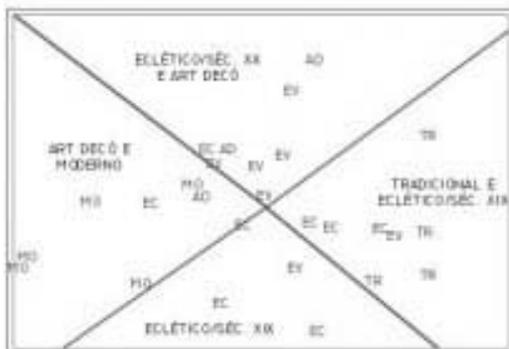
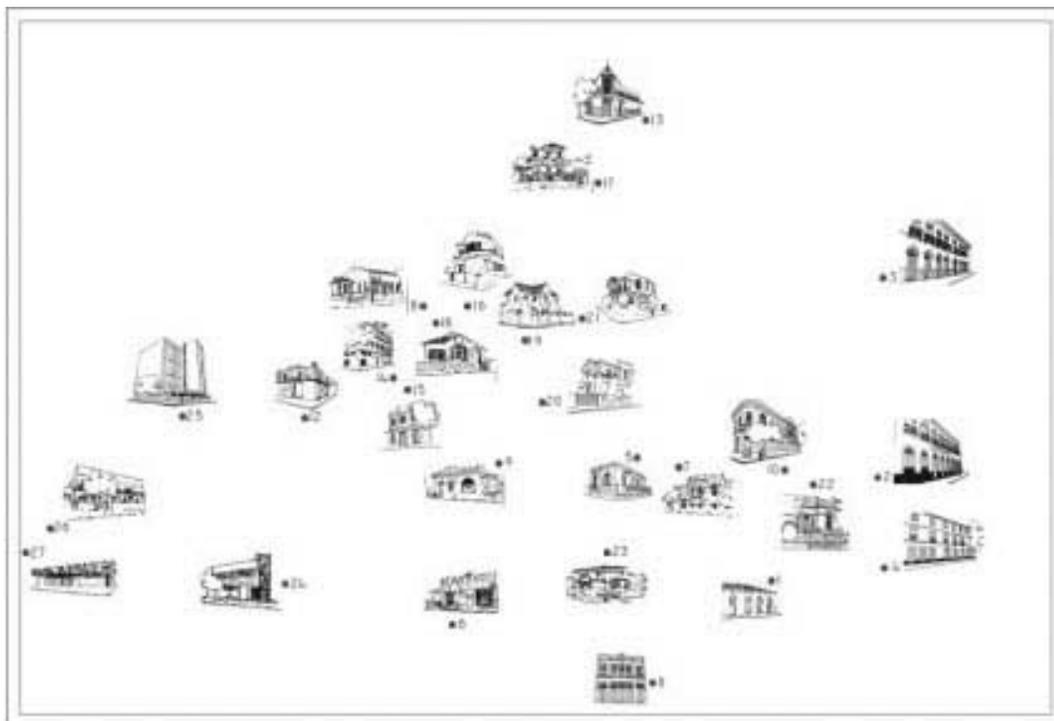
A questão principal explorada na classificação dirigida, analisada pela técnica SSA²¹, diz respeito ao conceito de preservação, através do estudo de um sítio não reconhecido oficialmente, como o de Parnaíba, considerado pela amostragem das edificações existentes na Avenida Presidente Vargas. Ela foi usada para verificar se os componentes ou atributos normalmente considerados pelas teorias da preservação, de natureza física, sócio-culturais ou econômicos dessas edificações no seu contexto, são determinantes nas visões dos habitantes e dos arquitetos especialistas sobre a sua preservação. Em outras palavras, se e como determinados componentes do ambiente fundamentam a seleção do que preservar nestas visões.

Através da projeção geométrica da SSA, onde regiões de contigüidade são formadas por relações de similaridade, foram testadas as hipóteses iniciais, estabelecidas pela sentença estruturadora do conceito de preservação, instrumento metodológico básico da Teoria das Facetas. Ao explorar os resultados, testando as facetas sobre a projeção geométrica da SSA de cada grupo se prestou atenção a um aspecto essencial: a existência ou inexistência de ordem entre os elementos de cada faceta, que dão fundamento às várias estruturas regionais. Verificou-se então, se a faceta possui papel axial ou modular, ambos indicando que os seus elementos variam segundo uma escala gradativa, ou o papel polar, que traduz a inexistência de ordem entre os seus elementos.

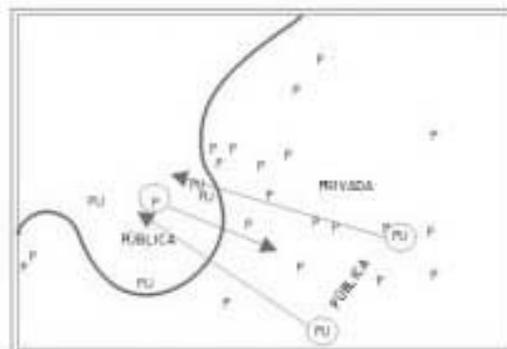
O papel modular é normalmente representado pelas partições das regiões de contigüidade em forma de círculos ou elipses concêntricas, supondo seu centro como origem de uma ordem linear que acompanha o raio e a região mais próxima deste centro exercendo maior influência sobre as demais (Figura 3.11a). O papel axial se evidencia quando as divisões são efetuadas através de um conjunto de linhas paralelas, dando origem a um ordenamento linear de subconjuntos de elementos; as linhas dividem o plano em faixas ordenadas em seqüência (Figura 3.11b). Quando a faceta é polar possui um padrão de contigüidade regional de seus elementos, cuja partição é do tipo “fatia de torta” (Figura 3.11c), que indica a existência de diferença qualitativa entre os elementos de cada região, mas sem hierarquia entre as mesmas.

Seguindo a hipótese inicial, expressa na sentença estruturadora geral de conceito de preservação, mostrada no capítulo anterior, as facetas e seus elementos considerados relevantes na formação deste conceito para cada grupo de respondentes foram testadas. Assim, as hipóteses relativas a cada componente ou faceta considerada relevante, bem como os elementos que a constituíram, se transformaram em hipóteses regionais na configuração geométrica SSA de cada grupo da população da pesquisa, identificando-se e destacando-se as regiões que correspondem aos elementos de cada faceta.

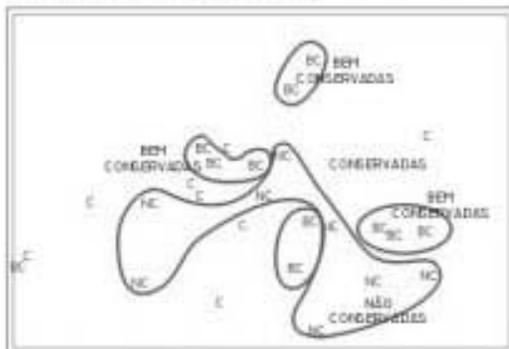
4.2.1-Representação social da preservação das edificações do sítio histórico



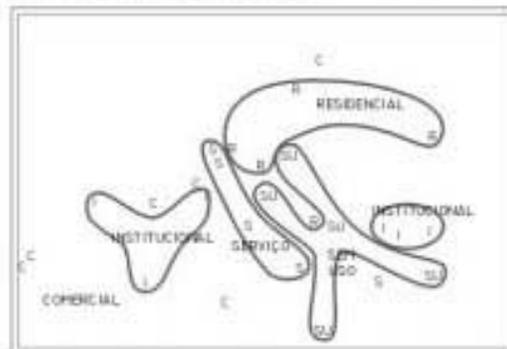
Faceta 1: ESTILO/FORMA



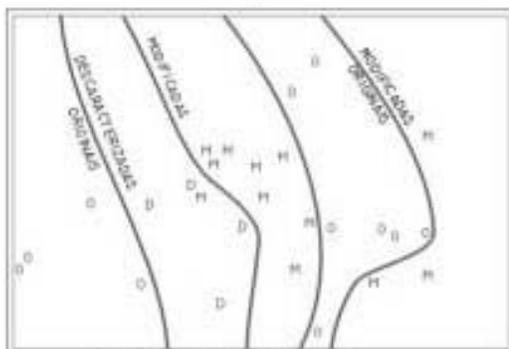
Faceta 2: PROPRIEDADE



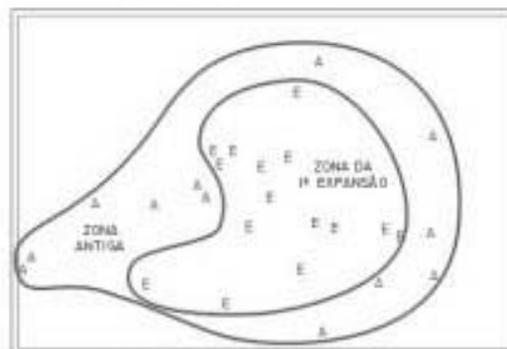
Faceta 3: CONSERVAÇÃO - sem estrutura



Faceta 4: USO - sem estrutura



Faceta 5: CARACTERIZAÇÃO



Faceta 6: LOCALIZAÇÃO

Figura 4.4 - SSA - Preservação das edificações do sítio histórico segundo habitantes de fora da Avenida.

segundo habitantes de fora da Avenida

A Figura 4.4 – SSA mostra na projeção maior a distribuição das edificações do sítio histórico no espaço geométrico, que representa a visão deste grupo em relação à sua preservação e logo abaixo, nas seis projeções menores, os testes de cada uma das facetas consideradas nas hipóteses iniciais - *estilo, propriedade, conservação, uso, caracterização e localização* - sobre esta distribuição.

Em cada teste de faceta específica sobre a distribuição do grupo todas as vinte e sete edificações foram designadas segundo seus elementos de composição também hipotéticos. Em seguida, foi verificada existência de padrões de contigüidade regional, ou seja, padrões reconhecíveis de divisão do espaço em regiões formadas por todos os itens (edificações) de um mesmo elemento da faceta considerada.

Os resultados apresentados pela Figura 4.4 mostram que, das seis facetas testadas somente *estilo/forma, caracterização e localização* formam estruturas regionais de contigüidade entre os itens ou edificações similares de um mesmo elemento.

Aspectos formais ou forma revelou-se uma designação mais adequada da faceta *estilo* para este grupo de habitantes, cujo perfil mais se aproxima das características de instrução e renda de maior parcela da população. Este fato, aventado na análise da primeira classificação, também é perceptível na distribuição das edificações nas projeções geométricas SSA, que refletem as correlações feitas pelos respondentes nas suas classificações quanto à preservação. Assim, tais indícios levaram à designação *estilo/forma* para faceta *estilo*, mais compatível com o conceito deste grupo, e até mesmo com os conceitos dos outros dois grupos da pesquisa.

Explorando a projeção da faceta *estilo/forma* na Figura 4.4, verifica-se que as edificações foram captadas pelos respondentes formando quatro regiões de similaridades. Os resultados demonstram claramente que esta faceta está relacionada com a *época* ou *idade* das edificações, fato levado em consideração na construção da hipótese inicial do seu conteúdo. Assim, uma diagonal divide a projeção em dois lados caracterizados pelos estilos de duas épocas ou idades diferentes: no canto inferior direito estão colocadas as duas regiões de edificações que representam os estilos característicos dos séculos XVIII e XIX, enquanto no canto superior esquerdo estão as duas regiões dos estilos mais novos que se iniciam nas primeiras décadas do século XX e se manifestam até recentemente.

Os respondentes, de forma geral, fizeram distinção bastante coerente das *formas* associadas à *idade*, mas ocorreram algumas exceções: duas edificações do início do século XX captadas entre as “Tradicionais” e “Ecléticas do século XIX” e duas “Ecléticas do século XIX” entre as “Ecléticas do séc. XX” ou “Modernas”. Estas exceções são explicadas pela influência da *forma* das edificações na captação do conceito deste grupo. As primeiras edificações possuem elementos decorativos que as aproximam mais das edificações das regiões nas quais estão posicionadas, enquanto as segundas foram muito alteradas, passando a se identificar mais com as linhas mais modernas da região na qual também foram situadas. Mas, apesar da íntima relação entre as facetas *estilo/forma e época/idade* das

edificações, as evidências empíricas apontam para formas de atuação diferentes na formação do conceito de preservação das pessoas, o que sugere a construção de uma faceta independente para esta segunda, estabelecendo os elementos de composição do seu conteúdo mais de acordo com a realidade.

Quanto ao padrão de divisão, a faceta *estilo/forma* apresenta um padrão angular: todas as edificações que dizem respeito a uma das categorias desta faceta ocupam um único setor formado por um ângulo de um círculo. Desta forma, ela exerce um papel polar, ou seja, os respondentes de fora da Avenida reconhecem as diferenças estilísticas ou formais das edificações, aproximadamente de acordo com as categorias hipotéticas iniciais, mas estas diferenças não possuem uma relação hierárquica.

Embora os resultados da faceta *propriedade* tenham mostrado uma tendência para a proximidade das edificações de mesmo elemento, não formaram claramente estruturas regionais, talvez devido à pequena quantidade de edificações de propriedade pública em relação à de propriedade privada. Portanto, não se pode tirar qualquer conclusão destes resultados. O mesmo ocorreu com a faceta *conservação*, extremamente confusa na formação de estruturas regionais, um conceito de difícil captação nas suas diferentes categorias, a não ser em situações extremas de degradação e de conservação. Por sua vez, a faceta *uso* também não apresenta estrutura regional de divisão padrão dos seus elementos, embora mostre claramente a formação de algumas regiões quanto a alguns usos específicos, sugerindo outra forma de captação destes elementos ou categorias pelos habitantes.

Os resultados da projeção SSA apresentados pela faceta *caracterização* merecem atenção especial, pois o padrão de divisão mostrado denota uma forte influência deste componente na formação do conceito de preservação deste grupo de habitantes. Trata-se claramente de uma faceta que possui um papel axial, mesmo considerando as deformações das linhas que deveriam estar paralelas, mas estas são insuficientes para invalidar os resultados.

As divisões efetuadas através de um conjunto de linhas quase paralelas dão origem a faixas ordenadas em seqüência, cada faixa representando um subconjunto de conteúdo da faceta *caracterização*, denotando diferença de grau em relação a este mesmo atributo da faixa anterior. As deformações indicam que houve outra forma de captação de algumas edificações do sítio histórico relativas aos elementos desta faceta, diferente da formulada na sentença estruturadora, o que é perfeitamente compreensível para um conceito de natureza essencialmente qualitativa.

Assim, as edificações da primeira faixa à direita não foram captadas como sugeria a hipótese, pois foram vistas como as edificações menos alteradas de todo o conjunto de vinte e sete exemplares. Também as edificações da última faixa da esquerda não foram vistas como originais, pelo contrário, atingiram o ápice da descaracterização que levaram às primeiras substituições das edificações originais, representantes da primeira ocupação do sítio. Novamente se percebe a influência marcante da *época* ou *idade* das edificações na formação do conceito de preservação e nas correlações com as outras facetas também importantes deste conceito.²²

Finalmente, na visão dos habitantes de fora da Avenida os resultados da faceta *localização* indicam que a zona referente à primeira expansão do tecido urbano, possui uma posição central, mais estruturada tanto do conceito das edificações quanto da sua preservação na visão leiga.

ou menos circular, envolvida por outro círculo que corresponde à zona antiga. As edificações desta zona da primeira expansão ocupam a região central da projeção, que é rodeada em seu perímetro, de forma circular deformada, pelas edificações da zona antiga, também acompanhando o mesmo formato circular.

Como já foi visto, este tipo de divisão das regiões no espaço geométrico demonstra que a faceta desempenha um papel modular, um padrão que pressupõe existir uma origem no centro de todos os círculos ou subconjuntos que formam o seu conteúdo, onde se inicia uma ordem linear. Esta origem implica que o conjunto que lhe fica mais próximo exerce um papel também central na formação do conceito da preservação do sítio histórico. Isto significa que o conjunto de edificações da zona da primeira expansão possui um caráter mais regulador desta visão neste grupo de habitantes.

O resultado acima pode ser interpretado da seguinte forma: as edificações desta zona possuem maior identidade ou familiaridade com estes habitantes da cidade, pois se trata de uma área tradicional, mas não tão recuada no tempo. A zona antiga apresenta tanto os exemplares de arquitetura dentro dos padrões coloniais quanto modernos, pois foi nela que ocorreram também as primeiras substituições. Desta forma, ela possui as edificações mais distanciadas do padrão identificado com este grupo, constituído pelas edificações ecléticas do final do século XIX e primeiras décadas do século XX, concentradas nesta zona da primeira expansão. As edificações desta zona têm uma primazia em relação às periféricas também pela função de utilidade pública exercida por esta área, pois ali funcionam colégios, serviços médicos, igrejas ou mesmo residências, enquanto na outra predomina o comércio.

4.2.2-Representação social da preservação das edificações do sítio histórico segundo habitantes da Avenida

Os resultados apresentados pela Figura 4.5 - SSA mostram, além das facetas anteriores, a faceta *propriedade*, formando regiões de contigüidade. Desta forma, são quatro as facetas deste grupo que apresentam esta faculdade: *estilo/forma*, *propriedade*, *caracterização* e *localização*.

O padrão de divisão angular da faceta *estilo/forma* dos habitantes da Avenida empresta-lhe um papel polar, igual ao do grupo anterior, o que demonstra ser um critério consistente, mas que não explica hierarquicamente a relação. Os respondentes também captaram as diversas diferenças estilísticas e formais das edificações formando quatro grandes regiões angulares de acordo com sua maneira própria de captar estas características ou componentes das edificações: “Tradicional”, à direita da projeção, do lado oposto do “Moderno”, que fica à esquerda; “Eclético”, acima, em oposição ao “Art Decó” ou construções que se enquadram dentro de uma definição de proto-Modernas. Dentro

destas regiões foram feitas também diferenciações através de sub-regiões de maiores similaridades

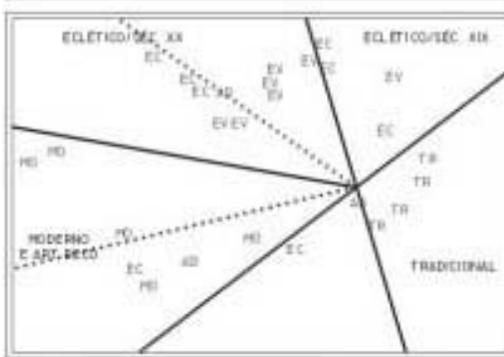
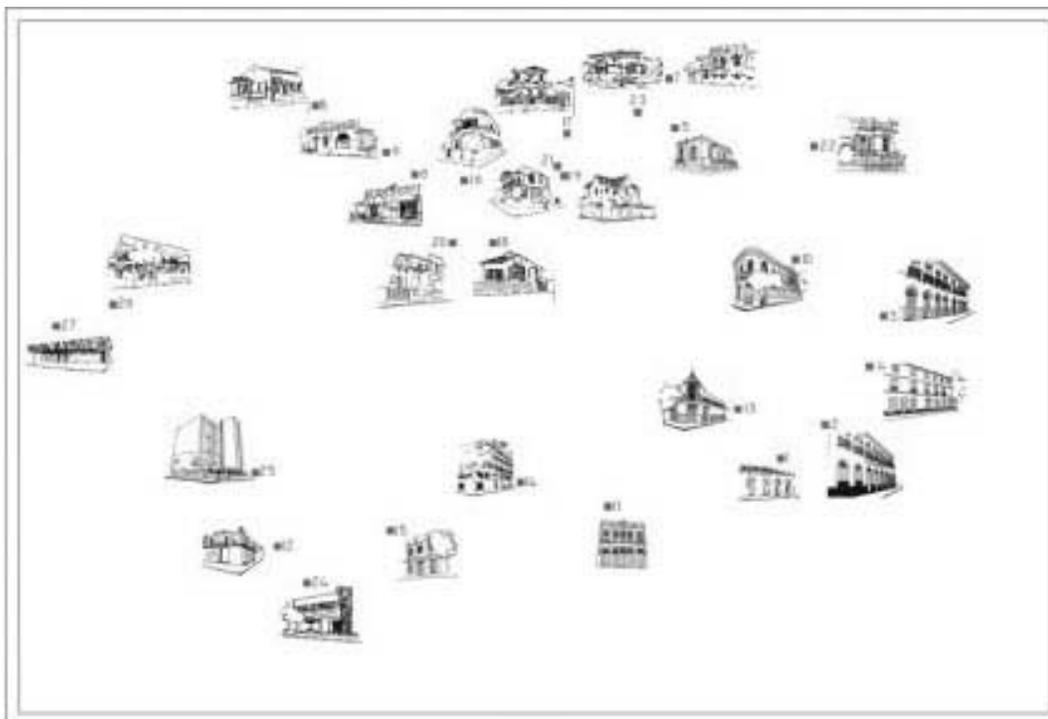
²³ Edificações de números 1,11, 14 e 15, todos exemplares pouco definidos ou ambíguos quanto à caracterização, forma, idade e uso.

formais e de idade. Assim, a região das edificações tradicionais se divide em exemplares assobradados e de um pavimento, cujo exemplar de número 10 é visto como o mais semelhante às edificações desta região do que às edificações da região relativa ao Ecletismo. A região do Ecletismo, por sua vez, se divide em três sub-regiões diferenciadas pela idade e caracterização das edificações: quanto mais o exemplar é antigo e original mais se aproxima das tradicionais; ocorrendo o contrário, se aproxima das modernas. A subdivisão da região denominada Art Decó segue também este mesmo padrão de idade e caracterização na projeção, no que é acompanhada pela região Moderna, só que esta última é dividida em apenas duas sub-regiões.

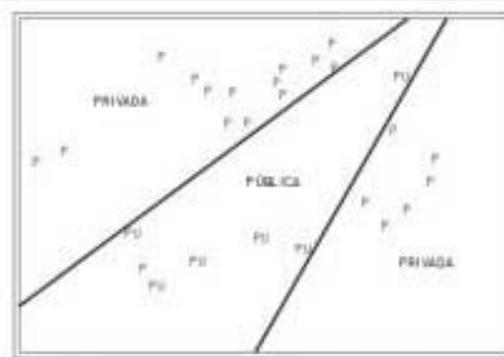
A faceta *propriedade* apresenta uma partição regional que não se identifica com nenhum padrão. As propriedades públicas estão colocadas na região central da projeção, cercada pelas propriedades privadas o que demonstra captação desta faceta pelo grupo, mas não podem ser feitas análises quanto ao papel que exerce na relação. As facetas, *conservação e uso*, pelos motivos explicados anteriormente, ou seja, não foram formuladas com clareza, não apresentaram resultados concretos quanto às hipóteses regionais.

A faceta 5- *caracterização* do grupo da Avenida apresenta um resultado semelhante ao do grupo anterior, com faixas ordenadas representando os vários elementos ou subcategorias desta faceta. As mesmas observações foram feitas por este grupo quanto às edificações das faixas das extremidades, também captadas, do lado direito, como as menos alteradas (originais antigas), e do esquerdo, como as primeiras substituições (originais novas). Difere do grupo anterior quanto às deformações das linhas de tendência paralela, delimitadoras das regiões, que se concentraram próximas de alguns elementos captados de outra forma, situados na parte inferior da projeção²³. Estas diferenças na captação de alguns elementos são também compreensíveis, uma vez que o caráter sutil da variação desta faceta torna-a mais fácil de ser captada nas subcategorias extremas.

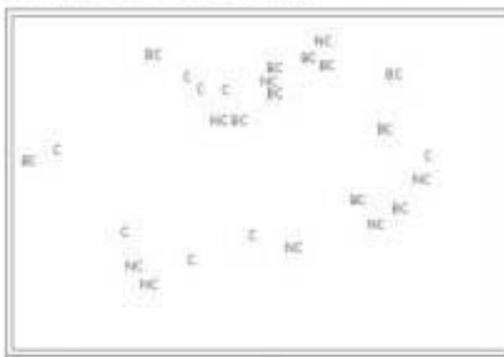
Quanto à faceta 6- *localização* a projeção apresenta as edificações da “Zona da 1ª expansão” concentradas na região superior e as da “Zona antiga” na região inferior; ela é dividida por uma linha mediana horizontal que a transforma nestas duas regiões. As edificações da região superior se mostram mais unidas na parte central de sua região, ocorrendo o contrário na outra, onde as edificações se apresentam mais espalhadas. Isto indica que há menor similaridade entre as edificações da “Zona antiga”, que concentra tanto os exemplares mais antigos quanto os mais recentes devido à já mencionada substituição de parte considerável das primeiras edificações, o que a caracteriza como uma zona mais fragmentada. Duas únicas exceções são representadas pelas edificações de números 10 e 24, que pertencem à “Zona da 1ª expansão”, mas se localizam na região inferior. Contudo, isto não invalida a visão da maioria deste grupo, que além de notar estas diferenças de localização das edificações, as leva em consideração na formação do seu conceito de preservação e na decisão do que preservar, como indica o papel axial ordenador desta faceta.



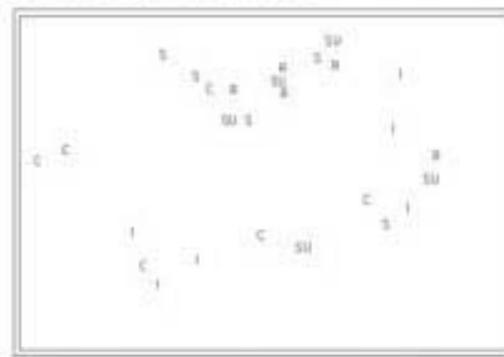
Faceta 1: ESTILO/FORMA



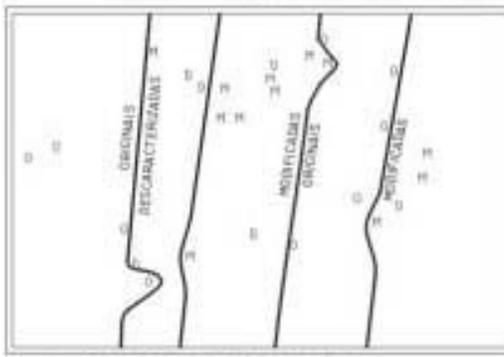
Faceta 2: PROPRIEDADE



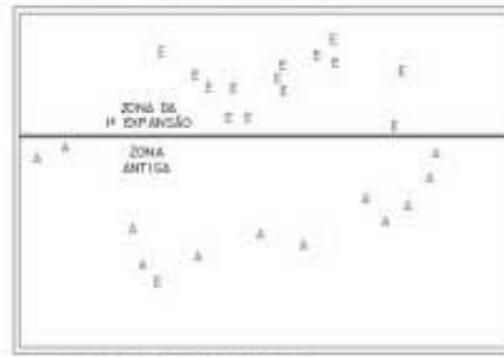
Faceta 3: CONSERVAÇÃO - sem estrutura



Faceta 4: USO - sem estrutura



Faceta 5: CARACTERIZAÇÃO



Faceta 6: LOCALIZAÇÃO

Figura 4.6 - SSA - Preservação das edificações do sítio histórico segundo arquitetos especialistas.

4.2.3- Representação Social da preservação das edificações do sítio histórico segundo arquitetos especialistas

A Figura 4.6 - SSA dos arquitetos especialistas apresenta as mesmas quatro facetas funcionando de acordo com as hipóteses regionais. As duas únicas facetas sem resultados efetivos quanto a esta faculdade são, novamente, *conservação* e *uso*, por falta de clareza na sua formulação.

Novamente, a faceta *estilo/forma*, captada por este outro grupo de respondentes, revelou-se uma faceta angular, que desempenha um papel polar. Não há ordenamento entre as edificações, que foram captadas mais ou menos de acordo com os elementos das facetas hipotéticas, como se verifica pela respectiva projeção da Figura 4.6. Verificou-se a formação das cinco regiões consideradas nas hipóteses iniciais, porém algumas subdivisões internas assim como outras maneiras de ver as edificações são peculiaridades deste grupo.

A influência da faceta *caracterização* sobre a *estilo/forma* é evidenciada na partição do espaço da projeção SSA em regiões, que têm como centro de convergência a edificação de número 13, justamente a mais característica do estilo “Art Decó”. Este estilo é visto de maneira diferente pelo grupo em análise que, além da 13, o reconhece somente na edificação de número 11, categorizado inicialmente como eclético. Pela hipótese inicial, outros exemplares categorizados dentro do estilo “Art Decó”, como os exemplares 15 e 16, foram vistos respectivamente como modernos ou ecléticos do século XX. Os especialistas vêem as edificações mais descaracterizadas como um subconjunto do estilo “Eclético/séc. XX” e mais próximas das edificações da região “Moderna”. Esta última região divide-se em duas: uma de construções mais recentes e outra de construções um pouco mais antigas.

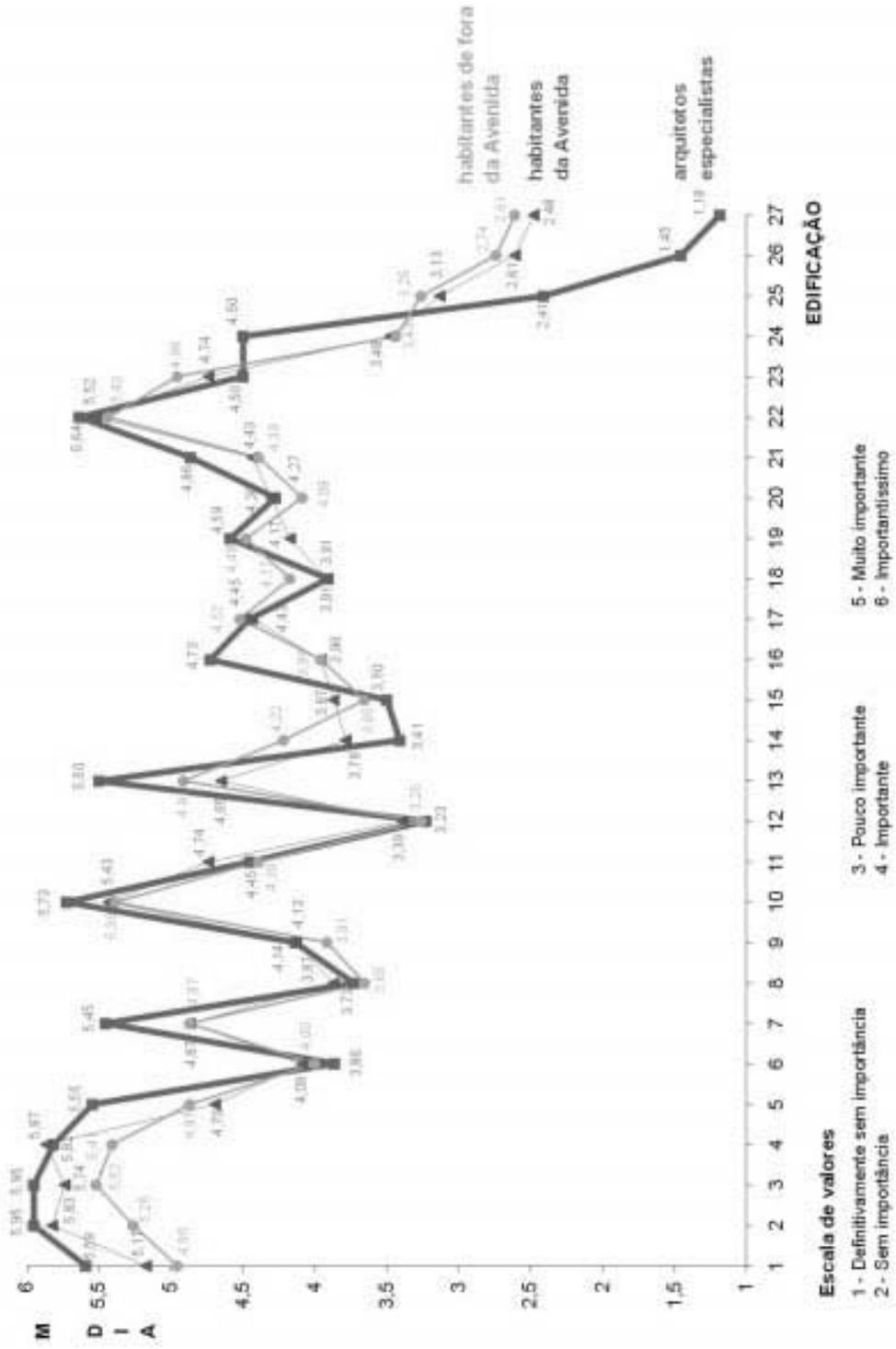
As mesmas observações feitas aos resultados das facetas *propriedade*, *conservação* e *uso*, dos habitantes da Avenida podem ser feitas em relação aos resultados deste grupo de arquitetos especialistas. A faceta *propriedade*, cuja região central é ocupada pelas edificações de propriedade pública, é extremamente semelhante à mesma faceta anterior e quanto às outras duas, *conservação* e *uso*, também não configuraram hipóteses regionais.

A faceta *caracterização* é axial como a dos demais grupos, demonstrando ordenamento das edificações posicionadas em cinco regiões, que também diferem da hipótese inicial na maneira como são vistas pelos respondentes. À semelhança dos outros grupos, as edificações da primeira faixa, à direita da projeção SSA, são as mais preservadas em relação à sua feição original, atributo que vai decrescendo nas faixas subsequentes, posicionadas à esquerda. Na última, as edificações modernas são substituições das primeiras construções do sítio histórico.

A *localização* apresentou quase o mesmo resultado dos habitantes da Avenida, exceto pelo fato de uma só das edificações da “Zona da 1ª expansão” se inserir entre as da “Zona antiga” do sítio histórico, situada na metade inferior da projeção SSA.

4.2.4-Discussão

Figura 4.7 - Média das classificações sobre a importância da preservação das edificações do sítio histórico de Parnaíba segundo três grupos de respondentes.



Uma análise comparativa dos resultados dos três grupos de respondentes relativos às quatro facetas, nas quais se detectou a formação de estruturas regionais dos seus elementos no espaço das projeções SSA, revela uma maior proximidade entre as visões dos arquitetos especialistas e dos habitantes da Avenida. As partições são semelhantes entre estes dois grupos quanto a *estilo/forma* e *propriedade*, componentes captados em seus variados elementos de modo mais próximo, revelando a consistência destes critérios na preservação das edificações do sítio histórico, mas que não explicam a hierarquia da relação estabelecida no racional comum da sentença estruturadora geral.

Os padrões de regionalização tanto da *caracterização* quanto da *localização* nos resultados de todos os três grupos de respondentes indicaram uma hierarquia entre as edificações de cada região, confirmando a pertinência da ordenação estabelecida no racional comum e a marcante influência no conceito de preservação de toda a população da pesquisa. Mas, também apresentaram resultados mais similares entre os habitantes da Avenida e os arquitetos especialistas, o que torna os resultados dos habitantes de fora da Avenida os mais diferentes. O padrão de contigüidade regional da faceta *localização* relativa a este último grupo é modular enquanto os outros dois são axiais, o que a difere mais ainda, embora permaneça o sentido de ordenamento comum a todos.

Estas diferenças corroboraram com a tese de que o grupo de habitantes de fora da Avenida é aquele que melhor representa a visão leiga sobre a preservação de sítios históricos, fato já apontado pela análise dos resultados da técnica MSA quanto ao conceito destes sítios e explicado pelo perfil do grupo, que se identifica com uma parcela maior da população. Por outro lado, a maior similaridade entre as categorizações dos arquitetos especialistas e habitantes da Avenida deve-se à maior identidade entre seus perfis, uma vez que estes habitantes possuem um nível de instrução e renda bem mais elevado.

Porém, antes de tirar conclusões definitivas sobre este assunto vale a pena explorar os resultados apresentados pelo gráfico da Figura 4.7, que representa a média das classificações sobre a importância das edificações do sítio histórico segundo os três grupos de respondentes.

A análise deste gráfico revela que as maiores diferenças nos resultados das três visões concentram-se nas edificações consideradas nas categorias extremas dos graus de importância para a preservação, ou seja, aquelas cujas médias das categorias foram as mais altas e as mais baixas. Os arquitetos especialistas são apresentados como o grupo que mais se diferencia dos demais, enquanto os grupos dos habitantes, apresentam-se com as médias das categorias mais similares. As médias das categorias dos especialistas são em geral mais elevadas para quase todas as edificações, excetuando para as de números 25 e 26 e 27, acentuadamente mais baixas em relação aos dois outros. Outra exceção deste grupo é a edificação 24, classificada em um grau bem superior de importância.

Aparentemente estes resultados contrariam aqueles mostrados pelos testes das facetas sobre as projeções SSA de cada grupo. Contudo, uma consulta aos dados estatísticos da tabela 4.5, que

²⁴ Seu valor é de 0,782718. apresenta as médias dos graus de preservação dos habitantes de fora da Avenida, nos informa que este grupo apresenta índices de classificação bastante altos para praticamente todas as edificações, com índice em torno de 1,1 e nas de números 13, 17, 25, 26 e 27 com índices ainda maiores, em torno de 1,35. O grupo apresenta índices de classificação bastante altos para praticamente todas as edificações, com índice em torno de 1,1 e nas edificações 17, 23 e 25, com índice em torno de 1,3.

menor índice, ou seja, o maior consenso entre as classificações deste grupo é o da foto 10²⁴, que reflete a variação entre os graus de importância categorizados como Grupo 4 - Importante e Grupo 6 - Importantíssimo. Estes índices revelam que o grupo de habitantes de fora da Avenida é bastante heterogêneo em suas classificações, fato não evidenciado no perfil das suas médias, que o coloca muito mais próximo do perfil dos habitantes da Avenida. Esta constatação dá aos resultados da projeção SSA, que apontam no sentido inverso, ou seja, na maior diferenciação deste grupo em relação aos demais, uma maior validade.

O grupo de habitantes da Avenida é mais homogêneo em seu perfil, fato que se revela também em suas classificações, que possuem um nível de consenso maior, pelo que se verifica pela análise dos índices de desvios das médias das classificações da Tabela 4.6, que são altos em relação a um número menor de edificações²⁵. O grupo dos especialistas, cujas médias podem ser conferidas pela Tabela 4.7, é dos três grupos o que possui um menor número de edificações²⁶ com índices de desvios mais altos, portanto possui uma visão mais homogênea dentro do próprio grupo.

A análise de todos estes resultados indica que as diferenças das classificações das mesmas edificações dentro dos grupos dos habitantes da cidade são profundamente marcadas pelas experiências individuais destas pessoas, notadamente no grupo de habitantes de fora da Avenida. Um dos respondentes deste grupo, por sinal, de alto nível de instrução, quando perguntada a razão da sua forma de classificação das edificações, deixou transparecer a influência de antigas rixas familiares em uma das suas escolhas de menor grau de importância, mesmo reconhecendo na edificação em questão valor histórico, mais identificado com o saber técnico.

Os habitantes da Avenida, embora possuam modos de categorizar próximos dos especialistas não deixam de manifestar em suas classificações experiências individuais, refletindo o aspecto emocional que não se manifesta nas classificações de caráter mais técnico e impessoal daquele grupo. Assim, suas classificações menos consensuais no grupo, ora são influenciadas pela simplicidade das edificações, o que as desvaloriza para a preservação nas visões de alguns, mesmo quando se trata de edificações antigas, como as de número 1, 8, 15 e 18. Ora são influenciadas pelo gosto pessoal aliada a pouca idade das edificações nas visões de outros, como os exemplares 17 e 21 e os exemplares 13, 17, 24, 25, 26 e 27. Até mesmo o caráter utilitário do uso do imóvel localizado na proximidade da residência de um dos moradores, embora um comportamento raro neste grupo, foi o motivo alegado por este respondente para justificar sua escolha do que preservar.

Enfim, a análise dos resultados das médias de classificações de cada grupo de respondentes sobre as respectivas projeções SSA (Figuras 4.8, 4.9 e 4.10), que mostram as partições

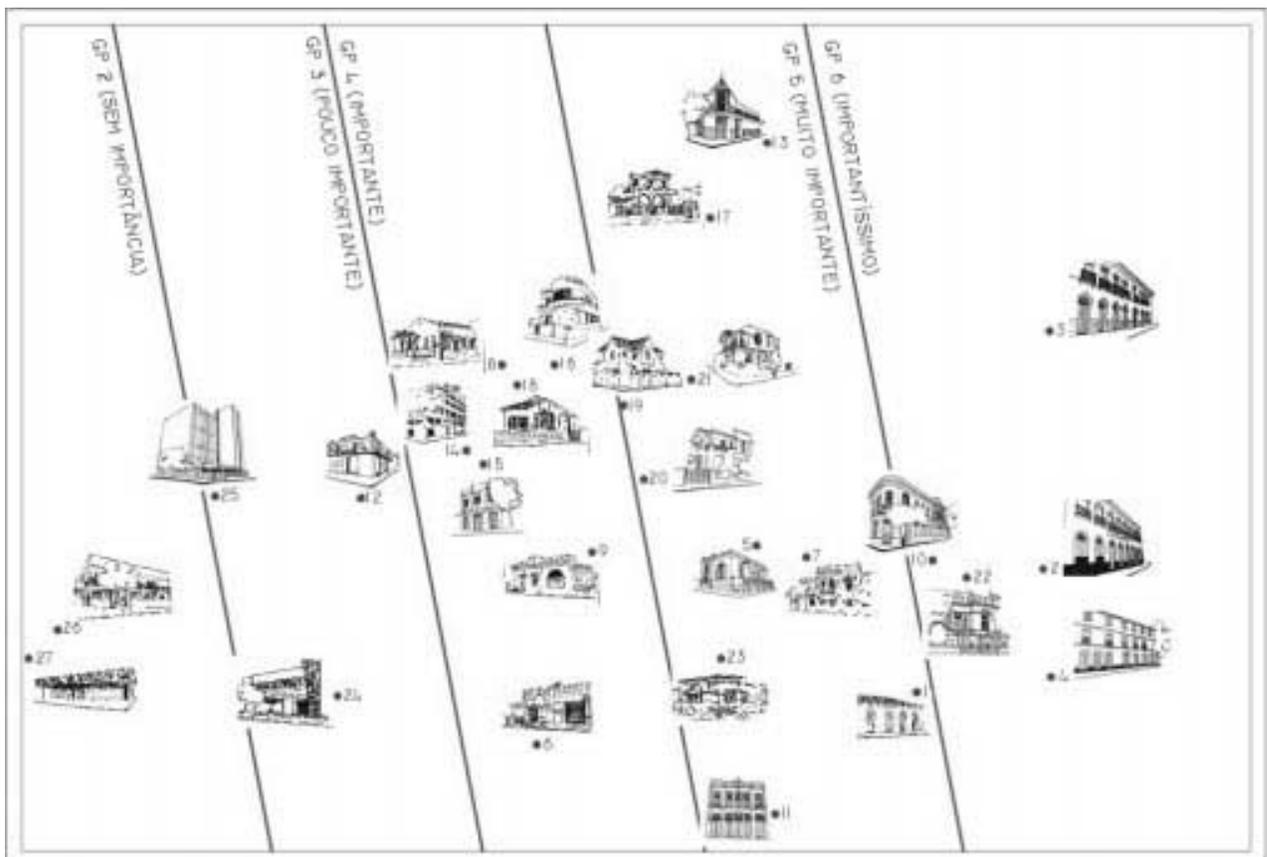


Figura 4.8 - SSA - Partições segundo a média do grau de preservação dos habitantes de fora da Avenida.

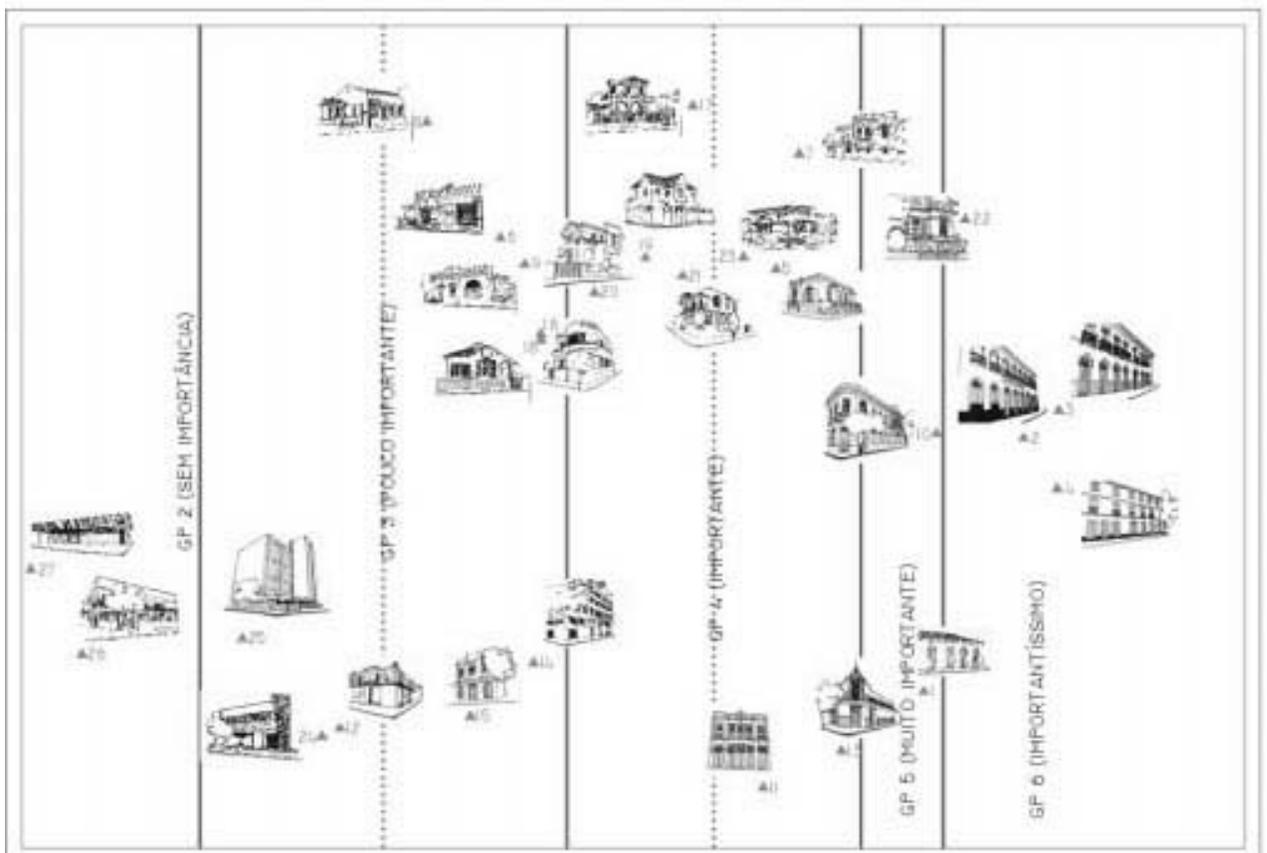


Figura 4.9 - SSA - Partições segundo a média do grau de preservação dos habitantes da Avenida.

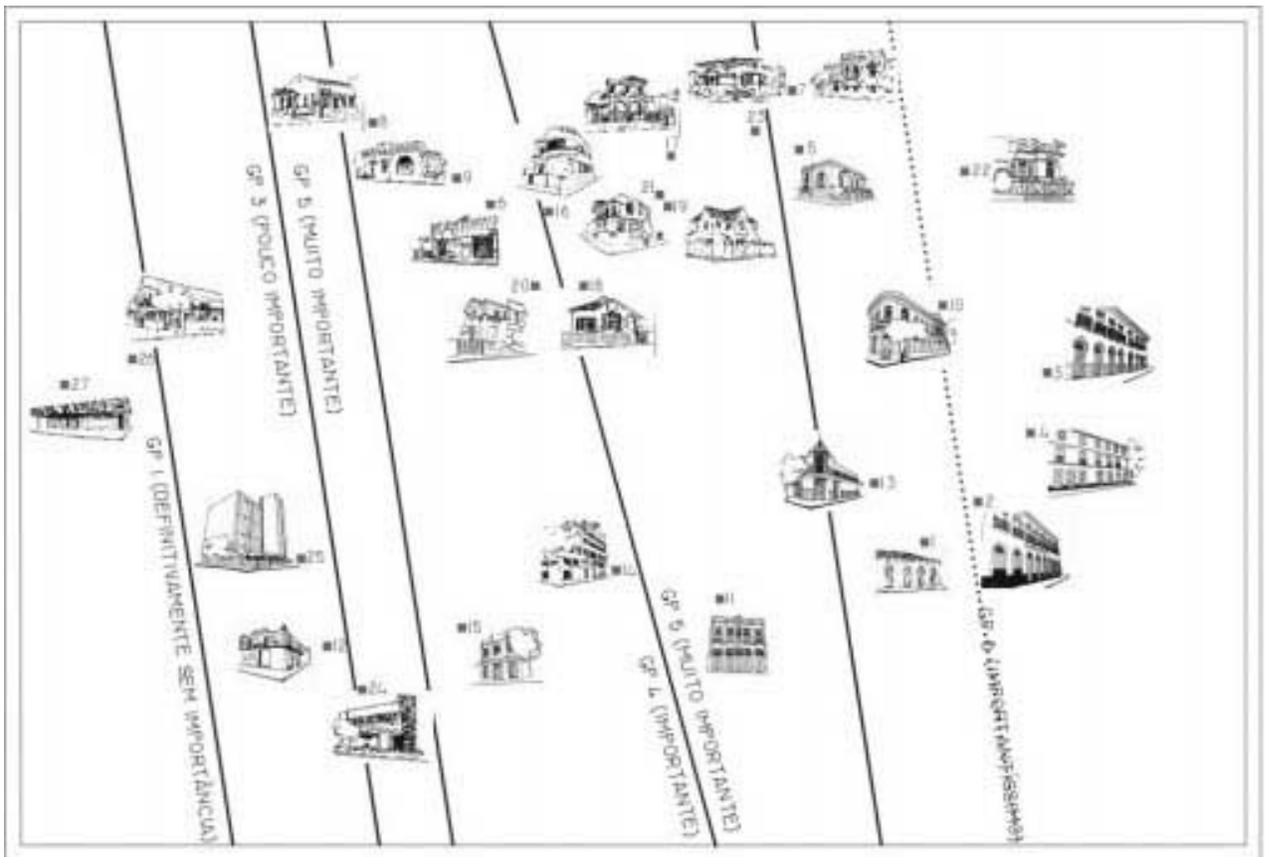


Figura 4.10 - SSA - Partições segundo a média do grau de preservação dos arquitetos especialistas.

respondentes (Figura 4.7), não possui correspondência lógica com a distribuição hierárquica das edificações na projeção geométrica da SSA da Figura 4.10, uma vez que esta é determinada pelas facetas ordenadas *época/idade*, *caracterização* e *localização*, que exercem um papel axial.

Embora seja uma edificação que não obteve consenso neste resultado, variando o grau de preservação com que foi classificada pelo grupo, do grau 3- Pouco Importante para o grau 6- Importantíssimo, isto não justifica a exceção, uma vez que outras com índices de desvios bem maiores apresentam maior correspondência nestes resultados, a exemplo das edificações 17, 23 e 25.

Então, a interpretação desta exceção na projeção dos arquitetos especialistas, que se mostrou a mais afastada dos resultados das médias, aponta para uma maior influência do papel polar exercido pelo padrão de divisão do espaço da faceta *estilo/forma* sobre o papel axial ordenador da faceta *caracterização*, modificando-o. Pelo menos é esta a conclusão possível quanto a esta edificação 24, que se constitui uma exceção também na projeção espacial da faceta *localização*, sendo a única edificação da “Zona da 1ª Expansão” que se encontra entre as da “Zona Antiga”.

A formulação de novas hipóteses de composição interna para as facetas que demonstraram interferir nos resultados analisados, mas cujos elementos não foram formulados com clareza, casos das facetas *uso*, *época/idade* e *caracterização*, devem contribuir para elucidar o entendimento da representação social da preservação das edificações do sítio histórico de Parnaíba. A faceta *época/idade*, que não chegou sequer a ser considerada de forma independente pelas hipóteses iniciais, marcou sua forte presença em praticamente todos os resultados.

Assim, as duas primeiras facetas foram totalmente construídas a partir dos resultados empíricos que forneceram valiosas pistas sobre a estrutura interna dos seus elementos e de suas inter-relações. A última, também com base nas evidências empíricas, sofreu apenas uma reformulação na estrutura destes elementos, dando origem a uma nova sentença estruturadora do conceito de preservação, que tomou a seguinte forma:

SENTENÇA ESTRUTURADORA GERAL DE CONCEITO DE PRESERVAÇÃO

Em que medida a pessoa x {*moradores, técnicos*} avalia que edificações de Parnaíba

(REFERENTE)

de ESTILO - E

{1- Tradicional (**TR**), 2- Eclético/ séc. XIX (**EC**), 3- Art Decó (**AD**), 4- Eclético/ séc. XX (**EV**), 5- Moderno(**MO**)},

de PROPRIEDADE - P

{1-Privada (**P**), 2- Pública (**PU**)}

de ÉPOCA /IDADE - I

{1- XVIII / XIX (**a**), 2- XIX / XX (**b**), 3- Início XX (**c**), 4- Antes 50 / XX (**d**), 5- Pós 50/ XX (**e**), 6- Pós 80 / XX (**f**) },

de USO – U

{1- Residência antiga (**Ra**), 2- Residência Intermediária (**Ri**), 3- Residência modificada (**Rm**),

4- Comércio antigo (**Ca**), 5- Comércio novo (**Cn**), 6- Institucional antigo (**Ia**),
7- Misto antigo (**Ma**), 8- Serviço antigo (**Sa**), 9- Serviço novo (**Sn**),

com CARACTERIZAÇÃO - C

{1- Original antiga (**O1**), 2- Pouco Modificada (**O2**), 3- Modificada (**M**), 4- Descaracterizada(**D**), 5- Original nova (**O3**)}

e LOCALIZAÇÃO - L

{1-Zona Antiga (**A**), 2- Zona da 1ª expansão (**E**).

(OBJETIVOS)

devem ser preservadas?

(RACIONAL COMUM):

{1- Definitivamente sem importância, 2- Sem importância, 3- Pouco Importante, 4- Importante, 5- Muito Importante, 6-Importantíssimo.}

A conclusão a que se chegou quanto às facetas captadas pela população da pesquisa na exploração do conceito de preservação das edificações do sítio histórico, bem como suas novas relações, sintetizadas pela sentença acima, são ilustradas pela Figura 4.14, Figura 4.15 e Figura 4.16, respectivamente representações sociais da preservação das edificações do sítio histórico nas visões dos habitantes de fora da Avenida, da Avenida e dos arquitetos especialistas e pela Figura 4.17 – Representações sociais das edificações do sítio histórico de Parnaíba: relações entre as facetas Estilo, Propriedade, Época, Uso, Caracterização e Localização.

Algumas destas facetas não ordenadas demonstraram exercer exclusivamente um papel polar nos conceitos dos três grupos de respondentes investigados, casos da faceta *estilo/forma* e da faceta *propriedade*. O mesmo ocorreu para os grupos de habitantes da Avenida e dos arquitetos especialistas no caso da faceta *uso*, indicando que diferenças qualitativas foram captadas pelos respondentes em relação aos elementos situados em cada região. Contudo, a forma angular de partição das regiões não indica hierarquia entre as mesmas na formação do conceito de preservação de nenhum dos três grupos considerados, à exceção da faceta *uso* para os habitantes de fora da Avenida, que apresentou um resultado singular, depois de reformulada.

Os resultados das análises evidenciavam uma forte participação do caráter público ou privado do uso, mas ao testar esta hipótese de uma variação dicotômica, as projeções indicavam elementos mais complexos usados como critérios nas classificações dos respondentes de todos os três grupos da pesquisa. Assim, verificou-se que os elementos desta faceta continham os tipos de uso, considerados anteriormente, mas vinculados também ao seu caráter público ou privado e à idade das edificações. Desta forma, a visão dos habitantes de fora da Avenida, reiterando ainda mais a visão leiga deste grupo, possui uma estrutura modular, denunciando a correspondência dos demais usos com o uso residencial, centrado na origem, e que possui primazia sobre os periféricos. As regiões desta faceta podem ser descritas como formando elipses, cujos dois centros de referência são formados de um lado pelas residências antigas e de outro pelas residências não tão antigas ou modificadas.

²⁷ Desenvolvendo a interpretação deste resultado, não há como prever a influência da localização deste grupo de respondentes, cuja estrutura apresentou bastante similaridade com a faceta uso. Isso significa um subgrupo do anterior, representado pelas crianças de rua.

que é na “Zona da 1ª expansão” do sítio histórico, que ainda preserva a função residencial, ao contrário da “Zona antiga”, tradicionalmente voltada para o comércio desde o tempo da economia do charque, que a população de Parnaíba reconhece a identidade da cidade, ou seja, é ali que se forma a sua imagem.

Para os dois outros grupos, habitantes da Avenida e arquitetos especialistas, o papel polar desempenhado por esta faceta depois de reformulada, demonstra a sua consistência. Isto significa que as diferenças de uso das edificações são captadas, mas não são influentes na priorização do que preservar, que são hierarquizadas de acordo com a sua *época/idade* e o seu grau de *caracterização*, assumindo a “Zona antiga” uma importância maior pelo seu valor histórico.

4.3 - Extensão social das representações da preservação

Complementando a análise da projeção da Figura 4.7, que apresenta o perfil das médias das classificações nas visões de cada um dos três grupos de respondentes da pesquisa, serão ainda exploradas as suas diferenças, à semelhança da investigação desenvolvida por Roazzi²⁷, comparando através da SSA, os perfis dos respondentes dos três grupos quanto às classificações relativas ao grau de preservação das edificações do sítio histórico. A análise SSA, neste caso, posiciona no espaço cada respondente de acordo com sua maneira de classificar estas edificações.

A comparação será feita entre o perfil de cada grupo e um dos outros dois grupos, totalizando três comparações (habitantes de fora da Avenida vs. habitantes da Avenida; habitantes da Avenida vs. especialistas; e habitantes de fora da Avenida vs. especialistas). A comparação dos três grupos juntos, devido ao grande número de variáveis, pode ocasionar altos níveis de “coeficiente de alienação”, distanciando os resultados da realidade.

Segundo Roazzi (2001), “a importância nesta análise multidimensional é a possibilidade de descobrir a estrutura relacional entre os grupos”, a partir do reconhecimento dos padrões de partição do espaço em regiões.

Um exame geral nos resultados da projeção SSA, apresentados pela Fig. 4.11, que compara os dois grupos de habitantes, nos informa de imediato que não foram distinguidas regiões no espaço, o que significa que estes grupos não podem ser diferenciados nas suas visões. As posições dos respondentes estão distribuídas de forma intercalada no espaço da projeção geométrica, com a maioria dos dois grupos se concentrando no canto superior, ligeiramente à esquerda. Os poucos respondentes restantes se distribuem mais distanciados entre si. Este resultado representa visões mais consensuais apresentada pela maioria dos dois grupos de habitantes, da qual se afasta ou divergem somente quatro habitantes de fora da Avenida e cinco da Avenida. Enfim, são visões mais compartilhadas entre os respondentes porque se baseiam em uma mesma realidade da experiência

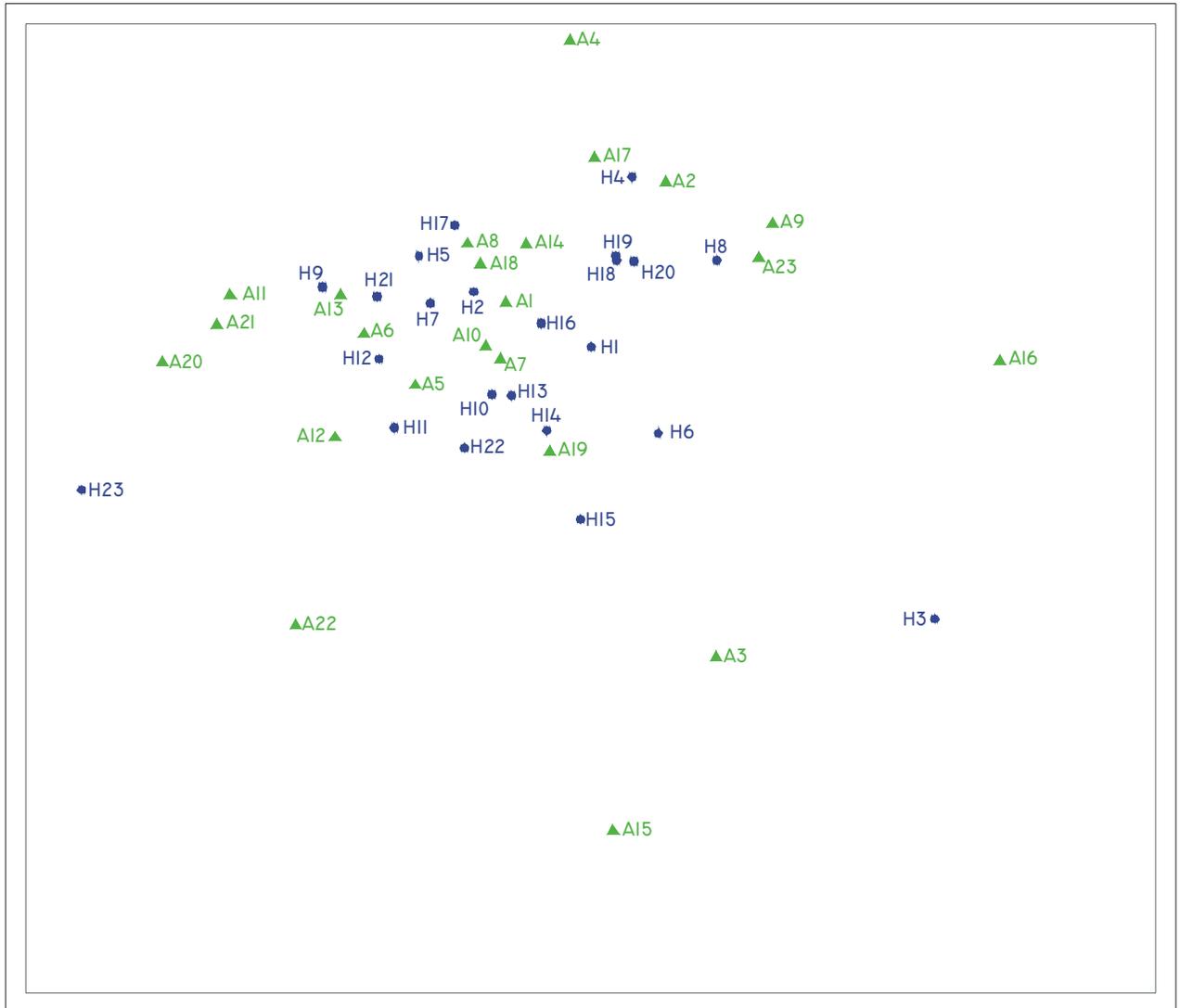
dos habitantes.

A Fig. 4.12, que compara os perfis dos habitantes da Avenida e arquitetos especialistas, por sua vez, mostra uma clara diferença entre os dois grupos de respondentes, evidenciando duas visões distintas. Há uma clara configuração modular das regiões: uma central representando a visão dos especialistas; e outra espalhada em volta desta primeira, representando a visão dos habitantes da Avenida. Poucos entre os especialistas, somente três deles, se afastam desta região central partilhada pela maioria do grupo e mais seis habitantes da Avenida, mostrando maior similaridade entre os perfis individuais dos primeiros, e poucas divergências entre eles. A estrutura relacional modular entre os dois grupos revela o papel regulador da visão dos especialistas sobre a visão dos habitantes da Avenida, fato compreensível por se tratar de um grupo de maior nível de instrução e permeável ao saber técnico das teorias da preservação, uma realidade própria dos especialistas, disseminada através de jornais, televisão e outras formas de comunicação.

O valor histórico marcante nas duas visões indica uma preponderância de um referencial ou conhecimento comum, oriundo do saber erudito, como determinante da visão técnica, própria dos arquitetos especialistas e por isso, mais compartilhada entre os membros do seu próprio grupo, mas também influente na visão dos habitantes da Avenida. Esta última baseia-se em realidades diferentes, ou seja, os respondentes deste grupo são influenciados tanto pela experiência quanto pelo conhecimento técnico, difundido pelos meios de comunicação, o que a torna mais diversificada entre os respondentes do próprio grupo e diferente da visão técnica.

No resultado da Figura 4.13, que compara os perfis dos habitantes de fora da Avenida e dos arquitetos especialistas estão os dois grupos que mais se diferenciam em suas visões. No lado superior da projeção, uma região mais fechada representa a visão dos arquitetos especialistas, que é penetrada em seu centro por alguns indivíduos do grupo dos habitantes de fora da Avenida, cuja região se desenvolve mais espalhada no lado oposto, na parte inferior da projeção. A estrutura relacional entre os dois grupos não aponta ordenamento ou influência de uma visão sobre a outra. Percebe-se sim, uma região intermediária que representa visões comuns entre representantes dos dois grupos, ou seja, visões consensuais em relação à preservação de algumas edificações do sítio histórico.

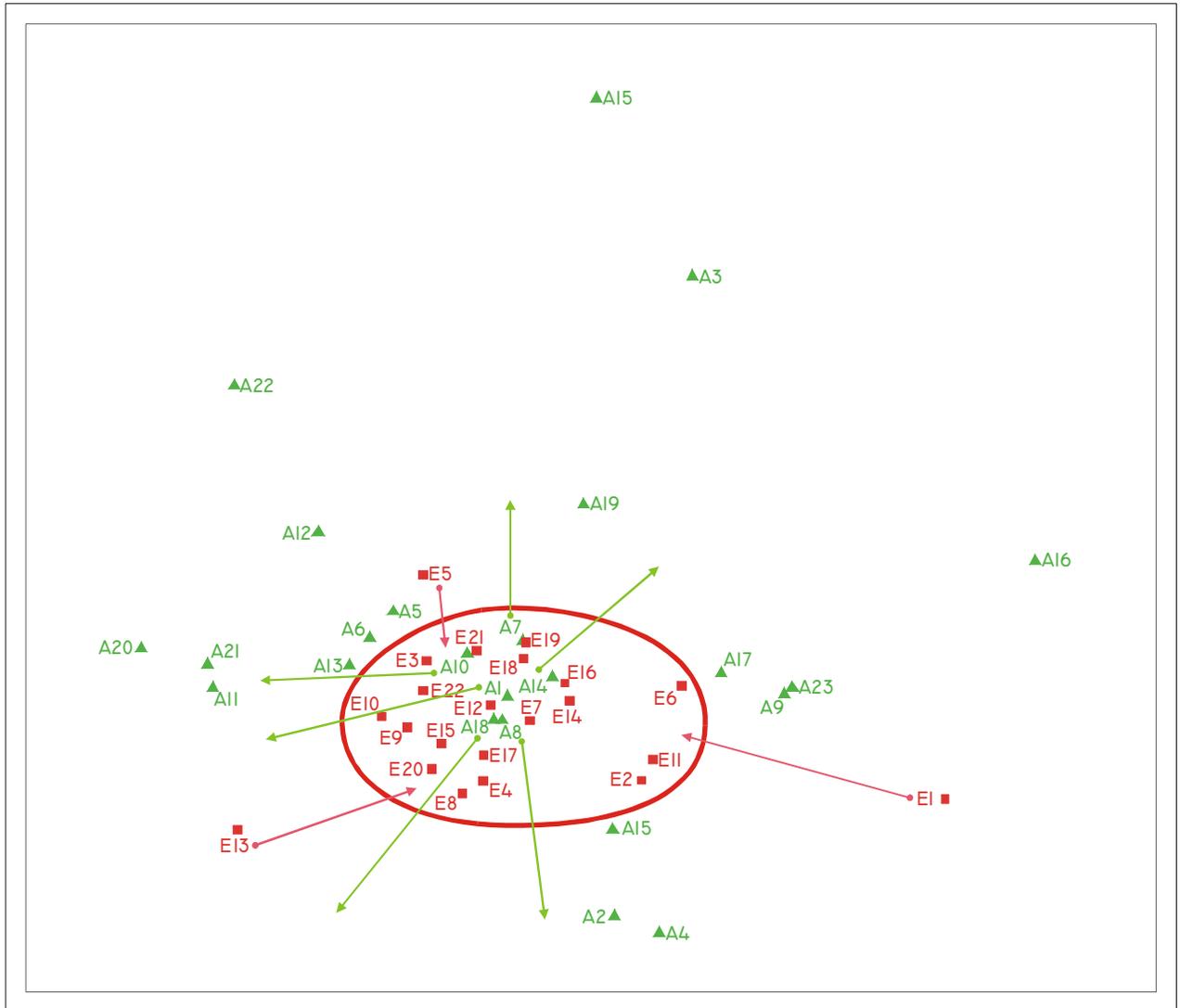
Mas, também é evidente a formação de duas regiões bem distintas, que traduzem com mais consistência, algumas conclusões já antecipadas nos resultados anteriores: a visão técnica mais coesa de um lado e a visão leiga mais diversificada do outro, ambas bastante coerentes com os perfis dos respectivos grupos de respondentes que representam. Este resultado pode ser interpretado como representações de dois julgamentos sobre a preservação, baseadas em realidades também distintas: uma baseada no conhecimento ou saber técnico, o que a torna mais consensual e, portanto, uma representação social emancipada; outra fundamentada na experiência do ambiente, bem mais heterogênea porque acompanha a realidade sócio-cultural de cada respondente, caracterizando-se assim, representações cognitivas individuais.



L E G E N D A

- ▲ habitantes da Avenida (A1 - A23)
- habitantes de fora da Avenida (H1 - H23)

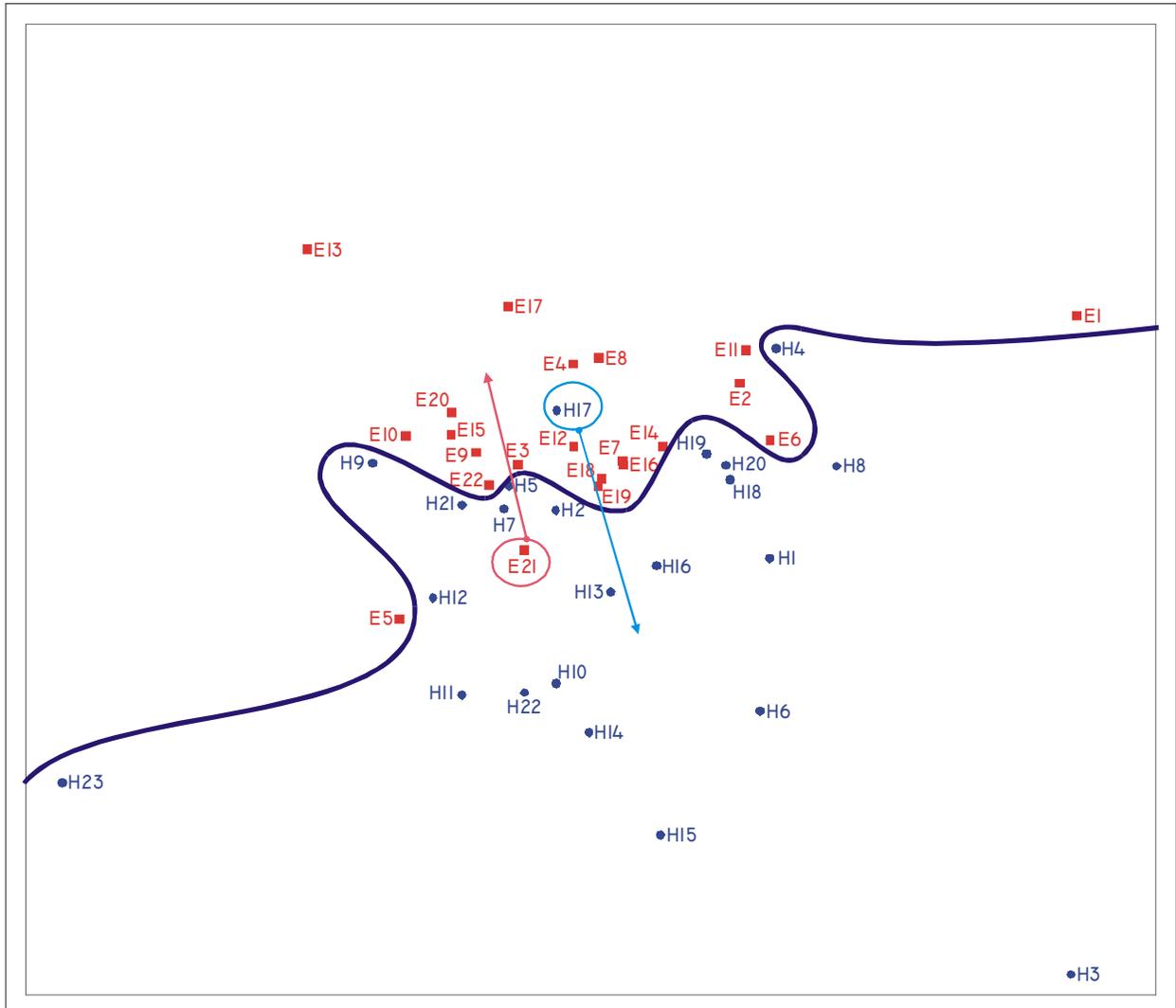
Figura 4.11 - SSA - Comparação dos perfis dos grupos de respondentes na Representação Social da Preservação das edificações do sítio histórico de Parnaíba: **habitantes da Avenida** x **habitantes de fora da Avenida**.



LEGENDA

- ▲ habitantes da Avenida (A1 - A23)
- arquitetos especialistas (E1 - E22)

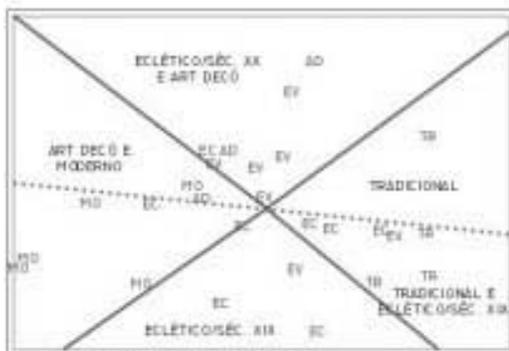
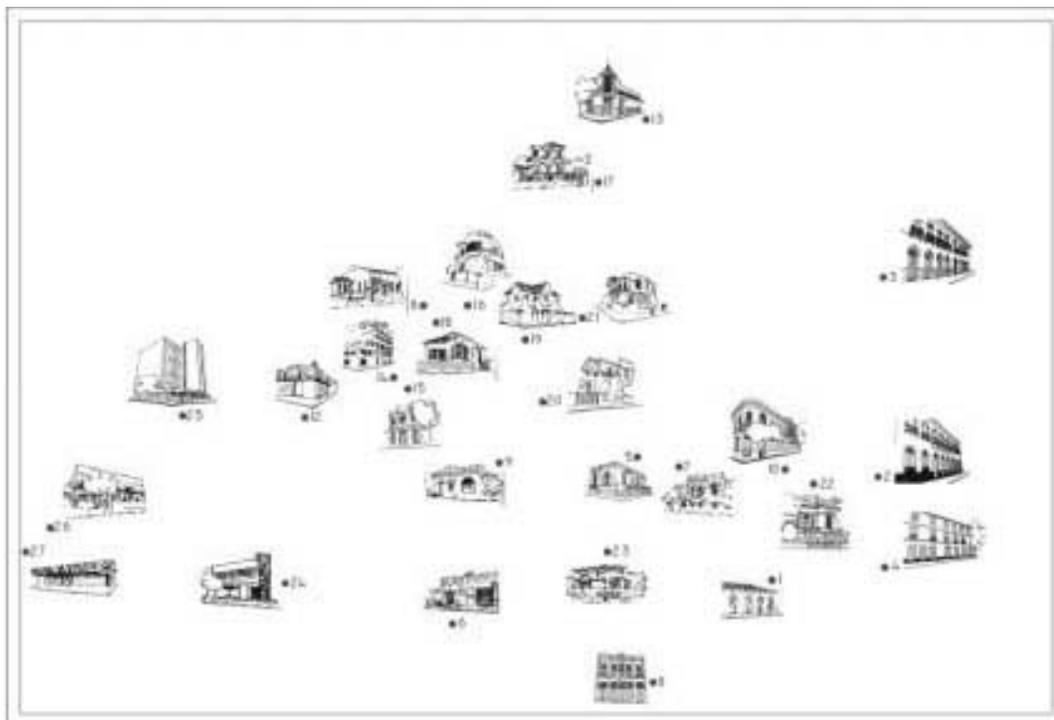
Figura 4.12 - SSA - Comparação dos perfis dos grupos de respondentes na Representação Social da Preservação das edificações do sítio histórico de Parnaíba: **habitantes da Avenida** x **arquitetos especialistas**.



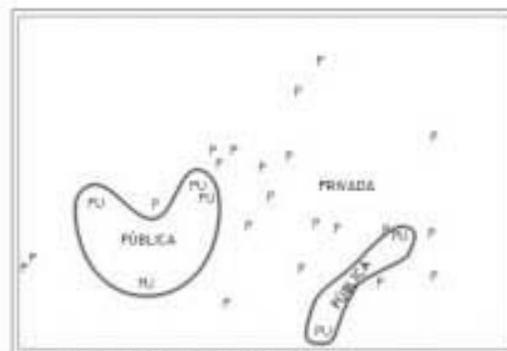
L E G E N D A

- arquitetos especialistas (E1 - E22)
- habitantes de fora da Avenida (H1 - H23)

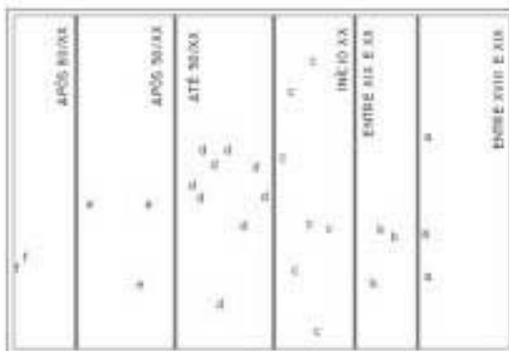
Figura 4.13 - SSA - Comparação dos perfis dos grupos de respondentes na Representação Social da Preservação das edificações do sítio histórico de Parnaíba: **arquitetos especialistas** x **habitantes de fora da Avenida**.



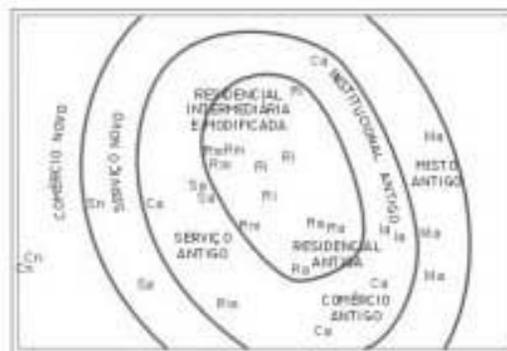
Faceta 1: ESTILO/FORMA



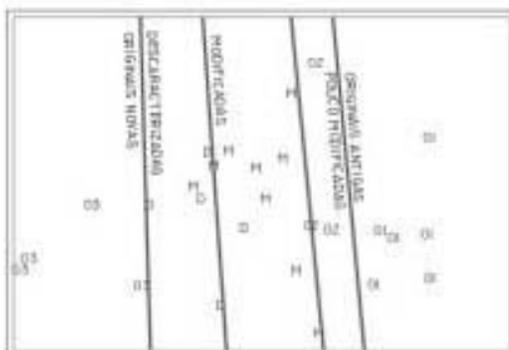
Faceta 2: PROPRIEDADE



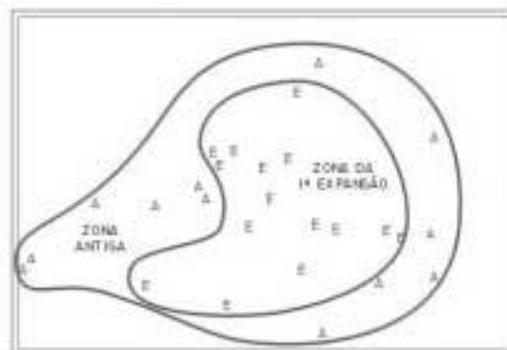
Faceta 3: ÉPOCA / IDADE



Faceta 4: USO

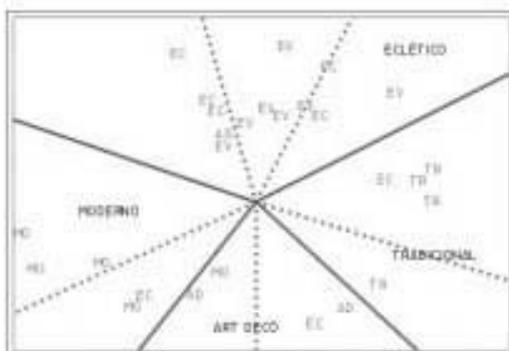


Faceta 5: CARACTERIZAÇÃO

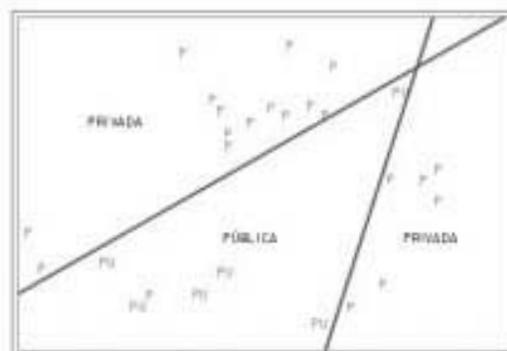


Faceta 6: LOCALIZAÇÃO

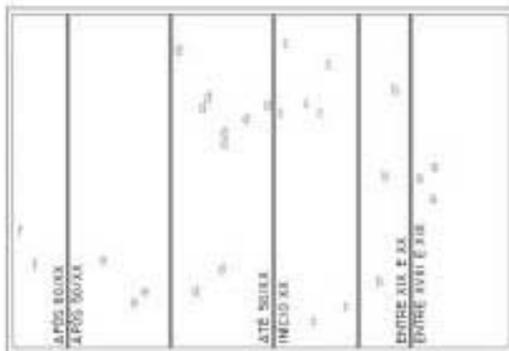
Figura 4.14 - SSA - Representações sociais da preservação das edificações do sítio histórico segundo habitantes de fora da Avenida.



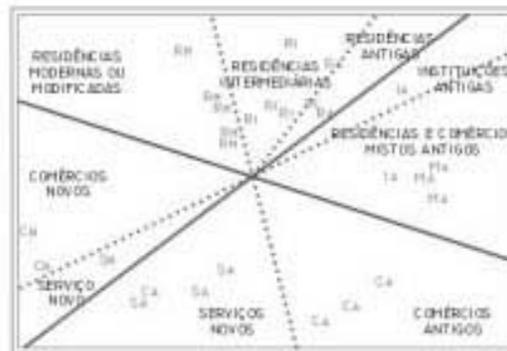
Faceta 1: ESTILO/FORMA



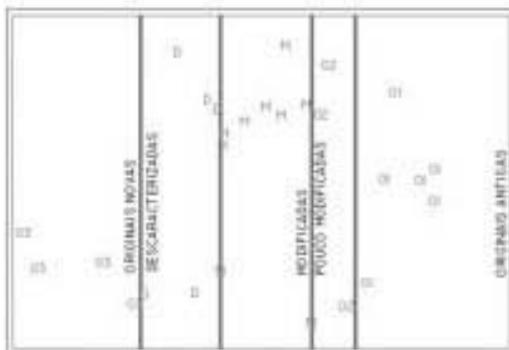
Faceta 2: PROPRIEDADE



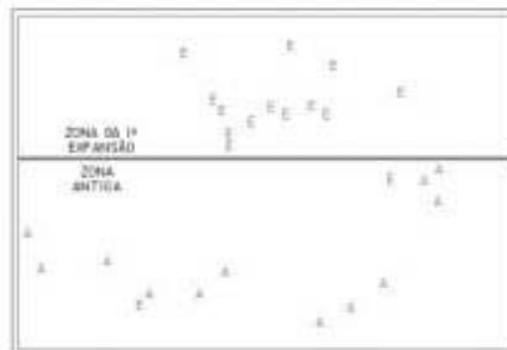
Faceta 3: ÉPOCA / IDADE



Faceta 4: USO



Faceta 5: CARACTERIZAÇÃO



Faceta 6: LOCALIZAÇÃO

Figura 4.15 - SSA - Representações sociais da preservação das edificações do sítio histórico segundo habitantes da Avenida.

Figura 4.17 - Representações sociais das edificações do sítio histórico de Parnaíba: relações entre As facetas Estilo, Propriedade, Época, Uso, Caracterização e Localização.

Faceta 1	Faceta 2	Faceta 3	Faceta 4	Faceta 5	Faceta 6
ESTILO/FORMA E	PROPRIEDADE P	EPOCAIDADE I	USO U	CARACTERIZAÇÃO C	LOCALIZAÇÃO L
Tradicional TR	Pública PU	XVIII/XIX a	Residência antiga Ra	Original antiga O1	Zona antiga A
Eclético / séc. XIX EC		XIX/XX b	Residência intermediária Ri	Pouco modificada O2	
Eclético / séc. XX EV		Início XX c	Residência modificada Rm	Modificada M	
Art Decó AD	Privada P	Artes 50/XX d	Comércio antigo Ca		Descaracterizada D
		Pós 50/XX e	Comércio novo Cn	Original nova O3	
Moderno MO			Institucional antigo Ia		Zona da 1ª expansão E
		Misto antigo Ma			
		Serviço antigo Sa			
		Pós 80/XX f	Serviço novo Sn		



	Edificação 01					
TR	P	b	Ca	O1	A	



	Edificação 02					
TR	P	a	Ma	O1	A	



	Edificação 03					
TR	P	a	Ma	O1	A	



	Edificação 04					
TR	P	a	Ma	O1	A	

Figura 4.17 - Representações sociais das edificações do sítio histórico de Parnaíba: relações entre As facetas Estilo, Propriedade, Época, Uso, Caracterização e Localização.

Faceta 1	Faceta 2	Faceta 3	Faceta 4	Faceta 5	Faceta 6
ESTILO/FORMA E	PROPRIEDADE P	EPOCAIDADE I	USO U	CARACTERIZAÇÃO C	LOCALIZAÇÃO L
Tradicional TR	Pública PU	XVIII/XIX a	Residência antiga Ra	Original antiga O1	Zona antiga A
Eclético / séc. XIX EC		XIX/XX b	Residência intermediária Ri	Pouco modificada O2	
Eclético / séc. XX EV		Início XX c	Residência modificada Rm	Modificada M	
Art Decó AD	Privada P	Antes 50/XX d	Comércio antigo Ca	Descharacterizada D	Zona da 1ª expansão E
Moderno MO		Pós 50/XX e	Comércio novo Cn		
			Pós 80/XX f	Misto antigo Ma	
			Serviço antigo Sa		
			Serviço novo Sn		



	Edificação 05					
EC	P	c	Ra	O2	E	

	Edificação 06					
EC	P	d	Rm	D	E	



	Edificação 07					
EC	P	c	Ra	O2	E	

	Edificação 08					
EC	P	d	Rm	D	E	

Figura 4.17 - Representações sociais das edificações do sítio histórico de Parnaíba: relações entre As facetas Estilo, Propriedade, Época, Uso, Caracterização e Localização.

Faceta 1	Faceta 2	Faceta 3	Faceta 4	Faceta 5	Faceta 6
ESTILO/FORMA E	PROPRIEDADE P	EPOCAIDADE I	USO U	CARACTERIZAÇÃO C	LOCALIZAÇÃO L
Tradicional TR	Pública PU	XVIII/XIX a	Residência antiga Ra	Original antiga O1	Zona antiga A
Eclético / séc. XIX EC		XIX/XX b	Residência intermediária Ri	Pouco modificada O2	
Eclético / séc. XX EV		Início XX c	Residência modificada Rm	Comércio antigo Ca	
Art Decó AD	Privada P	Antes 50/XX d	Comércio novo Cn	Descaracterizada D	
Moderno MO		Pós 50/XX e	Institucional antigo Ia		Original nova O3
		Pós 80/XX f	Misto antigo Ma	Zona da 1ª expansão E	
			Serviço antigo Sa		
			Serviço novo Sn		



	Edificação 09					
EC	P	d	Rm	D	E	



	Edificação 10					
EC	P	b	Ia	O1	E	



	Edificação 11					
EC	PU	c	Ca	M	A	



	Edificação 12					
EC	P	e	Ca	D	A	

Figura 4.17 - Representações sociais das edificações do sítio histórico de Parnaíba: relações entre As facetas Estilo, Propriedade, Época, Uso, Caracterização e Localização.

Faceta 1	Faceta 2	Faceta 3	Faceta 4	Faceta 5	Faceta 6
ESTILO/FORMA E	PROPRIEDADE P	EPOCAIDADE I	USO U	CARACTERIZAÇÃO C	LOCALIZAÇÃO L
Tradicional TR	Pública PU	XVIII/XIX a	Residência antiga Ra	Original antiga O1	Zona antiga A
Eclético / séc. XIX EC		XIX/XX b	Residência intermediária Ri	Pouco modificada O2	
Eclético / séc. XX EV		Início XX c	Residência modificada Rm	Modificada M	
Art Decó AD	Privada P	Antes 50/XX d	Comércio antigo Ca	Descaracterizada D	Zona da 1ª expansão E
Moderno MO		Pós 50/XX e	Comércio novo Cn		
			Pós 80/XX f	Misto antigo Ma	
			Serviço novo Sn		



	Edifício 13					
	AD	P	c	Ca	O2	A



	Edifício 14					
	MO	PU	d	Sa	M	A



	Edifício 15					
	AD	PU	d	Sa	D	A



	Edifício 16					
	AD	P	d	Rm	M	E

Figura 4.17 - Representações sociais das edificações do sítio histórico de Parnaíba: relações entre As facetas Estilo, Propriedade, Época, Uso, Caracterização e Localização.

Faceta 1	Faceta 2	Faceta 3	Faceta 4	Faceta 5	Faceta 6
ESTILO/FORMA E	PROPRIEDADE P	EPOCAIDADE I	USO U	CARACTERIZAÇÃO C	LOCALIZAÇÃO L
Tradicional TR	Pública PU	XVIII/XIX a	Residência antiga Ra	Original antiga O1	Zona antiga A
Eclético / séc: XIX EC		XIX/XX b	Residência intermediária Ri	Pouco modificada O2	
Eclético / séc: XX EV		Início XX c	Residência modificada Rm	Modificada M	
Art Decó AD	Privada P	Antes 50/XX d	Comércio antigo Ca		Descaracterizada D
			Comércio novo Cn		
Moderno MO		Pós 50/XX e	Institucional antigo Ia	Original nova O3	
			Misto antigo Ma		
	Pós 80/XX f	Serviço antigo Sa			
		Serviço novo Sn			



	Edificação 17				
EV	P	c	Ri	M	E



	Edificação 18				
EV	P	d	Rm	M	E



	Edificação 19				
EV	P	d	Ri	M	E



	Edificação 20				
EV	P	d	Ri	O2	E

Figura 4.17 - Representações sociais das edificações do sítio histórico de Parnaíba: relações entre As facetas Estilo, Propriedade, Época, Uso, Caracterização e Localização.

Faceta 1	Faceta 2	Faceta 3	Faceta 4	Faceta 5	Faceta 6
ESTILO/FORMA E	PROPRIEDADE P	EPOCAIDADE I	USO U	CARACTERIZAÇÃO C	LOCALIZAÇÃO L
Tradicional TR	Pública PU	XVIII/XIX a	Residência antiga Ra	Original antiga O1	Zona antiga A
Eclético / séc. XIX EC		XIX/XX b	Residência intermediária Ri	Pouco modificada O2	
Eclético / séc. XX EV		Início XX c	Residência modificada Rm	Modificada M	
	Privada P	Artes 50/XX d	Comércio antigo Ca		Descaracterizada D
Pós 50/XX e		Comércio novo Cn	Original nova O3		
		Pós 80/XX f		Institucional antigo Ia	
Art Decó AD			Misto antigo Ma		Zona da 1ª expansão E
Moderno MO			Serviço antigo Sa		
			Serviço novo Sn		

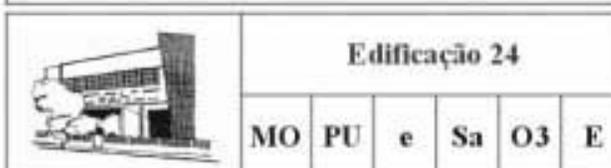
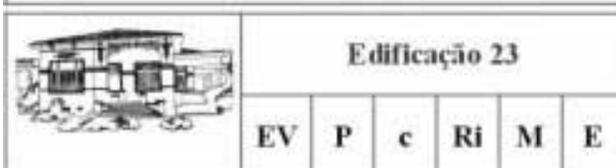
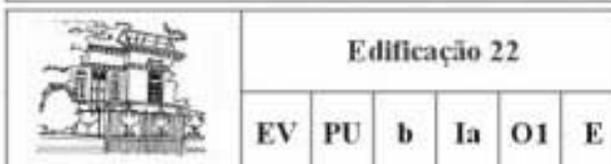
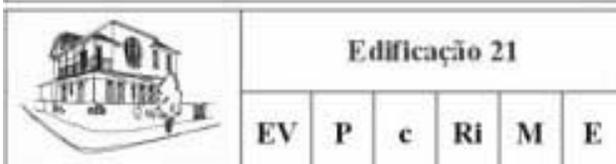


Figura 4.17 - Representações sociais das edificações do sítio histórico de Parnaíba: relações entre As facetas Estilo, Propriedade, Época, Uso, Caracterização e Localização.

Faceta 1	Faceta 2	Faceta 3	Faceta 4	Faceta 5	Faceta 6
ESTILO/FORMA E	PROPRIEDADE P	EPOCAIDADE I	USO U	CARACTERIZAÇÃO C	LOCALIZAÇÃO L
Tradicional TR	Pública PU	XVIII/XIX a	Residência antiga Ra	Original antiga O1	Zona antiga A
Eclético / séc: XIX EC		XIX/XX b	Residência intermediária Ri	Pouco modificada O2	
Eclético / séc: XX EV		Início XX c	Residência modificada Rm	Modificada M	
Art Decó AD	Privada P	Artes 50/XX d	Comércio antigo Ca	Descaracterizada D	Zona da 1ª expansão E
Moderno MO		Pós 50/XX e	Comércio novo Cn		
			Institucional antigo Ia	Original nova O3	
		Misto antigo Ma			
		Pós 80/XX f	Serviço antigo Sa		
			Serviço novo Sn		



	Edifício 25					
	MO	PU	e	Sn	O3	A

	Edifício 26					
	MO	P	f	Cn	O3	A



	Edifício 27					
	MO	P	f	Cn	O3	A

Conclusão

No processo de seleção que envolve a construção de um patrimônio cultural, ao lado de seu valor utilitário e econômico são feitas referências que o liga a um tempo e a um espaço, a uma organização social, a sistemas simbólicos. Quando é oficializado o seu reconhecimento como um bem patrimonial por uma instituição estatal esse valor simbólico assume uma referência de identidade coletiva ligada ou à nação, ou ao estado ou ao município. (FONSECA, 1997: 19; 38)

Como foi observado nos primeiros capítulos deste trabalho, desde o surgimento e a consolidação da doutrina patrimonial os valores eleitos como critérios na seleção do que preservar são estudados e identificados por intelectuais, por meio do Estado, que sempre utilizaram o discurso legitimador de representações da nacionalidade para justificar as escolhas daqueles bens culturais a serem institucionalmente reconhecidos e protegidos. Mas, hoje, quando o enfoque da preservação é

extremamente ampliado para o ambiente construído da cidade, numa visão integrada com o ambiente natural e o patrimônio imaterial, é o momento em que o Estado vem perdendo seu papel de principal gestor do espaço urbano. Além disso, a oficialização da preservação dentro deste novo enfoque provoca uma interferência muito maior na vida das pessoas e, para alguns autores, aponta a necessidade de considerar a visão dos atores sociais na implementação de qualquer ação nesta área.

Tendo em vista de que “a *tendência atual é a de entender o patrimônio cultural em seu sentido mais amplo, abarcando todos os signos que documentem as atividades e logros dos seres humanos ao longo do tempo*”, ao qual se associam diferentes valores, dependendo do contexto, vários documentos internacionais, particularmente uma série de Recomendações e Convenções da UNESCO, postulam sua caracterização e a de seus valores como base para o estabelecimento de uma política de proteção e tratamento. (FEILDEN, JOKILEHTO; 1995: 29-30).

Foi com este sentido estratégico que se desenvolveu a presente investigação, escolhendo como contexto empírico o sítio histórico, não oficializado, de Parnaíba, cidade de ocupação antiga do litoral do Piauí, surgida no século XVIII, durante o apogeu da economia do gado no nordeste brasileiro. Obter um melhor entendimento dos conceitos de um sítio histórico e de sua preservação entre os habitantes e os especialistas em preservação arquitetônica e urbanística, através dos valores associados à imagem que as pessoas possuem deste sítio, ou seja, das suas representações sociais, foi o seu objetivo. Em busca deste entendimento estabeleceu-se a hipótese da existência de representações peculiares a cada grupo para, em seguida, fazer um paralelo entre as mesmas. Assim, a visão técnica e a visão leiga da preservação de sítios históricos seriam supostamente construídas por processos diferentes, mas ambas a partir dos componentes que caracterizam as edificações destes ambientes, usados livremente pelas pessoas como critérios de avaliação.

A preservação para os habitantes de Parnaíba é ainda um conceito abstrato dada a ausência de proteção oficial do sítio histórico. Contudo, valores sócio-culturais e econômicos associados à experiência, conhecimento histórico, afetividades e simbolismos locais fundamentariam a visão leiga da preservação, que reconhece a necessidade de preservar certas edificações.

O processo de construção dos arquitetos especialistas seria uma representação técnica, uma leitura referenciada por um conhecimento teórico, disseminado através dos princípios práticos das cartas patrimoniais, que, por sua vez, utiliza os valores culturais - artístico, histórico, antiguidade, arquitetônico, urbanístico etc - pressupostos das teorias da preservação.

Empregando a Teoria das Facetas, de grande validade na área de avaliação ambiental, uma sentença estruturadora do conceito de preservação foi formulada para evidenciar a descrição dos múltiplos componentes das edificações de um sítio histórico que seriam determinantes na sua formação. As hipóteses relacionadas aos componentes/facetas basearam-se nas teorias modernas da preservação, orientadoras duma prática contumaz entre os profissionais do patrimônio de considerar certos componentes do ambiente, tais como *estilo/época, uso, caracterização, conservação, propriedade, localização* (homogeneidade, fragmentação) critérios para a seleção do que preservar.

Como instrumento de coleta de dados foi utilizado o processo da classificação, próprio da teoria das representações sociais, como mecanismo básico de geração das representações. Fotografias das edificações do eixo estruturador do sítio histórico de Parnaíba foram utilizadas como elementos de classificação pela população da pesquisa para captar o conteúdo das representações dos respondentes quanto à preservação deste sítio histórico e analisar o seu nível de consenso.

As análises dos dados coletados através das técnicas estatísticas multidimensionais, a Análise Escalonar Multidimensional – MSA- e a Análise da Estrutura de Similaridade - SSA- foram bastante profícuas quanto aos conceitos investigados nos dois grupos de respondentes.

A primeira técnica, usada para a análise das classificações livres, preserva a integridade dos dados qualitativos e facilita a interpretação dos resultados, através da sua visualização em um espaço geométrico. Ela produziu resultados que confirma a eficiência deste método de classificação para captar os construtos conceituais das pessoas sobre um assunto de natureza complexa como o da presente pesquisa.

As evidências empíricas mostraram que os conceitos que as pessoas têm das edificações de um sítio histórico são, na verdade, subjacentes às explicações que deram para suas categorizações, especialmente o grupo que melhor representa a visão leiga, dos habitantes de fora da Avenida, pela riqueza dos critérios observados em sua experiência com o ambiente. Esta riqueza, inclusive, foi pronunciada pela primeira reação dos moradores ao serem apresentados às fotos para classificação, identificando as edificações, os proprietários, o nome do estabelecimento, a função que ali era exercida, ou até mesmo, fornecendo dados históricos sobre o prédio ou sua função na cidade.

Foi demonstrado que tanto para os habitantes quanto para os arquitetos especialistas a *época/idade* das edificações é um critério fundamental na captação da imagem do sítio histórico, como um valor de mais fácil captação visual pela maioria das pessoas devido ao desgaste natural dos objetos, independente de análise científica ou erudição. Confirma assim, a grande importância dos valores solidários a este critério, tais como o valor de antiguidade, estudado com perspicácia por Riegel ou o valor documental, ambos pressupostos pelas teorias modernas da preservação.

Esta grande influência na formação do conceito do sítio histórico contraria a hipótese inicial, que colocou a faceta *época/idade* de forma subjacente ao *estilo/forma* quando, na realidade, ela se mostrou muito mais marcante na captação pelos respondentes da pesquisa. Devido à facilidade na sua captação e o impacto que produz na imagem do ambiente esta faceta teve nas duas visões um papel importante na formação dos conceitos das edificações, evidenciado pela estrutura geral das partições do espaço nas projeções de cada grupo de respondentes.

As projeções mostraram configurações espaciais bastante semelhantes, todas se aproximando da forma de um arco de ferradura, em um *continuum* que mostra uma noção subtendida de uma hierarquia espacial dos critérios que fundamentam estes conceitos. Todas as regiões foram distribuídas segundo uma ordenação formal e temporal, das edificações mais novas e modernas, posicionadas no extremo inferior de um *continuum*, para as mais antigas e tradicionais, no extremo

superior do mesmo.

Na visão leiga, representada pelos habitantes de fora da Avenida, a estrutura geral da configuração, uma linha em arco determinada pela idade das edificações, que varia de acordo com a direção ascendente da direita para esquerda, é bastante deformada. Isto foi interpretado como uma visão mais susceptível à influência de outros critérios nas inter-relações das regiões, como o *uso* e a *caracterização*. O *estilo/forma* influenciou a categorização dos habitantes quanto à estrutura geral das regiões dispostas ao longo desta linha de arco ascendente, mas somente como um tributário do critério *idade*. Ao contrário da *idade*, esta faceta exigiu maior refinamento e distinção de caráter técnico na sua captação, pois se manifesta mais claramente nas diferenças internas dentro das próprias regiões.

A projeção dos arquitetos especialistas, representante da visão técnica, foi a que mais se aproximou da forma da ferradura, mostrando a linha do arco mais perfeita entre todas. Ela mostra as edificações ao lado de uma linha curva, praticamente sem deformação, interpretada como uma ordenação hierárquica mais definida e marcante, em consequência do perfil mais homogêneo do grupo, sobretudo, pela formação superior comum na área de conhecimento da preservação arquitetônica e urbanística. Ainda aqui o critério *época/idade* das edificações é determinante na imagem do sítio, mas o critério *estilo/forma* se mostra mais influente, sobretudo na estrutura interna das regiões de maior similaridade, fazendo diferenciações formais das edificações dentro das regiões.

Através da técnica da SSA, usada na análise das classificações dirigidas, para avaliar a importância da preservação das edificações do sítio histórico, as hipóteses iniciais foram parcialmente confirmadas quanto aos critérios/componentes ou facetas que se imaginaram influentes na composição interna do conceito de preservação e quanto aos construtos conceituais especificados como elementos de algumas destas facetas. Mas, à medida que contrariava algumas hipóteses, revelava novos critérios considerados pela população da pesquisa na preservação das edificações.

O teste das facetas mostrou quais os componentes do ambiente constituem critérios atuantes na formação dos conceitos das pessoas quanto à preservação das edificações e como eles atuam nesta formação. Foi evidenciada a existência de uma relação hierárquica entre os elementos dos critérios *época/idade*, *caracterização* e *localização* na visão técnica e visão leiga e entre os elementos do critério *uso* na visão leiga. Por outro lado, o critério *estilo/forma* nas duas visões, bem como *uso* e *propriedade* na visão técnica mostraram-se consistentes na estruturas internas dos conceitos, mas somente para a captação das diferenças qualitativas entre as edificações, sem implicação de ordem ou hierarquia entre as mesmas.

As facetas *época/idade* e *caracterização* apresentaram desempenhos extremamente semelhantes na formação do conceito de preservação das edificações. Devido ao papel hegemônico que exercem nas visões de todos os grupos, tanto na visão técnica quanto na leiga, elas podem ser vistas como representações culturais.

Além de evidenciar o conteúdo das representações sociais do conceito de preservação, da sua composição interna, isto é, dos elementos ou variáveis influentes nas visões tanto dos habitantes

quanto dos especialistas, a técnica da SSA fundamentada na Teoria das Facetas, permitiu ainda, através da contigüidade regional, avaliar a extensão social deste conceito.

A comparação das visões entre arquitetos especialistas e habitantes quanto à preservação das edificações, de acordo com os resultados da comparação dos perfis dos grupos de respondentes, feita de um grupo em relação ao outro, indica maior consenso entre os próprios grupos, sendo que os especialistas formam o grupo que demonstra possuir um maior compartilhamento em sua visão do que preservar, baseada na realidade do conhecimento técnico, podendo esta visão ser considerada uma representação social emancipada.

O grupo de habitantes de fora da Avenida demonstrou maior susceptibilidade a outros critérios como determinantes de sua visão, revelando-se mais rica e diversificada e, conseqüentemente, uma visão menos consensual. Como é uma visão fundamentada na experiência do ambiente, torna-se bem mais heterogênea porque acompanha a realidade sócio-cultural de cada respondente, caracterizando-se assim, representações cognitivas individuais. Este grupo apresenta o perfil mais heterogêneo em relação aos demais e identifica-se com uma parcela maior da população de Parnaíba, aproximando-se da sua média, o que o qualifica como representante da visão leiga.

Mas, há também indicações de consenso entre a visão técnica e a visão leiga em relação a várias edificações, assim como em relação aos aspectos que justificam sua preservação, o que os torna representações sociais. A maioria dos respondentes concorda, por exemplo, que as edificações de números 1, 2, 3, 4, são tradicionais, construídas entre os séculos XVIII e XIX, originais antigas e como tais possuem grande importância para a preservação do sítio histórico. No extremo oposto, a maioria também concorda na captação das edificações de números 25, 26 e 27 como modernas, construídas após os anos 50 do século XX, originais novas, ou seja, substituições de edificações antigas desaparecidas e, por isso, não devem ser preservadas. Tais representações estão bastante consolidadas nas visões de um significativo número de respondentes de todos os grupos, qualificando-as como representações abrangentes e por conseqüência, hegemônicas ou culturais.

De um modo geral, os consensos mais evidentes quanto à preservação são aqueles relativos às edificações mais antigas da cidade que documentam a época do apogeu econômico do charque. Outras menos antigas possuem consenso quanto à sua importância para a preservação nas duas visões, mas por motivos diferentes: algumas pelo uso institucional de tradicional importância para os habitantes enquanto avaliadas pela originalidade, representatividade ou singularidade dos seus estilos pelos especialistas, caso das edificações 10, 13 e 22; outras como edificações de uso residencial que, possuidoras de valor histórico e artístico na visão técnica, são traduzidas pelo processo da ancoragem como antigas e bonitas, na visão leiga dos habitantes. Foram estas as palavras mais usadas por este grupo de respondentes para justificar as razões do julgamento favorável à preservação da maioria das edificações assim classificadas.

A essas representações abrangentes contrapõe-se a representação da maioria dos arquitetos especialistas relativa à edificação de número 24 que, neste caso, pode ser vista como uma representação emancipada, pela especificidade de um saber técnico compartilhado por um grupo menor e a autonomia

em relação restante da população da pesquisa. Esta edificação quebra o paradigma existente no conceito de preservação da população da pesquisa de que o mais antigo deve ser preservado e o mais moderno não, pois foi captada pelo grupo dos arquitetos especialistas como de grande importância para a preservação, apesar de mais nova e um exemplar modernista.

Na visão leiga, as edificações mais polêmicas quanto ao interesse em preservar são as de número 9, 20, 15 e 8, tanto pela simplicidade quanto pela ambigüidade na captação dos seus valores, esta última característica provocada pela mudança no desenho decorrente da substituição do uso original, que as aproximam das edificações mais novas. Os especialistas discordam quanto às edificações 23 e 25, 17 e 14, duas modernas e duas ecléticas de traços predominantemente neocoloniais, consideradas polêmicas porque valorizadas por alguns por seu caráter documental e desvalorizadas por outros pela vulgaridade do estilo e ausência de antiguidade.

Os resultados obtidos mostraram que o sistema de classificação é extremamente eficiente na seleção das edificações a preservar, categorizando-as de acordo com diferentes graus de importância dentro deste conceito, privilegiando a individualidade arquitetônica. A noção de conjunto urbano, apesar dos cuidados em se apresentar mapas e conjuntos de fotos como contextualização das edificações a serem classificadas aos respondentes especialistas, grupo que não tinha o mesmo conhecimento *in locu* dos habitantes sobre o sítio histórico de Parnaíba, não foi evidenciado como um critério importante para a preservação. Mas, mesmo privilegiando a individualidade arquitetônica, o sistema não impediu que alguns especialistas considerassem o critério da homogeneidade quanto a este aspecto para explicar a importância de determinadas edificações para a preservação. Assim, para estes especialistas certas edificações foram classificadas como importantes, principalmente, por fazerem parte de um conjunto de representações arquitetônicas de determinada época ou estilo localizado na Avenida Presidente Vargas, e não por seus valores individuais.

Ao utilizar o eixo estruturador do sítio histórico de Parnaíba como representante das suas particularidades enquanto conjunto urbano, esta noção ficou subtendida ao longo da via. Como pressuposto da investigação empírica, ficou difícil de ser evidenciada como critério de preservação em ambos os grupos através da metodologia da classificação empregada, até mesmo entre os especialistas, o que não era de se esperar.

Extremamente valorizada pelas teorias modernas de preservação, esta noção só foi primariamente testada através de duas zonas - antiga e de primeira expansão - cuja distinção foi captada tanto pelos habitantes quanto pelos especialistas, através de suas características urbanísticas, arquitetônicas, do seu uso e época singulares. Os resultados empíricos revelaram, inclusive, uma relação hierárquica entre estas duas zonas na definição do que preservar nas visões dos dois grupos da população da pesquisa: entre os especialistas a primazia é da zona antiga; entre os habitantes, esta foi dada à zona de primeira expansão.

No entanto, em decorrência da maneira como foi testada a importância da noção de conjunto urbano para a preservação, os resultados obtidos não implicam numa delimitação imediata da área urbana a ser protegida. Sua aplicação prática na definição de uma política específica neste caso

exige a busca de medidas alternativas que a viabilizem.

Neste sentido, uma das alternativas possíveis seria a realização de um diagnóstico por amostragem, que daria fundamento para o traçado do perímetro do conjunto urbano de Parnaíba ou outro qualquer a ser preservado. Enfim, o critério para o estabelecimento deste traçado seria o de envolver as áreas urbanas que apresentassem edificações semelhantes às aquelas classificadas como relevantes para a preservação. Evidentemente, uma outra alternativa seria o aprimoramento da metodologia de captação e análise dos dados para estabelecer especificamente a importância da noção de conjunto urbano como critério de preservação na visão técnica e na visão leiga. A eficiência da combinação de métodos e técnicas empregada no alcance da maioria dos objetivos desta investigação e sua flexibilidade, notadamente a propiciada pela classificação livre, certamente abre perspectivas para outras investigações empíricas neste campo da preservação.

Também de particular relevância para o estabelecimento de políticas e práticas patrimoniais é o resultado da investigação que demonstra o importante papel do uso residencial na formação da imagem do sítio histórico na visão leiga dos habitantes. É na zona da primeira expansão do tecido urbano, além do núcleo original, que ainda preserva a função residencial, ao contrário da zona antiga, tradicionalmente voltada para o comércio desde o tempo da economia do charque, que a população de Parnaíba reconhece a identidade da cidade, ou seja, é ali que se forma a sua imagem. Isto reforça e valida uma tendência que vem se tornando cada vez mais comum entre os especialistas da área de conservação urbana, de considerar a habitação associada a outros usos, como neste trecho considerado, pressupostos para a sustentabilidade de qualquer sítio histórico, assim como é para qualquer outra área de uma cidade, tanto na sua dimensão sócio-cultural quanto econômica.

A incorporação e o envolvimento das comunidades na preservação das suas áreas históricas, embora estejam sendo consideradas como pressupostos da mais recente ação governamental na área patrimonial, representada pelo programa MONUMENTA, ainda é uma noção de participação bastante cerceadora, uma vez que limita a aplicação de recursos somente às áreas tombadas a nível federal, cujas seleções foram sempre feitas a partir de uma visão técnica.

A presente investigação demonstrou que na construção do patrimônio de um sítio histórico existem representações consensuais entre a visão técnica e a visão leiga, pontos em comum que devem ser destacados na adoção das políticas oficiais. Isto não significa que os demais valores e representações sociais evidenciados pela investigação devam ser desconsiderados.

Representações emancipadas, determinadas tanto pelo saber técnico quanto pela experiência dos habitantes devem ser interpretados como valores enriquecedores do processo e envidados esforços no sentido de torná-los consensuais nos dois grupos. Para os especialistas, a via mais adequada para atingir este consenso é a investigação empírica, tal qual a que aqui se desenvolveu. Para os habitantes, a educação patrimonial balizada pelas evidências empíricas tornaria mais fácil a obtenção do consenso em torno da preservação de valores distanciados da sua vivência cotidiana.

- DELSON, Roberta Marx (1997) *Novas Vilas para o Brasil-Colônia: Planejamento Espacial e Social no Século XVIII*. Brasília: Ed. ALVA-CIORD, C1979.
- DOMINGOS NETO, Manuel. (1982) Reflexão em torno da estagnação de Parnaíba. In *Almanaque da Parnaíba, 1982*. Parnaíba: Editora Ranulpho Torres Raposo.
- DOMINGOS SOBRINHO, M. D. (1998) “Habitus“ e Representações Sociais: questões para o estudo de identidades coletivas. In MOREIRA, A. S. P. & OLIVEIRA, D.C. (org.) *Estudos Interdisciplinares de representação Social*. Goiânia: AB.
- FABRIS, Annateresa, et a (1987) *Ecletismo na Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Nobel, Edusp.
- FARR, Robert M. (1994). Representações Sociais: a teoria e sua história. In GUARESCHI, p. & JOVCHELOVITCH, S. (org.) *Textos em Representações Sociais*. Petrópolis: Vozes.
- FEATHERSTONE, Mike (1995) *O desmanche da cultura: globalização, pós-modernismo e identidade*. São Paulo: Nobel.
- FEILDEN, Bernard M., JOKILEHTO, Jukka (1995). *Manual para el Manejo de los Sitios Culturales del Patrimonio Mundial. Versión actualizada y corregida*. Bogotá: Instituto Colombiano de Cultura-Colcultura subdirección de Património.
- FONSECA, M. C. L. (1997) *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ / IPHAN.
- GONÇALVES, José Reginaldo. (1988) Autenticidade, Memória e Ideologias Nacionais. In *Estudos Históricos*, vol. 1,n. 2, pp. 264-275. Rio de Janeiro.
- GUARESCHI, P. A. (1994) “Sem dinheiro não há salvação: ancorando o bem e o mal entre pentecostais”. In GUARESCHI, p. & JOVCHELOVITCH, S. (org.) *Textos em Representações Sociais*. Petrópolis: Vozes.
- HARDOY, Jorge. (1986) A cidade latino-americana: a vigência dos centros históricos. In *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 21, pp. Rio de Janeiro: SPHAN/Pró-Memória.
- IBGE (1984) *Parnaíba. Coleção de monografias municipais*. Nova série, nº 331. Rio de Janeiro: IBGE.
- (1985) *Censos econômicos de 1985-Municípios*. Cidade: IBGE.
- (1996) *Censo 1996*. Cidade: Paranaíba.
- IPAM (1979) *Diagnóstico Municipal. Parnaíba I.Série:Um município piauiense*. Teresina: SEPLAN/IPAM.
- ITO, Nabuo (1995) Le concept d’authenticité inhérent au Patrimoine culturel en Asie et au Japon. In *Conference de Nara sur l’authenticité dans le cadre de la Convencion du Patrimoine Mondial*, pp. Japon; UNESCO/ Centre du Patrimoine Mondial/ Direction des Affaires Culturelles/ ICCROM/ ICOMOS.
- JOKILEHTO, Jukka (1995) Compte-rendu de la séance In *Conference de Nara sur l’authenticité dans le cadre de la Convencion du Patrimoine Mondial*. Japon; UNESCO/ Centre du Patrimoine Mondial/ Direction des Affaires Culturelles/ ICCROM/ ICOMOS.
- LACERDA, Norma (1999) *Os valores das estruturas ambientais urbanas*. Recife: mimeo.
- LAMAS, José M. Ressano (1992) *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian - JNICT.

- LANDAU, B.; MOTTA, L.; CHUVA, M. ; SIVA, M. B. S. R; PINHEIRO, M. F. (2000) *Inventário Nacional de Bens Imóveis : sítios urbanos tombados*. Manual de Preenchimento, versão; novembro de 2000. Brasília: IPHAN –DID.
- LOPES, Rodrigo (1998) *A cidade intencional: o planejamento estratégico de cidades*. Rio de Janeiro: Mauad.
- MAGALHÃES, Aloísio de (1997) *E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.
- MELO, Denise Madsen (1998) Patrimônio e Planejamento Urbano. In *Cad. arquit. e urban.*, v. 6, p.7-44. Belo Horizonte.
- MILET, Vera (1988) *A Teimosia das Pedras*. Olinda: Prefeitura de Olinda.
- MONTEIRO, C. M. G. ; LOUREIRO, C. (1994) Sessão III: Métodos e Técnicas para Levantamento de Campo e Análise de Dados: Avaliação de Lugares-O Enfoque da Teoria das Facetas. *Anais do Workshop Avaliação Pós-Ocupação*. São Paulo: ANTAC/NUTAU
- MONTEIRO, Circe Maria Gama (1995) Representações Sociais da Cidade: do Imaginário ao Real. *Anais do VI Encontro Nacional*. Brasília: ANPUR
- (1989) *The experience of Place*. Unpublished D. Phil thesis presented at University of Oxford, UK.
- MOTT, Luiz R. B. (1985) *Piauí Colonial; população, economia e sociedade*. Teresina: Projeto Petrônio Portela.
- MOTTA, Lia (1999) Urban heritage: Self- Maintenance and the Role of the State. In Zanchetti (org.) *Conservation and Urban Sustainable Development: a theoretical framework*. Recife: Ed. Universitária da UFPE
- ORDAZ, Olga & VALA, Jorge. (1998) Objetificação e Ancoragem das Representações Sociais do Suicídio na Imprensa Escrita. In MOREIRA, A. S. P. & OLIVEIRA, D.C. (org.) *Estudos Interdisciplinares de representação Social*. Goiânia: AB.
- PEREIRA DA SILVA F., Olavo (1993) *Tombamento e Preservação*. Belo Horizonte: Original digitado.
- PEREIRA DA SILVA, F. Olavo; CAIRO, C. (1997) *Inventário de Proteção do Acervo Cultural do Piauí/Parnaíba*. Original digitado. Inédito. Teresina - Belo Horizonte.
- (1997) *Inventário de Proteção do acervo cultural do Piauí/ Parnaíba*. Original digitado. Inédito. Teresina - Belo Horizonte.
- PEREIRA, Paulo. (2000) O patrimônio como problema e como ideologia in *Intervenções no Patrimônio 1995-2000*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico – IPPAR.
- PIRES, Paulo dos Santos (1996) A paisagem litorânea como recurso turístico. In YASIGI, Eduardo (org.) *Turismo, espaço, paisagem e cultura*. São Paulo: Editora HUCITEC.
- REIS, Nestor Goulart (1997) *Quadro da arquitetura no Brasil*. 8ª edição. São Paulo: Editora Perspectiva.
- (2000) *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado: Fapesp.

- RIEGL, Aloïs (1984) *Le culte moderne des monuments: son essence et sa genèse*. Paris: Éditions du Seuil.
- ROAZZI, Antônio (2001) *The representation of the economic inequality in adolescents from different SES*. Recife: original digitado.
- (1999). *Estratégias de Análise de dados qualitativos em pesquisa na área de ciências humanas*. Recife: original digitado.
- ROSSI, Aldo (1995) *A arquitetura da cidade*. São Paulo: Martins Fontes
- RUSKIN, John. (1955) *La Lampara del Recuerdo*. In *Las Sietes Lamparas de la Arquitectura*. Buenos Aires: Ediciones Safian.
- SALES, L. C. (2000) *O valor simbólico do prédio escolar*. Teresina: EDUFPI
- SANT' ANNA, Márcia. (2000) *Algumas notas e considerações sobre a restauração de sítios Históricos Urbanos in Cadernos Técnicos nº 1*. Brasília: Grupo Tarefa / Programa MONUMENTA – BID.
- SELLTIZ, Wrightsman e Cook (1987) *Métodos de Pesquisa nas relações Sociais*. Vol. 2. Ed. Louise H.Kidder. São Paulo: EPU.
- SHYE, Samuel et al (1994) *Introduction to facet theory: content design and intrinsic data analysis in behavioral research*. London: Sage Production Editor.
- SILVA, Maria Beatriz S. R. (1996) *Preservação na Gestão da Cidade*. In ARANTES, Antônio A. (org.) *Revista do Patrimônio*, nº 24. IPHAN.
- VAN DE LEMME, Arie (1996) *Guia de Arte Deco*. Lisboa: Editora Estampa.
- WAGNER, Wolfgang. (1998) *Sócio-Gênese e Características das Representações Sociais*. In MOREIRA, A. S. P. & OLIVEIRA, D.C. (org.) *Estudos Interdisciplinares de representação Social*. Goiânia: AB.
- ZANCHETI, S., LACERDA, N. (1999) *A revitalização de Áreas Históricas como Estratégia de Desenvolvimento Local: Avaliação do Caso do Bairro do Recife*. Fortaleza: Revista Econômica do Nordeste. V. 30, n. 1.
- ZANCHETI, Silvio M., LACERDA, Norma, DINIZ, Fernando. (1999) *Planejamento das metrópoles brasileiras do terceiro milênio: reflexões para o debate*. Recife: original digitado.

Tabela 3.1 -Critérios de Classificação dos Estilos das Edificações do Sítio Histórico

(baseado no glossário usado pelos arquitetos especialistas da 3ª Superintendência Regional do IPHAN para a confecção do mapa de estilos do centro histórico de São Luis, publicado por ANDRÉS, Luis Phelipe (coord.) *Centro Histórico de São Luís-Maranhão: patrimônio mundial*. São Paulo: Audichromo Editora. 1998)

<u>Art Decó:</u>	Movimento nas artes decorativas que surgiu nos anos vinte e dominou a década de trinta do século XX; inspirado no cubismo, esse estilo possuía uma fácil adaptação à produção industrial.
-------------------------	---

<u>Bangalô:</u>	Pequena residência, térrea ou assobradada, provida de varanda alpendrada, pretensamente pitoresca, com telhados geralmente cobertos por telhas cerâmicas planas, conhecidas como telhas francesas ou de Marselha.
------------------------	---

<u>Eclético/ Ecletismo:</u>	Designação que se dá ao período que, no Brasil, corresponde ao final do século XIX e às três primeiras décadas deste, em que a arquitetura foi caracterizada pelo uso simultâneo de estilos os mais variados, das mais diversas procedências numa mesma edificação.
--	---

<u>Moderno/ Modernismo:</u>	Imóvel concebido dentro dos padrões estilísticos do modernismo (início do século XX), caracterizando-se pelo rompimento com as formas decorativas anteriores, pelo predomínio das formas geométricas puras, do racionalismo como determinante do projeto e pelo emprego dos materiais de fabricação industrial, produzidos em grande escala.
--	--

<u>Neoclássico:</u>	Tendência de estilo inspirado nas ordens clássicas greco-romanas e que se desenvolveu no início do século XIX em oposição ao Barroco.
----------------------------	---

ANEXOS

<u>Neocolonial:</u>	Movimento artístico surgido no Brasil visando o renascimento e a respectiva utilização das características arquitetônicas das construções brasileiras do tempo da colônia; desse movimento somente perdurou o gosto pelos estudos teóricos sobre a questão, não vingando o desejo da perpetuação de uma nova arquitetura brasileira filiada àquele movimento, mais saudosista que racional.
----------------------------	---

<u>Popular:</u>	Estilo onde não há modo de construir erudito; as edificações refletem a simplificação das formas de construir inspiradas, muitas vezes, na forma erudita e de acordo com uma prática ou técnica popularmente conhecida entre os habitantes de uma região.
------------------------	---

<u>Tradicional:</u>	Considera-se edificação tradicional, aquela que preserva ou evidencia as características básicas da arquitetura dos séculos XVIII e XIX, seguindo os parâmetros utilizados em Portugal quando da reconstrução de Lisboa, após o terremoto, pelo Marques de Pombal: seqüência ritmada de vãos e disposição de elementos de fachada - cunhais, pilastras, cercaduras dos vãos, cornijas etc - de inspiração clássica, cobertura em telha cerâmica curva, implantação nas testadas do lote etc.
----------------------------	--

--	--	--

Grupo Nº: 01	foto nº									
Definitivamente sem importância										

Grupo Nº: 02	foto nº									
Sem importância										

Grupo Nº: 03	foto nº									
Pouco importante										

Grupo Nº: 04	foto nº									
Importante										

Grupo Nº: 05	foto nº									
Muito importante										

Grupo Nº: 06	foto nº									
Importantíssimo										

O que significa preservar para você?
Fig. 3.10- Formulário de coleta de dados alterado após investigação piloto
RESPOSTAS - CLASSIFICAÇÕES MÚLTIPLAS - CÓDIGO DO RESPONDENTE
(3ª classificação) - (PRESERVAÇÃO)

FOTOS	Grupo 01	Grupo 02	Grupo 03	Grupo 04	Grupo 05	Grupo 06
foto 28						
foto 29						
foto 30						

Por que?

Tabela 4.5- Médias dos graus de preservação dos habitantes de fora da Avenida

Edificação	N	Minimum	Maximum	Soma	Média	Std. Deviation
01/G. PRES.	23	2	6	114	4,96	1,36
02/G. PRES.	23	2	6	121	5,26	1,25
03/G. PRES.	23	2	6	127	5,52	1,04
04/G. PRES.	22	2	6	119	5,41	1,18
05/G. PRES.	23	2	6	112	4,87	1,06
06/G. PRES.	23	1	6	92	4,00	1,28
07/G. PRES.	23	2	6	112	4,87	1,22
08/G. PRES.	23	1	6	84	3,65	1,40
09/G. PRES.	23	1	6	90	3,91	1,53
10/G. PRES.	23	4	6	124	5,39	0,78
11/G. PRES.	23	2	6	101	4,39	1,31
12/G. PRES.	23	1	5	75	3,26	1,25
13/G. PRES.	23	2	6	113	4,91	1,16
14/G. PRES.	23	1	6	97	4,22	1,17
15/G. PRES.	23	1	6	84	3,65	1,43
16/G. PRES.	23	2	6	91	3,96	1,22
17/G. PRES.	23	2	6	104	4,52	1,24
18/G. PRES.	23	2	6	96	4,17	1,19
19/G. PRES.	23	1	6	103	4,48	1,20
20/G. PRES.	23	1	6	94	4,09	1,44
21/G. PRES.	23	2	6	101	4,39	1,34
22/G. PRES.	23	2	6	125	5,43	0,99
23/G. PRES.	23	3	6	114	4,96	0,88
24/G. PRES.	23	1	6	79	3,43	1,31
25/G. PRES.	23	1	5	75	3,26	1,21
26/G. PRES.	23	1	5	63	2,74	1,14
27/ G.PRES.	23	1	5	60	2,61	1,27
Valid N (listwise)	22					

Observações da 3ª classificação

(4ª classificação) (COMPATIBILIDADE)

Observações da 4ª classificação

Tabela 4.6- Médias dos graus de preservação dos habitantes da Avenida

Edificação	N	Minimum	Maximum	Soma	Média	Std. Deviation
01/G. PRES.	23	3	6	119	5,17	1,11
02/G. PRES.	23	4	6	134	5,83	0,49
03/G. PRES.	23	1	6	132	5,74	1,05
04/G. PRES.	23	4	6	135	5,87	0,46
05/G. PRES.	23	3	6	108	4,70	0,82
06/G. PRES.	23	2	6	94	4,09	1,00
07/G. PRES.	23	3	6	112	4,87	0,87
08/G. PRES.	23	1	6	89	3,87	1,14
09/G. PRES.	23	3	6	95	4,13	0,81
10/G. PRES.	23	4	6	125	5,43	0,66
11/G. PRES.	23	2	6	109	4,74	0,96
12/G. PRES.	23	2	5	78	3,39	0,84
13/G. PRES.	23	2	6	107	4,65	1,37
14/G. PRES.	23	2	6	87	3,78	1,00
15/G. PRES.	23	2	6	89	3,87	1,06
16/G. PRES.	23	1	6	91	3,96	1,15
17/G. PRES.	23	1	6	102	4,43	1,31
18/G. PRES.	23	2	6	90	3,91	1,12
19/G. PRES.	23	3	6	96	4,17	0,98
20/G. PRES.	23	3	6	99	4,30	0,97
21/G. PRES.	23	1	6	102	4,43	1,12
22/G. PRES.	23	4	6	127	5,52	0,59
23/G. PRES.	23	3	6	109	4,74	0,75
24/G. PRES.	23	1	6	80	3,48	1,16
25/G. PRES.	23	1	6	72	3,13	1,32
26/G. PRES.	23	1	6	60	2,61	1,41
27/G. PRES.	23	1	6	57	2,48	1,41
Valid N (listwise)	23					

Tabela 4.7- Médias dos graus de preservação dos arquitetos especialistas

Edificação	N	Minimum	Maximum	Soma	Média	Std. Deviation
01/G. PRES.	22	3	6	123	5,59	0,80
02/G. PRES.	22	5	6	131	5,95	0,21
03/G. PRES.	22	5	6	131	5,95	0,21
04/G. PRES.	22	4	6	128	5,82	0,59
05/G. PRES.	22	5	6	122	5,55	0,51
06/G. PRES.	22	1	5	85	3,86	1,04
07/G. PRES.	22	3	6	120	5,45	0,74
08/G. PRES.	22	2	6	82	3,73	0,94
09/G. PRES.	22	3	5	91	4,14	0,71
10/G. PRES.	22	5	6	126	5,73	0,46
11/G. PRES.	22	3	6	98	4,45	0,74
12/G. PRES.	22	1	5	71	3,23	1,11
13/G. PRES.	22	4	6	121	5,50	0,67
14/G. PRES.	22	1	6	75	3,41	1,18
15/G. PRES.	22	2	5	77	3,50	0,91
16/G. PRES.	22	4	6	104	4,73	0,77
17/G. PRES.	22	1	6	98	4,45	1,22
18/G. PRES.	22	1	6	86	3,91	1,02
19/G. PRES.	22	3	6	101	4,59	0,96
20/G. PRES.	22	2	6	94	4,27	0,98
21/G. PRES.	22	3	6	107	4,86	0,83
22/G. PRES.	22	4	6	124	5,64	0,58
23/G. PRES.	22	1	6	99	4,50	1,34
24/G. PRES.	22	3	6	99	4,50	0,96
25/G. PRES.	22	1	6	53	2,41	1,33
26/G. PRES.	22	1	3	32	1,45	0,74
27/G. PRES.	22	1	3	26	1,18	0,50
Valid N (listwise)	22					